

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

Gênero e ciência:
Mulheres e a produção do conhecimento na UFRRJ

Andreia dos Santos Barreto Monsore de Assumpção



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Sob orientação da Profa. Dra.
Moema de Castro Guedes**

**Gênero e ciência:
Mulheres e a produção do conhecimento na UFRRJ**

Andreia dos Santos Barreto Monsore de Assumpção

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

**Seropédica, RJ
Dezembro, 2024**

Ficha Catalográfica

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A851 g Assumpção, Andreia dos Santos Barreto Monsores de,
1971-
 Gênero e ciência: mulheres e a produção do
conhecimento na UFRRJ / Andreia dos Santos Barreto
Monsores de Assumpção. - Rio de Janeiro, 2024.
 204 f.: il.

 Orientadora: Moema de Castro Guedes.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais, 2024.


 1. Gênero. 2. Universidade. 3. Ciência. 4. UFRRJ.
5. Mulheres. I. Guedes, Moema de Castro , 1979-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANDREIA DOS SANTOS BARRETO MONSORES DE ASSUMPÇÃO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


TESE APROVADA EM 19/12/24

Documento assinado digitalmente
 **MOEMA DE CASTRO GUEDES**
Data: 20/12/2024 10:33:05-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>


Profa Dra MOEMA DE CASTRO GUEDES, PPGCS/ UFRRJ (orientador)

Documento assinado digitalmente
 **ANNABELLE BONNET**
Data: 23/12/2024 09:22:24-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>


Profa Dra. ANNABELLE BONNET, UFV

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ OTAVIO FERREIRA**
Data: 23/12/2024 16:00:43-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof Dr. LUIZ OTÁVIO FERREIRA, FIOCRUZ

Documento assinado digitalmente
 **AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR**
Data: 23/12/2024 23:32:06-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof Dr. AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR, UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 **NAARA LUCIA DE ALBUQUERQUE LUNA**
Data: 23/12/2024 22:46:37-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa Dra. NAARA LUCIA DE ALBUQUERQUE LUNA, PPGCS/ UFRRJ

Dedicatória

À minha mãe, Lourdes, que com cada laçada de crochê,
cada bordado e cada pincelada me ensinou a persistir e sonhar.

Às Mulheres Rurais: docentes, cientistas, técnicas e alunas que, com sua capacidade
e força, ampliam os sentidos da ciência e da universidade.

Ao meu amor, Felipe.

Agradecimentos

Agradecer por ocasião da conclusão de um trabalho acadêmico, especialmente de uma pesquisa longa, intensa e transformadora como um doutorado, é um exercício repleto de emoção e significado. Essa tarefa é delicada porque envolve reconhecer as diversas pessoas que cruzaram nosso caminho ao longo desses anos de dedicação, esforço e aprendizado. Antes, durante e depois do processo, cada encontro, troca de palavras, ato de apoio ou inspiração deixou sua marca, afetando-nos de formas diversas e muitas vezes inesperadas. São essas conexões, algumas breves, outras duradouras, que moldam não apenas o trabalho final, mas também a pessoa que nos tornamos ao longo dessa jornada. Concluir esse ciclo, portanto, é também celebrar a contribuição de cada pessoa que, de alguma maneira, esteve presente nesse percurso.

Começo agradecendo à minha querida orientadora. Moema Guedes, que me acolheu como pesquisadora de doutorado, que me incentivou em todos os momentos, literalmente, sem largar a minha mão.

Agradeço à Naara Luna e Luiz Otávio Ferreira pela participação na banca de qualificação e de doutorado, pela leitura atenciosa e pela gentileza com a qual indicaram caminhos e possibilidades para a continuidade da pesquisa. Suas sugestões foram decisivas para o direcionamento do trabalho, oferecendo contribuições teóricas e metodológicas valiosas.

Agradeço também à Annabelle Bonnet e à Aureliano Lopes, que aceitaram o convite para participar da banca de doutorado. Suas contribuições e sugestões foram fundamentais para olhar este trabalho a partir de novas perspectivas, trazendo leituras diversas para ampliar e enriquecer as possibilidades futuras da pesquisa, e sou profundamente grata pelo apoio dedicado durante a defesa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde tive a oportunidade de participar de aulas, palestras, seminários e outros eventos acadêmicos com professoras e professores inspiradoras/es que me ajudaram a construir pensamentos, associações, ligações e a embarcar nessa aventura sociológica que é a dedicação a uma pesquisa de doutorado, em uma

universidade centenária, cravada da Baixada Fluminense. Lugar de onde venho e onde construí minha vida desde sempre.

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado concedida. Pela primeira vez na minha trajetória de ensino superior, tive no doutorado a oportunidade de estudar sem estar formalmente vinculada a um compromisso de trabalho, desta forma, a bolsa foi fundamental para que eu pudesse me dedicar às leituras, nesse processo de construção de uma pesquisadora.

Agradeço especialmente à Alessandra Rinaldi, Carly Barboza Machado, Elisa Guaraná de Castro, Edson Miagusko, Izabel Missagia de Mattos, Marco Antonio Perruso, Moema Guedes, Naara Luna, Nalayne Mendonça Pinto, pelas aulas no PPGS/UFRJ, assim como Clara Araújo e Theófilo Rodrigues, pelas aulas no PPCIS/UERJ, Aparecida Moraes, Bila Sorj, Felícia Picanço e Thays Monticelli, pelas aulas no IFCS/UFRJ. Também agradeço o acolhimento de Kaori Kodama, Maria Rachel de Fróes da Fonseca e Simone Kropf, da COC/Fiocruz. Em diferentes momentos do doutorado pude participar de aulas com esse conjunto de docentes, que foram inspiradoras e instigantes.

Também agradeço à minha turma de doutorado, à todas as pessoas queridas que conheci e convivi na UFRJ, os debates nas aulas, as trocas pelos grupos de whatsapp, PPGCS 2019 e Defesa, grupos esses que se consolidaram como espaço de suporte e apoio em momentos muito difíceis, de isolamento e solidão, mas também de construção coletiva do conhecimento e afetos.

Agradeço ao Lima, querido Secretário do PPGCS que esteve sempre disponível para ajudar e para oferecer apoio.

Agradeço à querida equipe do CLAM/IMS/UERJ, por anos de trabalho intenso e aprendizado transformador.

Meu reconhecimento especial para Maria Luiza Heilborn, Sergio Carrara, Jane Russo, Leila Araujo, Horacio Sívori, Fabiola Rohden, Vanessa Leite e Anna Uziel, cuja convivência e parceria foram pilares importantes em minha trajetória.

E, ao refletir sobre a construção dessa pesquisa, é impossível deixar de falar de acontecimentos que nos marcaram enquanto coletividade, e que atravessaram os meus estudos do doutorado, como a pandemia de COVID-19 e o longo período de incertezas,

perdas e tragédias diárias da qual sobrevivemos. Da mesma forma, o período do governo de Jair Bolsonaro, que nos apartou de pessoas queridas, desafiou a nossa resiliência e a nossa crença na construção de uma sociedade mais equânime e afetuosa. E depois, o retorno da esperança de dias melhores.

Nesses dias melhores, Moema trouxe ao mundo uma menina linda e cheia de vitalidade, Antônia. Este momento, carregado de significado, transcende o âmbito pessoal e assume uma dimensão simbólica, refletindo a riqueza das experiências que permeiam o processo de construção e relacionamento entre orientadora e orientanda. Esse compartilhamento de vida e conhecimento vai além do campo acadêmico e traz concretude e profundidade às discussões teóricas sobre gênero e ciência.

Ainda sobre acontecimentos que afetam e transformam, em 2023 passei a trabalhar na equipe responsável pela Formação Docente do Senac Departamento Nacional, evento que representou uma guinada muito importante na minha carreira profissional e na minha vida pessoal. Neste novo espaço, tive a alegria de conhecer pessoas a quem também sou profundamente grata: Daniela Papelbaum, Daniela Pessanha e toda a querida equipe da Gerência de Tecnologias e Desenhos Educacionais. Agradeço pela rotina de trabalho colaborativa, pelo apoio e carinho constantes, e pela partilha da esperança em construir, por meio da educação, um Brasil mais justo e igualitário.

Na base dessa construção toda está a minha amada família, que é o melhor lugar do mundo para mim e que não tenho palavras suficientes para agradecer. Minha mãe, Lourdes, que é a minha fortaleza e maior inspiração e que me ensinou, sobretudo, sobre amor e coragem. Meu querido irmão, Amaro Junior, juntamente com Fabiana, e meus amores, Laura e Mateus, e Esther. E toda minha grande família querida, de muita diversidade e de muitas pessoas fortes e inspiradoras.

Agradeço ao meu pai amado, Amaro, que se encantou cedo demais e deixou muitas sementes e muitas saudades.

Minha gratidão também a toda a família Monsiores de Assumpção, com quem compartilho tantos laços e afetos. Uma lembrança à querida d. Ayara, cuja presença continua viva em nossa memória e em tudo o que compartilhamos.

E um carinho especial ao meu amor, Felipe.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

ASSUMPÇÃO, Andreia dos Santos Barreto Monsore de. Gênero e ciência: mulheres e a produção do conhecimento na UFRRJ. 2024. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2024.

A pesquisa “Gênero e ciência: mulheres e a produção do conhecimento na UFRRJ” analisa a condição feminina na ciência e na universidade a partir de uma perspectiva interseccional, que articula gênero, raça e classe como categorias estruturantes da experiência acadêmica. Tendo como estudo de caso a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a investigação examina como as desigualdades se manifestam e são contestadas no cotidiano universitário, evidenciando não apenas os obstáculos enfrentados pelas mulheres, mas também suas práticas de resistência, com ênfase nas trajetórias de docentes e pesquisadoras das áreas de ciências exatas e agrárias da instituição. A UFRRJ, marcada por sua localização periférica e pela proximidade com comunidades tradicionalmente excluídas, constitui um espaço privilegiado para refletir sobre inclusão e justiça social no ensino superior. A pesquisa dialoga com estudos contemporâneos sobre a presença crescente das mulheres no ambiente acadêmico e científico, procurando observar tanto os avanços obtidos quanto as tensões estruturais e simbólicas que ainda limitam sua presença e sua contribuição para a produção do conhecimento. Por meio da análise de dados quantitativos e qualitativos, incluindo registros de *lives*, vídeos e interações virtuais ocorridas durante a pandemia de COVID-19, o estudo busca compreender as dinâmicas que moldam a inserção feminina nos espaços de produção científica, bem como identificar estratégias de resistência e transformação. Assim, ao articular teoria e experiência, a pesquisa visa contribuir para o debate sobre as desigualdades de gênero, raça e classe no campo científico e evidencia como mulheres, sobretudo negras e de camadas populares, têm reconfigurado as fronteiras do saber a partir de suas práticas cotidianas, tensionando estruturas acadêmicas historicamente excludentes.

Palavras-chave: gênero, universidade, ciência

Abstract

ASSUMPÇÃO, Andreia dos Santos Barreto Monsore de. *Gender and science: women and the production of knowledge at UFRRJ*. 2024. 204 f. Thesis (Doctorate in Social Sciences) – Federal Rural University of Rio de Janeiro, Institute of Human and Social Sciences, Graduate Program in Social Sciences, Rio de Janeiro, 2024.

The research “Gender and Science: Women and the Production of Knowledge at UFRRJ” analyzes the condition of women in science and academia through an intersectional perspective that articulates gender, race, and class as structuring categories of academic experience. Using the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) as a case study, the investigation examines how inequalities manifest and are contested in everyday university life, highlighting not only the obstacles faced by women but also their practices of resistance, with particular emphasis on the trajectories of female faculty and researchers in the fields of exact and agricultural sciences. UFRRJ, shaped by its peripheral location and proximity to historically underserved communities, offers a unique setting for reflecting on inclusion and social justice in higher education. The research engages with contemporary studies on the growing presence of women in academic and scientific environments, aiming to observe both the progress achieved and the persistent structural and symbolic tensions that continue to restrict their presence and contributions to knowledge production. Through the analysis of quantitative and qualitative data, including livestream recordings, videos, and virtual interactions that took place during the COVID-19 pandemic, the study seeks to understand the dynamics shaping women's insertion in scientific spaces, as well as to identify strategies of resistance and transformation. By articulating theory and experience, the research aims to contribute to the debate on gender, racial, and class inequalities in the scientific field, and reveals how women, especially Black and working-class women, have reshaped the boundaries of knowledge through everyday practices that challenge historically exclusionary academic structures.

Keywords: gender, university, science

Lista de gráficos, tabelas e figuras

Gráficos

Gráfico 1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Sexo, segundo a Categoria Administrativa das IES - 2019.....	62
Gráfico 2 - Distribuição relativa das matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça - 2019.....	64
Gráfico 3 - Distribuição de mulheres e homens – graduação (UFRRJ, 2019).....	92
Gráfico 4 - Estudantes matriculadas/os em cursos de graduação, por sexo (UFRRJ Nova Iguaçu), 2019..	93
Gráfico 5 - Estudantes matriculadas/os em cursos de graduação, por sexo (UFRRJ Seropédica), 2019....	94
Gráfico 6 - Estudantes matriculadas/os em cursos de graduação, por sexo (UFRRJ Três Rios), 2019	95
Gráfico 8 - Número de concluintes em cursos com predominância masculina na matrícula, por sexo (UFRRJ, 2019)	96
Gráfico 9 - Distribuição relativa por cor/raça de docentes do Ensino Superior (UFRRJ, 2021)	98
Gráfico 10 - Evolução de admissão de docentes efetivos por sexo em números absolutos (UFRRJ, 2001-2021).....	100
Gráfico 11 - Diferença por sexo na admissão de professores em números absolutos (UFRRJ, 2001-2021)	101
Gráfico 12 - Distribuição por sexo de docentes de pós-graduação em números absolutos (UFRRJ, 2020)	103
Gráfico 13 - Distribuição relativa por sexo na liderança dos Grupos de Pesquisa CNPq-UFRRJ (2020-2021)	105
Gráfico 14 - Distribuição relativa por sexo nas coordenações dos projetos de extensão universitária – UFRRJ, 2021	106

Tabelas

Tabela 1 - Políticas públicas e sociais de gênero e ciência desenvolvidas no Brasil - 2006 – 2018.....	79
Tabela 2 - Distribuição relativa dos estudantes de pós-graduação por área do conhecimento (UFRRJ, 2020).....	99
Tabela 3 - Mesas redondas virtuais (lives) selecionadas para análise (YouTube 2020-2022)	117

Figuras

Figura 1 - Composição da Chapa 1 para as eleições para a Reitoria, UFRRJ, 2011	124
Figura 2 - Composição da Chapa 2 para as eleições para a Reitoria, UFRRJ, 2011	125

Lista de abreviações, siglas ou símbolos

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BIC	Bolsa de Iniciação Científica
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDINE	Conselho Estadual dos Direitos do Negro
CEGEF	Coletivo de Estudos de Gênero e Feminismos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
DCS	Departamento de Ciências Sociais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENE	Encontro Nacional de Educação
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ENM	Encontro Nacional de Mulheres
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FCS	Faculdade de Ciências Sociais
GPDES	Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Ensino de Sociologia
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e sexualidade
MEC	Ministério da Educação
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEINB	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Negritude Brasileira
NEDIN	Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Infância e Narrativas
NUDERG	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desigualdades de Gênero
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROAF	Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RJ	Rio de Janeiro
SARS-CoV-2	Vírus causador da COVID-19
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRRJ/IM	Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Agradecimentos	7
Introdução	17
Capítulo 1 – Delimitando o objeto “mulheres na ciência”	20
1.1. Contexto da pesquisa e pressupostos teóricos.....	21
1.2. Nota metodológica.....	30
1.3. Antecedentes da pesquisa.....	35
Capítulo 2 – Questões estruturais: desigualdades de gênero na educação	39
2.1. O debate sobre a divisão sexual do trabalho e o desafio da democratização	40
2.2. Autonomia como bem político: interseccionalidade e escolhas	44
2.3. Gênero e desempenho escolar: uma reflexão sobre as disparidades educacionais	46
2.4. Reflexões a partir da crítica feminista à produção do conhecimento	51
Capítulo 3 – Redistribuição de oportunidades e a reconfiguração das relações de gênero	60
3.1. Distinção de gênero e a distribuição de oportunidades o ensino superior	60
3.2. Redistribuição e reconhecimento: caminhos e desafios nas esferas pública e privada ...	68
3.3. O papel do Estado na transformação das relações de gênero.....	72
3.4. Políticas de fomento à presença feminina nas ciências exatas no Brasil.....	77
Capítulo 4 – A Rural em perspectiva: retrato de uma universidade em transformação.....	81
4.1. A universidade centenária e sua expansão no século XXI	81
4.2. Representação das estudantes de graduação na UFRRJ.....	91
4.3. Docentes Ruralinas nas atividades de ensino e pesquisa.....	97
4.4. Olhando além do campus: docentes na extensão	105
Capítulo 5 – Sem ela não pode ser: percursos e práticas das mulheres na universidade	108
5.1. Vivências e entraves na pesquisa de campo	109
5.2. Lives como espaço de discussão sobre a diferença de gênero.....	114
5.3. Experiências femininas na construção de carreiras da universidade	119
5.4. Pequenas insurgências e práticas de resistência	144
Considerações Finais	153
Referências Bibliográficas	161
Anexos.....	170

Introdução

Esta pesquisa, chamada "Gênero e ciência: mulheres e a produção do conhecimento na UFRRJ", tem como objetivo central investigar as condições de inserção e as experiências das mulheres na universidade, com ênfase nas interseções de gênero, raça e classe social que influenciam suas trajetórias acadêmicas e científicas. A investigação se ancora em um estudo de caso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), uma instituição marcada por sua localização geográfica periférica e pela proximidade com comunidades historicamente marginalizadas. Esse contexto configura um cenário privilegiado para a reflexão crítica sobre inclusão e desigualdades no ensino superior.

A pesquisa dialoga com estudos contemporâneos sobre a crescente presença das mulheres no ambiente acadêmico e científico e procura observar tanto os avanços obtidos quanto as persistentes tensões estruturais e simbólicas que atravessam essa participação em um campo no qual as profissionais seguem sub-representadas, especialmente nas ciências exatas, engenharias e ciências agrárias. Ao longo do trabalho, busca-se compreender as dinâmicas que moldam a inserção feminina nos espaços de produção de conhecimento, considerando, especialmente, os desafios e as possibilidades que emergem nesse contexto.

A partir da abordagem interseccional, a investigação combina métodos quantitativos e qualitativos. Dados de instituições como CNPq, CAPES, IBGE e INEP são analisados em articulação com materiais qualitativos, como vídeos e interações em *lives* realizadas por docentes e alunas da UFRRJ, particularmente no período da pandemia de COVID-19. Essa metodologia permite não apenas mapear desigualdades estruturais, mas também explorar as estratégias de resistência e transformação adotadas pelas mulheres na universidade.

A escolha da UFRRJ como estudo de caso reforça a proposta de investigar as dinâmicas de exclusão e inclusão no ensino superior brasileiro. Inserida em um contexto de forte diversidade social, a universidade se apresenta como um espaço privilegiado para refletir sobre os desafios da democratização do acesso e da superação das desigualdades de gênero. Com isso, o estudo busca contribuir para o debate sobre justiça social, nos termos propostos por Nancy Fraser (2006), articulando, a noção de justiça como

integração entre redistribuição e reconhecimento no campo acadêmico, destacando as particularidades de uma instituição profundamente marcada pela sua localização geográfica, por sua diversidade de gênero, de raça e de origem social.

O trabalho organiza-se em cinco capítulos que, juntos, estruturam uma análise sobre a relação entre gênero, ciência e universidade. O primeiro capítulo, “Delimitando o objeto: Mulheres na Ciência”, estabelece as bases teóricas e metodológicas para a análise da presença feminina na ciência, com foco no contexto da UFRRJ. Este capítulo investiga como as políticas públicas de expansão e democratização do ensino superior nas primeiras décadas do século XXI impactaram a inserção e as carreiras acadêmicas das mulheres. Ao mesmo tempo, analisa os retrocessos causados por cortes de financiamento e pela deslegitimação da ciência, que afetaram desproporcionalmente as mulheres, especialmente negras e de classes populares. O capítulo aborda as desigualdades de gênero, raça e classe no ensino superior, destacando a configuração histórica dessas assimetrias e como elas se manifestam nas áreas de pesquisa científica, especialmente nas ciências exatas. A partir de um recorte temporal de 12 anos (2012–2023), a pesquisa busca delinear questões centrais sobre a distribuição de gênero entre docentes e discentes, o impacto das políticas de democratização do ensino e os desafios enfrentados pelas mulheres no campo científico.

O Capítulo 2, intitulado "Questões estruturais: desigualdades de gênero na educação", explora como as desigualdades de gênero se manifestam desde os primeiros anos escolares até o ensino superior, moldando as trajetórias educacionais e profissionais das mulheres. O capítulo destaca a divisão sexual do trabalho como um fator estrutural que influencia tanto o desempenho escolar quanto as escolhas profissionais, além de abordar as interseções entre gênero, raça e classe social. Por meio de uma análise fundamentada em dados, o capítulo analisa a perpetuação de disparidades sexistas e reflete sobre os desafios da democratização do acesso e das oportunidades na educação.

O Capítulo 3, “Redistribuição de oportunidades e a reconfiguração das relações de gênero”, examina as transformações nas relações de gênero no ensino superior brasileiro, destacando as políticas públicas e institucionais implementadas entre 2003 e 2018, cujo objetivo era promover a redistribuição de oportunidades. Esse capítulo analisa como essas medidas alavancaram projetos que buscaram ampliar a inclusão feminina na ciência, especialmente em áreas onde a participação de mulheres é historicamente menor. O capítulo discute os avanços alcançados, mas também destaca os entraves e desafios

estruturais que continuam a perpetuar desigualdades, analisando o papel do Estado como um ator importante na transformação das relações de gênero, evidenciando a tensão entre as políticas de reconhecimento e redistribuição de oportunidades nos espaços acadêmicos.

O Capítulo 4, “Rural em perspectiva: retrato de uma universidade em transformação” apresenta uma análise quantitativa sobre a UFRRJ como um microcosmo das dinâmicas de gênero e inclusão no ensino superior. Este capítulo visa investigar a representatividade e atuação das mulheres, tanto estudantes quanto docentes, em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A análise observa como as políticas de expansão e transformação do ensino superior impactaram a universidade, enfatizando a sua localização periférica e os desafios estruturais enfrentados pela comunidade acadêmica.

O Capítulo 5, chamado "Sem ela não pode ser: percursos e práticas das mulheres na universidade", aprofunda a análise sobre as práticas de resistência e estratégias de insurgência das mulheres no contexto acadêmico, com foco na UFRRJ. Este capítulo visa observar as experiências concretas de docentes e alunas, coletadas especialmente em interações virtuais e *lives* realizadas durante a pandemia de COVID-19. Ele contribui para a discussão sobre gênero e universidade de e produção do conhecimento ao analisar como as mulheres desafiam os constrangimentos de gênero por meio de práticas que ampliam a visibilidade e o debate público sobre a desigualdade na universidade. Além disso, reflete sobre o potencial transformador dos espaços digitais ao permitir que temas como desigualdade de gênero, raça e inclusão ganhem maior protagonismo e audiência.

Capítulo 1 – Delimitando o objeto “mulheres na ciência”

Esta pesquisa analisa a condição feminina na universidade, a partir de uma abordagem transversal, investigando os dados relativos às mulheres e as intersecções de cor/raça e classe social que configuram a docência e a pesquisa acadêmica nos primeiros anos de século XXI. Neste período, o Brasil registrou altos e baixos na política educacional de ensino superior e de apoio à ciência. Nas duas primeiras décadas deste século foram registradas mudanças significativas na expansão da universidade pública, na estrutura e configuração da pesquisa científica, resultantes do investimento em políticas educacionais, cujas ações propunham uma maior democratização do ensino superior. Neste início de terceira década, a universidade e a ciência têm passado por adversidades, tanto no sentido do financiamento de sua estrutura, quanto na confiabilidade de suas respostas, colocadas em dúvida por parcela da sociedade. Neste contexto, a ideia é entender quais são os efeitos sobre as carreiras das mulheres na universidade, em decorrência das políticas de expansão da educação superior e da ciência por um lado e de cortes, ameaças e ataques por outro.

Como estudo de caso foi considerado o contexto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que foi escolhida em função de sua localização periférica, sediada na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, local de histórica vulnerabilidade social. Essa localização contribui para uma maior proximidade com populações marginalizadas, ampliando as oportunidades de acesso à educação superior para comunidades com menor acesso à bens públicos e direitos, inclusive à educação superior. Tal característica reforça o papel social da UFRRJ, que enfrenta desafios relacionados à mobilidade urbana, segurança e infraestrutura, configurando-se como um exemplo importante de como a localização regional influencia a dinâmica e as práticas de inclusão na universidade pública.

Diante de uma conjuntura de avanços e retrocessos representados por atos, discursos e símbolos, decorrentes de ações estatais dos diferentes governos que se sucederam no Brasil, este estudo analisa um recorte temporal de 12 anos (2012 a 2023), orientando-se pelas seguintes questões: i) como as docentes estão distribuídas na universidade, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; ii) qual a conformação de gênero e raça entre estudantes, na docência e na pesquisa; iii) qual a posição das

mulheres na produção do conhecimento científico, especialmente nas ciências exatas, onde a participação feminina é historicamente menor; iv) em quais dimensões as mulheres se favoreceram das políticas recentes e quais os constrangimentos de gênero são evidentes; vi) quais são as demandas e os assuntos discutidos por docentes e alunas da UFRRJ sobre a temática mulher e universidade.

Assim, tendo como base documentos e dados produzidos por órgãos governamentais, especialmente o CNPq, a CAPES, o INEP, com o Censo da Educação Superior, o IBGE, com o Censo Demográfico e a PNAD, por organizações sociais e não governamentais, e pela UFRRJ, articulados com a literatura dos estudos de gênero, o intento é fazer um estudo interseccional (Crenshaw, 1989; Hill Collins, 2016) sobre a posição e atuação das mulheres na universidade e os marcadores sociais que as entrelaçam neste campo social.

1.1.Contexto da pesquisa e pressupostos teóricos

A pesquisa recorre ao pressuposto da historiadora das ciências, Londa Schiebinger (2008: 274) de que a ciência com seus métodos, técnicas e epistemologias visa produzir conhecimento objetivo e universal, transcendendo restrições culturais, de forma a alcançar a objetividade científica. Mas que apesar disso, tal neutralidade não se evidencia através de marcadores sociais como gênero, raça, classe e origem regional.

A produção do conhecimento científico, longe de ser um empreendimento igualitário, sofre com profundas desigualdades de gênero, raça e classe social. Essa realidade impacta diretamente os resultados científicos, uma vez que a falta de diversidade nas equipes de pesquisa pode levar a soluções que desconsideram a complexidade e a heterogeneidade das demandas sociais, além de estabelecer uma visão parcial e hegemônica da produção científica *a priori*. Mulheres, indígenas, pessoas negras e pessoas de baixa renda são frequentemente sub-representadas na produção científica, e suas contribuições muitas vezes recebem menos reconhecimento e valorização. Essa desigualdade reflete uma estrutura acadêmica que historicamente privilegia determinados grupos e limita a diversidade de perspectivas nos estudos científicos. Como resultado, o conhecimento produzido tende a ignorar ou minimizar questões específicas de grupos

sub-representados, enfraquecendo a relevância e a abrangência da ciência como ferramenta de transformação social e inclusão. Além disso, as perspectivas parciais dos pesquisadores podem influenciar a escolha dos temas de pesquisa e a interpretação dos resultados, perpetuando desigualdades existentes.

A ciência, portanto, não se configura como um empreendimento equitativo, e essa característica influencia diretamente os resultados científicos, afetando não apenas a qualidade e a abrangência das descobertas, mas também soluções oferecidas pelos estudos acadêmicos. Esse viés pode limitar o alcance das inovações, em última instância, a falta de equidade impacta a vida das pessoas, pois restringe o acesso a tecnologias, tratamentos de saúde e políticas públicas que poderiam promover maior justiça social e qualidade de vida para todos. Ao mesmo tempo, esta desigualdade afeta as trajetórias de quem está na universidade produzindo ciência, pois reproduz a recorrente exclusão por gênero, raça e origem social.

Diante deste pressuposto, pretende-se explorar a condição das mulheres que produzem conhecimento e ciência na universidade, observando variáveis como distribuição de oportunidades acadêmicas e profissionais, bem como a participação na produção científica nas diferentes áreas do conhecimento. O propósito é contribuir para a construção do conhecimento de como a universidade se faz a partir da perspectiva de democratização do ensino superior e da disputa de diversos agentes que concorrem por espaços profissionais e políticos, a partir da lente das relações de gênero.

Esta pesquisa parte da perspectiva dos estudos de gênero e universidade, que têm mostrado a forte presença feminina nos espaços acadêmicos. Pesquisas quantitativas mostram que as mulheres estão em maior número entre matriculadas/os e concluintes na universidade (Guedes, 2008; Barreto, 2014; Guedes *et al*, 2016). Nos últimos anos foram favorecidas especialmente as mulheres negras, que constituem o público mais alcançado pelas políticas educacionais de inclusão (Oliveira & Welle, 2019). Entretanto, esta maioria não acontece de forma equivalente nos diversos campos do saber, as mulheres estão ainda concentradas em determinadas áreas que remetem à chamada divisão sexual do trabalho. Esta categoria de análise, segundo Daniele Kergoat (2003: 56), parte do entendimento de que as mulheres são socializadas para atuar na esfera da reprodução da vida social, tendo como responsabilidade o trato das questões domésticas, quais sejam, o cuidado com as crianças, idosos e enfermos/as, com a administração da casa e da família.

Enquanto os homens, são socializados para o mundo exterior, para a vida produtiva, para a ciência e para a técnica.

Seguindo esta lógica, as mulheres historicamente são maioria em cursos das áreas de ciências humanas, sociais e educação, enquanto os homens ainda dominam as áreas das ciências exatas. Ademais, as mulheres encontram caminhos mais tortuosos para alcançar postos de comando e prestígio no mercado de trabalho e nos espaços sociais, e a universidade não foge a esta regra.

A desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho é um fenômeno amplamente analisado pelas ciências sociais, e diversas pesquisas fundamentam políticas públicas para a redução desse desequilíbrio. Já a assimetria de gênero na educação superior e nas ciências ganhou foco nos últimos 20 anos nas ações governamentais e não governamentais e é um fenômeno que tem ocupado mais espaço nas reflexões acadêmicas. Os estudos têm mostrado que, além da desigualdade da distribuição de mulheres entre as diferentes áreas do conhecimento, há a retenção de mulheres nas posições mais intermediárias em suas carreiras.

A discussão sobre carreiras nos estudos de gênero tem mostrado que o conceito “teto de vidro”, elaborado na década de 70 para explicar a retenção feminina em cargos mais intermediários e de menor poder no mercado de trabalho não reflete tão bem a realidade dos ambientes de produção do conhecimento científico, onde as barreiras são múltiplas. Mais recentemente surgiu o conceito de “labirinto de cristal” que, segundo Stefanello (2008), descreve o caminho mais lento que as mulheres costumam enfrentar no desenvolvimento de suas carreiras profissionais no campo científico. Este desequilíbrio acaba interferindo também nas “inovações de gênero” (Schiebinger, 2008; Keller, 2006; Abreu, 2021), que considera a análise de sexo e gênero nas diversas fases do trabalho científico, gerando cenários como da produção feminina, que é bastante inferior à dos homens em indicadores como o registro de propriedade intelectual, por exemplo.

As estudiosas de gênero têm mostrado que a democratização do ensino superior, da pesquisa acadêmica e mesmo das posições de comando no interior das universidades têm acontecido paulatinamente. Estas seriam impulsionadas tanto pela adoção de políticas públicas voltadas para a ampliação do ensino superior no Brasil, quanto pelo questionamento da posição feminina e das relações de gênero na sociedade. Entretanto, o

país tem enfrentado adversidades políticas e sociais que, juntamente com a crise instaurada pela pandemia de COVID-19¹, tem registrado significativos retrocessos. Mulheres, negras/os e periféricas/os foram as mais afetadas (Gênero e Número, 2020; Oliveira *et al.*, 2020).

Diversos fatores caracterizam o atual momento da conjuntura brasileira como especialmente grave, com impactos diretos sobre a educação, a saúde e, de modo particular, a vida das mulheres. No passado recente, o Brasil vivenciou uma gestão federal marcada por políticas de orientação necropolítica², sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), cuja condução contrastou com os desafios estruturais relacionados à redução das desigualdades sociais, ao enfrentamento da pobreza e ao retorno da fome no país (Rede Penssan, 2020)³. Aquele governo teve sua condução agravada pela maior crise sanitária da história recente, intensificando os efeitos das desigualdades já existentes e expondo a fragilidade das políticas públicas diante da pandemia de COVID-19. A resposta governamental à pandemia evidenciou sérias

¹ A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia, reconhecendo sua disseminação global e o impacto significativo na saúde pública mundial. Até o início de 2023, mais de 655 milhões de casos foram confirmados em todo o mundo, resultando em aproximadamente 6,67 milhões de mortes. No Brasil, o primeiro caso confirmado ocorreu em fevereiro de 2020. Desde então, o país enfrentou desafios significativos no combate à doença, registrando mais de 36 milhões de casos e aproximadamente 693 mil mortes até janeiro de 2023.
<https://covid19.who.int/> (Acesso em 02/05/2024).
<https://www.ioc.fiocruz.br/en/noticias/dois-anos-da-declaracao-da-pandemia-de-covid-19> (Acesso em 02/05/2024).

² É possível compreender a gestão federal exercida pelo presidente Jair Bolsonaro à luz do conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2018), como um modo de governança que se sustenta no poder de decidir sobre quem deve viver e quem pode morrer, promovendo a exposição deliberada de populações à morte ou à precariedade.

³ Pesquisa desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), no período entre 5 e 24 de dezembro de 2020, com moradores de 2.180 domicílios mostrou que menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus(as) moradores(as) em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% que se encontravam em Insegurança Alimentar; 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de IA grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%) e acompanha desigualdades regionais e é acentuada por condições individuais: a fome atinge mais casas chefiadas por mulheres, pessoas pretas e pardas e com baixa escolaridade. A pesquisa mostrou que foi anulado, para parcela significativa da população brasileira, o sucesso obtido entre 2004 e 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os dados mostram que tivemos um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos, entre 2018 e 2020.
https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf (Acesso em 07/09/2021)

fragilidades, incluindo a desarticulação na coordenação das políticas públicas, atrasos significativos na aquisição de vacinas e a ampla circulação de desinformação. Esses fatores contribuíram para a elevada taxa de mortalidade registrada no país (Matta *et al.*, 2021). Como destaca Luna (2023: 24), o luto coletivo decorrente das mortes provocadas pela pandemia foi deslegitimado por discursos oficiais que o associaram à fragilidade, especialmente sob uma perspectiva de gênero. A fala do então presidente traduziu essa negação por meio de expressões como “maricas”, “frescura” e “mimimi”, reforçando um modelo de masculinidade baseado na negação da vulnerabilidade, revelando uma lógica de governo em que a insensibilidade frente à morte e ao sofrimento alheio é convertida em marca de autoridade.

É importante destacar que os últimos 20 anos compreenderam um período de grandes transformações políticas e sociais no Brasil. O início da década dos anos 2000 assistiu a um momento de reorientação das políticas públicas de inclusão social, incluindo gênero e raça, e de expansão do ensino universitário no país. Com a primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que propôs uma abordagem baseada na autonomia da mulher via educação e redistribuição de renda, como forma de superação das situações de pobreza, violência e exclusão social.

No rastro deste modelo de desenvolvimento social, em 2010 o Brasil elegeu e reelegeu a presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir o governo federal no país. Contudo, sua gestão foi cassada em 2016, abrindo espaço para ascensão de uma administração pública pautada por forças sociais lideradas pelo mercado, por elites empresariais e por religiosos. O governo de dois anos de Michel Temer (2016-2018) promoveu cortes e ajustes fiscais em meio a uma grande crise de confiança na política brasileira. Do ponto de vista do investimento na ciência os recursos foram se tornando cada vez mais escassos.

Nas eleições de 2018, foi eleito Jair Bolsonaro, representante da extrema direita, com uma proposta de cortes ainda mais profundos nas áreas sociais e educacionais e de uma promessa de reorientação e/ou extinção das políticas públicas para as mulheres, negras/os, quilombolas, homossexuais e demais populações sub-representadas no contexto brasileiro. Esse quadro gerou um processo de paulatina descontinuidade de programas e políticas de gênero, diversidade, com base em ideais e moralidades conservadoras.

A gestão de Bolsonaro também foi marcada por uma relação conflituosa com as universidades brasileiras, caracterizada por cortes orçamentários severos, intervenções políticas na autonomia universitária e discursos que deslegitimam o papel das instituições de ensino superior. Durante seu mandato, o financiamento federal às universidades públicas foi significativamente reduzido, comprometendo o funcionamento básico, a pesquisa científica e projetos de extensão, enquanto bolsas de pesquisa e programas estratégicos foram descontinuados ou drasticamente diminuídos. Além disso, declarações recorrentes de Bolsonaro e membros de seu governo retratavam as universidades como espaços de "balbúrdia" e doutrinação ideológica, criando um ambiente de desconfiança pública em relação a essas instituições. A nomeação de reitores alinhados ao governo, muitas vezes ignorando a vontade da comunidade acadêmica, agravou ainda mais a crise institucional, gerando tensões internas e comprometendo a autonomia universitária. Esse conjunto de ações e discursos colocou as universidades sob ataque direto, como forma de fragilizar o ensino público, a produção científica e o papel das instituições como espaços de pensamento crítico e inovação no Brasil.

Complexificando o perfil deliberadamente irresponsável da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, e sua repercussão, especialmente para a vida das mulheres, está o chamado “apagão” de dados e estatísticas. Desde o final abrupto da gestão de Dilma Rousseff até os dias de hoje, diversas informações e dados produzidos por anos pela gestão pública brasileira foram retirados do ar. Entre 2019 e 2022, foi apagada, em diversas áreas, incluindo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a memória oficial do trabalho produzido por estes órgãos nos últimos anos em *websites* e arquivos virtuais oficiais. Ademais, o Censo Demográfico não foi prioridade naquele contexto político. Na década de 2010-2020, o Censo deveria ter sido realizado em 2020. Contudo, em função da pandemia de COVID-19 e da falta de recursos destinados no orçamento da União, o Censo não foi realizado. A coleta de dados para o Censo começou apenas em 2022, após decisão judicial que determinou a realização da pesquisa (IBGE, 2021) e os primeiros resultados começaram a ser publicados em 2023.⁴

No momento desta escrita, em 2024, o Brasil vive o período posterior às eleições que rejeitaram a continuidade da gestão Bolsonaro. Neste contexto, o país experimenta os dois primeiros anos da terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda

⁴ <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/30747-comunicado-sobre-o-censo-2022.html> (Acesso em 07/09/2021).

enfrentando as sequelas de um período de baixo investimento público, especialmente nas áreas sociais e educacionais, do estímulo ao armamentismo e à violência e do estabelecimento de uma cultura da desacreditação das estatísticas, da ciência e de questionamentos pouco profícuos sobre o papel da educação.

Este cenário produz grandes desafios para a universidade, para a produção e divulgação científica e para o combate ao racismo estrutural, a desigualdade de gênero e a mobilidade social nas camadas periféricas. As assimetrias sociais estão presentes na universidade, assim como estão presentes na sociedade brasileira. Entretanto, o espaço acadêmico é considerado lócus privilegiado para discussão de problemas estruturais que tolhem o desenvolvimento brasileiro, seja no campo econômico, seja no campo social.

De acordo com Heilborn & Sorj (1999:186), a universidade, por ter uma grande circulação de ideias, tem maior possibilidade de receber, elaborar e disseminar as demandas feministas e de inclusão social, por exemplo. Segundo as autoras, a consolidação dos estudos de gênero nas ciências sociais indica que o discurso sociológico é “permeado e reformulado por novas reflexões e entendimentos que se originam fora de seus limites organizacionais”. Ao mesmo tempo, é importante observar as dinâmicas internas deste campo social conformado na universidade. Retomando a discussão de Schiebinger (2008), a ciência, embora almeje uma produção de conhecimento objetiva e universal, está profundamente marcada por desigualdades estruturais. A própria estrutura acadêmica, como apontado, recorrentemente privilegia homens, brancos e de classes mais favorecidas, o que influencia diretamente tanto os temas de pesquisa quanto os resultados produzidos.

Adicionalmente, com o advento da pandemia de COVID-19⁵, a inovação na pesquisa científica, no que tange ao desenvolvimento de vacinas e de novas soluções de tratamento médico, farmacológico e não farmacológico, como o desenvolvimento de protocolos de proteção contra o vírus, tomou ainda mais importância e visibilidade. Neste sentido, a divulgação científica, desafiada por um ambiente de forte negacionismo, por vezes instigado pela própria gestão pública brasileira, foi instada a reforçar sua atuação na reelaboração do diálogo entre ciência, saúde, mídia, cultura e sociedade.

⁵ Em maio de 2020, a COVID-19 tornou-se a maior *causa mortis* no Brasil.
<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html#.YQxcsY5KhPY> (Acesso em 21/07/2021).

As mulheres estão no centro desta questão, uma vez que são maioria absoluta nas equipes de saúde e profissionais do cuidado, por exemplo. Altamente impactadas pelo ambiente de crise sanitária, política e social, cerca 85% das equipes de enfermagem são compostas por mulheres, e cerca de 60% são de mulheres negras (COFEN, 2017).⁶ As mulheres também foram mais sacrificadas pelas medidas preventivas de isolamento físico no interior dos domicílios, uma vez que são majoritariamente responsáveis pelo cuidado com a família, incluindo limpeza, preparação de alimentos, cuidados com as crianças e idosos (Barreto & Guedes, 2023).

Da mesma forma, as mulheres que atuam na carreira acadêmica foram bastante impactadas pela pandemia e pelo isolamento social. Segundo pesquisa realizada em 2020 (Candido & Campos, 2020), a submissão de artigos de autoras já era menor antes da pandemia. Com o período de reclusão forçada nos meses de quarentena, houve uma redução significativa na produção refletida na submissão de artigos de autoria de mulheres. De acordo com a série histórica analisada entre 2016 e o primeiro trimestre de 2020, a média de artigos em que mulheres eram coautoras ou autoras (não importando a ordem de autoria) foi de 41%. No segundo trimestre de 2020 (em andamento no momento do levantamento dos dados), a porcentagem foi de 28%, a menor registrada do período todo analisado. Os índices são ainda piores quando se observa a porcentagem de submissão de primeiras autoras: a média entre 2016 e primeiro trimestre de 2020 foi de 37%, enquanto no segundo trimestre de 2020 caiu para 13%. Segundo o movimento *Parent in Science* (2020), 47% das mulheres com filhos não conseguiram seguir com o planejamento de publicações em 2020. Adicionalmente, 47% das docentes negras conseguiram submeter artigos, seguidas das brancas, com 50%, os homens, negros ou brancos foram menos impactados, pois 63% conseguiram cumprir os planos e, finalmente, 70% dos brancos seguiram publicando seus artigos. As pesquisadoras negras e as mães foram ainda mais afetadas, agravando a sub-representação feminina e negra na universidade e na ciência.

Este rápido sobrevoo sobre o cenário brasileiro nos últimos anos, que será retomado no decorrer deste trabalho, situa o contexto da pesquisa. Neste momento de tensão social que o Brasil enfrenta, é basilar entender as dinâmicas da sociedade, as respostas das políticas públicas e a ausência de políticas. Tal cenário aponta para

⁶ Conselho Federal de Enfermagem – Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil (2017)

necessidade da permanente verificação dos indicadores disponíveis e de produção de conhecimento sobre as disputas de poder na definição dos sentidos da universidade brasileira, assim como das dinâmicas que permeiam o processo da educação superior e das ciências.

1.2. Nota metodológica

A investigação tem como base os três níveis de análise propostos por Schiebinger (2008), quais sejam, a participação das mulheres nas ciências, o gênero nas culturas das ciências e o gênero nos resultados das ciências. Na perspectiva desta autora, é imprescindível verificar o cenário da participação da mulher na universidade e na ciência, a partir da combinação de investigações quantitativas e qualitativas.

Dessa forma, a pesquisa aborda aspectos quantitativos e qualitativos com o objetivo de traçar um perfil institucional que permita compreender melhor as dinâmicas de gênero na UFRRJ, assim como as oportunidades oferecidas a docentes e alunas. A análise dos dados visa considerar atributos das informações disponíveis produzidas no país nos últimos anos, destacando aqueles que sustentam, ou que poderiam sustentar, políticas públicas e sociais mais inclusivas.

Ao oferecer uma visão ampla e fundamentada sobre as disparidades de gênero, o estudo pode ajudar a orientar iniciativas que promovam equidade, ampliação de oportunidades e apoio direcionado a grupos sub-representados. Esse conhecimento pode se traduzir em políticas institucionais mais efetivas, sensibilizando gestores e formuladores de políticas para a importância de práticas inclusivas e acessíveis que fortaleçam a diversidade e o desenvolvimento social nos ambientes de produção do conhecimento científico.

A investigação recorre à análise dos dados produzidos pela Plataforma Sucupira (CAPES), pelo Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq, pelo Censo da Educação Superior do INEP e pelo Censo Demográfico e a PNAD, do IBGE, assim como com dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFRRJ, e informações internas da UFRRJ disponibilizadas para esta pesquisa através de solicitação pelo Portal da Transparência da universidade, com relação à docência, alunas e alunos vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Assim, a pesquisa tem por base a análise de dados e documentos articulada com a literatura dos estudos de gênero. O intento é fazer um estudo interseccional (Crenshaw,

1989; Hill Collins, 2016) sobre a posição e atuação das mulheres na universidade e os marcadores sociais que as entrelaçam neste campo social.⁷

Como argumentam Muzzopappa & Villalta (2011), os documentos podem ser abordados a partir da perspectiva da pesquisa social e como um campo de investigação em si. Levando-se em consideração a dinâmica e lógicas institucionais que lhes deram origem, é possível explorar, a partir deles, as representações que operaram em sua construção. Para Castro & Monnerat (2019), a análise de dados e documentos deve considerar que essas informações não são “neutras”, pois estão inseridas em um processo subjetivo de sua produção, manutenção e utilização. Ou seja, o processo de construção social dos dados é um viés importante para refletir sobre quais são as perspectivas e referências que as instituições priorizam mostrar ou camuflar. Esta proposta de análise evita o entendimento que dados são verdades indiscutíveis, fato que desconsidera o contexto de sua produção e divulgação.

Neste sentido, é importante destacar produção insuficiente de dados importantes para a análise social que impactam tanto a produção de pesquisas acadêmicas quanto ofuscam o processo de autoconhecimento das instituições de produção científica no Brasil. Dados como sexo, gênero não constam de diferentes documentos produzidos pelas instituições que monitoram ou que desenvolvem políticas públicas educacionais. Entidades que produzem dados sobre a educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação, como INEP e CAPES, CNPq, por vezes não utilizam nem mesmo uma categorização por sexo e por cor/raça. Já a universidade pública organiza as informações de seus servidores utilizando os sexos feminino e masculino e desconsidera a categoria gênero de suas bases de dados. Ademais, quando indicado, gênero é entendido como sexo, estabelecendo uma ordem de dualismo binário da relação mulher x homem, quando os estudos sociais mostram que falar de gênero não é falar somente de diferenças sexuais, mas sim de feminilidades e masculinidades construídas socialmente fora da lógica heteronormativa.

A lógica dos dualismos é especialmente questionada pela bióloga feminista Anne Fausto-Sterling (2002), ao afirmar que esse tipo de análise oculta nuances e relações de

⁷ Nos termos de Bourdieu (2004:20), o campo social se configura como um microcosmo da sociedade, formando um universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem suas produções. O microcosmo científico é um mundo social, como o campo literário, jurídico, artístico, entre outros, que observa regras sociais específicas e relativamente independentes do mundo social que o circunscreve.

interdependência entre as duas extremidades. Para a autora, dualismos como sexo/gênero, limitam a reflexão e a ação da abordagem feminista, visto que, natureza e cultura estão totalmente interligadas e a ciência está também no cerne desta questão. As conclusões científicas são situadas e refletem pensamentos, moralidades de cada tempo. As definições de feminino estão submetidas ao reconhecimento do corpo feminino, mas também ao padrão de comportamento socialmente aceito. A abordagem de Fausto-Sterling contribui para desnaturalizar a linguagem da ciência, mostrando que não há uma objetividade neutra e imparcial nem causalidade das leis imutáveis da biologia.

Portanto, a reflexão de Fausto-Sterling (2002) impacta a presente pesquisa pois importa salientar que o uso binário da categoria sexo, como um padrão de coleta de dados utilizado pelas universidades brasileiras, não dá conta da variedade de identidades de gênero que circulam no mundo social, uma vez que as assimetrias entre o masculino e o feminino se apresentam como um importante marcador que restringe ou não o acesso aos bens e aos direitos individuais e coletivos, mas não é o único. Os marcadores sociais se sobrepõem e se interligam, formando teias de experiências individuais e coletivas, difíceis de serem captadas com dados fechados.

A produção de dados sobre a diversidade nos *campi* universitários brasileiros tem se mostrado cada vez mais estratégica para a formulação e avaliação de políticas públicas de inclusão. A coleta sistemática de informações sobre a origem social, raça, gênero e outras características dos estudantes permite identificar desigualdades, mapear as necessidades específicas de cada grupo e monitorar o impacto das ações afirmativas.

A pesquisa qualitativa possibilitou a construção de conhecimento a partir da voz de docentes e alunas da UFRRJ. Esta etapa aconteceu por meio da análise do conteúdo das comunicações mediadas por computador e a observação sobre as práticas de comunicação e interação do grupo pesquisado (Kozinets, 2014). A análise ocorreu por meio de vídeos disponibilizados na internet, publicados na plataforma *You Tube*. Foram analisados vídeos produzidos entre os anos de 2020 e 2023 por docentes e alunas da UFRRJ que discutem questões referentes à participação feminina no ambiente acadêmico e na universidade através de diferentes perspectivas científicas.

Os vídeos foram desenvolvidos remotamente, em função das limitações de contato físico para prevenção da COVID-19. Nesse contexto, plataformas como o YouTube e as redes sociais tornaram-se espaços para a difusão de conhecimento e o fomento da

educação à distância e, ainda que demande amplos debates sobre o uso e a efetividade desses espaços virtuais no aprendizado e no processo cognitivo, é inegável que o mundo virtual assumiu um papel relevante na divulgação científica e na promoção da visibilidade da ciência.

De fato, as novas tecnologias de comunicação em massa não apenas possibilitam o debate, mas também oportunizam que usuárias e usuários se tornem protagonistas e produtores de conteúdo como forma de amplificar suas vozes. Esses espaços virtuais, ao democratizar o acesso à informação e à disseminação de conteúdos e experiências, permitem que grupos historicamente marginalizados no ambiente acadêmico, como mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+, elevem suas vozes e reivindicações no debate sobre gênero, raça e desigualdades sociais. A ampliação do acesso a essas tecnologias possibilita que temas anteriormente menos visíveis no debate público, como questões de gênero, raça e desigualdades sociais na universidade, ganhem maior espaço para discussão, reflexão e embate. Esse movimento, ao mesmo tempo em que impulsionou a conscientização e o engajamento em prol da justiça social e da inclusão, também contribuiu para a amplificação de discursos de ódio e a polarização da sociedade.

Assim, enquanto as tecnologias ampliam o alcance de temas historicamente invisibilizados, também potencializam a disseminação de vozes que antes permaneciam à margem. Nesse contexto, a abordagem de pesquisa qualitativa torna-se essencial para uma análise mais aprofundada das experiências das mulheres na universidade, evidenciando suas narrativas e desafios em meio às transformações e tensões que permeiam o cenário social contemporâneo.

Nesse contexto, a abordagem qualitativa tem favorecido um entendimento mais abrangente da situação das mulheres na universidade, sob a ótica de docentes, pesquisadoras e alunas em ação, em pleno exercício de uso de seu espaço enquanto participante de um grupo social forjado na universidade, falando para uma ampla audiência virtual (via You Tube). Os vídeos em questão abordam a condição da mulher na universidade, majoritariamente nas áreas das ciências exatas e permitem, em primeiro lugar, perceber experiências e perspectivas frequentemente marginalizadas em espaços acadêmicos mais tradicionais. Ao analisar os vídeos, é possível identificar e compreender as diversas formas de opressão e desigualdade de gênero vivenciadas por mulheres na UFRRJ, bem como as estratégias de resistência e fortalecimento que elas desenvolvem. Em segundo lugar, essa análise contribui para ampliar o conhecimento sobre a produção

de saberes na universidade, ao demonstrar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para questionar e transformar as relações de poder existentes.

Ao mesmo tempo, a pesquisa visa compreender as peculiaridades de produzir conhecimento na UFRRJ, que se apresenta como uma instituição distinta das demais universidades da região do Rio de Janeiro, em função de sua condição de universidade constituída para o mundo rural, mas que hoje abraça e é abraçada pela periferia da Baixada Fluminense. A Rural oferece cursos de graduação e pós-graduação únicos na região Sul do estado do Rio de Janeiro como os de Engenharia Florestal, Zootecnia, Recursos Pesqueiros, Inovação em Agropecuária, Educação do Campo, por exemplo.

Assim, no rastro das reflexões de Peirano (2014), que considera a pesquisa em ciência sociais como um processo constante, que articula teoria social à pesquisa empírica, que gera uma atividade baseada no olhar constantemente construído na relação da/o pesquisadora/o com a realidade social observada, esta pesquisa pretende contribuir com o campo de estudos de gênero, universidade e ciência, no sentido de mapear as mudanças e as permanências sociais, observando especialmente a disposição e distribuição de oportunidades entre mulheres e homens no ambiente universitário neste momento histórico.

1.3. Antecedentes da pesquisa

A análise proposta nesta pesquisa parte de minha experiência de trabalho com as temáticas de gênero, diversidade e educação vivenciada a partir de 2005. Esta trajetória foi potencializada com a participação no desenvolvimento de políticas públicas propostas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a partir do meu vínculo profissional com o Centro Latino-Americano em Sexualidade em Direitos Humanos, sediado no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ).

A então SPM, sob o comando da professora Nilcéa Freire, em articulação com o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, incluiu em suas ações a construção de uma política de formação continuada de profissionais da educação e agentes públicos, tratando articuladamente as questões de gênero, raça/etnia e diversidade de orientação sexual. Neste rastro, foram desenvolvidos, em parceria com o CLAM/IMS/UERJ, os cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE), Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS), Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPPGeR) e Especialização em Gênero e Diversidade (EGeS).

A fundamentação teórica que embasou a construção destas políticas de formação levou em consideração a equidade de gênero sob o pressuposto de que o masculino e o feminino têm igual valor, tomando a relação entre os sexos como socialmente construída. Não isto apenas, mas que a orientação sexual e a identidade étnico-racial também são construções sociais, históricas e simbólicas, que não possuem fundamento biológico e que só encontram existência na realidade social, ou seja, no universo das relações entre indivíduos. A partir deste princípio, como ressaltam Rohden & Carrara (2008), abordar tais categorias em conjunto no cotidiano da escola e da sociedade é fruto da compreensão de que as convenções sociais decorrentes das relações de gênero podem ser transformadas.

As premissas adotadas no desenvolvimento dos cursos atuaram como uma oportunidade formativa importante também para as equipes envolvidas. O tratamento articulado de processos de exclusão e o diálogo intrínseco ao desenvolvimento dos trabalhos possibilitou a discussão de pontos de vistas diversos para temas tão complexos.

Esta experiência foi determinante para a decisão de aprofundar os estudos de gênero na pesquisa acadêmica. Em 2010, no mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV/RJ), a análise recaiu sobre a estruturação da política pública de Gênero e Diversidade na Escola, a partir da premissa oficial de elevar a qualidade da educação brasileira e sua abrangência, fundamentada na valorização da diversidade no ambiente escolar.

Para a dissertação, foram analisados 60 memoriais (que eram parte do sistema de avaliação do curso GDE) de professoras e professores que dissertaram sobre suas experiências com a formação proposta. Uma conclusão possível desta experiência foi de que cursos como o GDE são potentes para promover reflexões sobre o papel e os desafios da docência e que a abordagem de tais temáticas provoca debates fora do ambiente de trabalho, alcançando familiares e demais pessoas das diversas relações de cada profissional. O trabalho teve como base teórica os estudos de Pierre Bourdieu (2009) sobre a característica do campo educacional com reprodutor de desigualdades sociais e Anthony Giddens (1991) acerca da relação desencaixe e reflexividade, neste caso da pesquisa, produzida por novas discussões acerca de entendimentos arraigados sobre costumes e moralidades e aplicados à dinâmica da formação em gênero e diversidade.

Especialmente sobre os estudos de gênero e diversidade, a investigação partiu do pressuposto que é basilar discutir os processos de formação histórica, social e linguística, imbricadas na formação de mulheres, homens, meninas e meninos. As teorias feministas de Joan Scott (1995), Maria Luiza Heilborn, Bila Sorj (1999) e Guacira Louro (1997) ajudaram na interpretação dos memoriais, sob a luz de conceitos que enfatizam que as identidades masculina e feminina são construções culturais engendradas sobre os corpos, não sobre dados biológicos naturais e universais. Para Heilborn & Sorj (1999) as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres nas relações sociais ao longo da história. Desta forma, gênero tornou-se uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como classe social e raça/etnia.

Concomitante com a reflexão acadêmica, desenvolvi o trabalho junto à Coordenação do curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na UERJ que, até o momento, conta 4 edições (2010-2011; 2013-2014; 2015-2016 e 2019-2020). No que tange ao conteúdo abordado pela especialização, notadamente as teorias de gênero e orientação sexual, a experiência de aplicação dos cursos tem revelado o processo

reflexivo, no sentido discutido por Giddens (1991). Neste, as práticas e as certezas necessitam de constante reformulação, já que são examinadas e reexaminadas permanentemente sob o efeito do conjunto de novas informações sobre essas mesmas práticas e teorias. Este processo complexo é experimentado a cada oferta do curso, pois o público é majoritariamente formado pela militância de movimentos sociais, estudantes das áreas de ciências humanas e sociais, saúde, psicologia e educação, além de gestoras e gestores públicos, consolidando um tripé com diferentes experimentações e expertises.

Na primeira edição do curso EGeS, desenvolvida em 2009, o ambiente social brasileiro era totalmente diverso do experimentado na última edição, realizada entre 2020 e 2021. Naquele momento, os estudos de gênero estavam em pleno desenvolvimento no âmbito das pesquisas acadêmicas, inclusive impulsionados por políticas científicas e a experiência empírica e de reflexão servia de sustento para políticas públicas que buscavam a autonomia feminina. Entretanto, a partir do golpe contra a primeira mulher que ocupou a presidência do Brasil, os estudos de gênero e a própria universidade, juntamente com o conhecimento científico tem sofrido ataques.

O momento atual é extremamente delicado, pois o debate público está permeado por notícias falsas, narrativas construídas sobre premissas claramente enganosas e, no cerne deste processo, estão os estudos de gênero, a educação para a diversidade e sobre a emancipação feminina do patriarcado histórico. O projeto Escola sem Partido⁸ foi um exemplo deste processo, que culminou com a eleição de um representante da extrema direita no Brasil, após mais de 15 anos de uma gestão central de orientação progressista.

Neste contexto, o exemplo do desenvolvimento do EGeS pode ser entendido como um processo cotidiano de perda e reapropriação de habilidades e conhecimentos, criando um grande desafio para a ciência e o fazer científico. Os estudos e os debates, intrínsecos ao desenvolvimento do curso e à proposta de construção coletiva do conhecimento, provocam um desencaixe na estrutura original do curso a cada edição, provocando que

⁸ O movimento Escola Sem Partido surgiu no Brasil em 2004, em meio a críticas ao que seus idealizadores consideravam "doutrinação ideológica" nas escolas. Propondo neutralidade política e religiosa no ensino, ganhou força na década de 2010, especialmente durante debates sobre gênero e sexualidade. Para Santos & Biroli (2023), o Escola sem Partido encontrou oportunidades de difusão e institucionalização no processo recente de crise da democracia no Brasil. As autoras ressaltam que no contexto brasileiro, uma das características dessa crise é a utilização de apelos morais, como a moralização da política (oposta à corrupção) e das relações sociais cotidianas (em reação às mudanças nas dinâmicas de gênero e nos padrões familiares, afetivos e sexuais), para justificar o desrespeito às garantias legais e a deterioração de valores e instituições democráticas.

uma reflexividade que reorganiza as práticas sociais, mediante o acesso ao conhecimento constantemente renovado sobre estas próprias certezas preliminares.

No rastro dessa trajetória acadêmico-profissional e na sequência da reflexão sobre políticas públicas nas áreas de gênero e diversidade, a pesquisa “A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade”, se configurou como uma investigação quantitativa sobre a democratização do ensino superior entre 2004 e 2012. Os resultados desta investigação, publicados pela Faculdade Latino-Americana em Ciências Sociais – Flacso/Brasil, mostraram que a desigualdade de gênero está arraigada na universidade e na pesquisa científica, alertando que guetos masculinos e femininos são formados no interior dos cursos e grupos de pesquisa, refletindo a divisão sexual do trabalho, que historicamente organiza a sociedade brasileira. Esta configuração de mulheres em posições mais ligadas à educação, ao cuidado e às ciências humanas, e os homens mais ligados às técnicas, a lógica e as ciências exatas.

Este trabalho foi decisivo para uma tomada de decisão para o curso de doutorado. A desigualdade de gênero em instâncias qualificadas, mostrada nesta investigação, detalhada por área do conhecimento acabou por instigar uma análise mais aprofundada sobre as dinâmicas da democratização da ciência com a entrada e de mais mulheres e negras/os no ensino superior e na continuidade para a pós-graduação, o mestrado e o doutorado.

A entrada no doutorado e a imersão nas leituras dos estudos de gênero, aliada com a relatada trajetória profissional, desenvolvida totalmente em uma universidade pública, formam a base de sustentação desta pesquisa. Esta articulação instiga o questionamento da construção da programação de gênero incrementada no contexto brasileiro nos últimos anos, suas promessas e seus resultados. Nesse sentido, partimos da ideia de que a ascensão de governos progressistas abriu espaço na agenda da democracia liberal para a implementação de projetos para a inclusão de gênero e raça.

Assim, pretende-se focar em particular nas mulheres que conseguem alcançar os níveis mais elevados de estudo, seguindo premissa de que estão incluídas em uma instituição que propõe ensino de qualidade para todas e todos, ciente da sua localização espacial, da sua função de articular raízes e orientação para o futuro, e comprometida com aspirações democráticas e de justiça social.

Capítulo 2 – Questões estruturais: desigualdades de gênero na educação

Tem uma referência de mulher negra na graduação? Cadê? No trabalho tem algumas, mas quando eu estava na graduação, cadê a minha referência? Era eu por mim, enfrentando desafios.

Ana Gabriela Oliveira, *live* A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal, 2021.

O questionamento que abre este capítulo, articulado pela engenharia florestal Ana Gabriela Oliveira, formada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi captado no âmbito de um da mesa redonda “A Mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal”, realizada em junho de 2021, e reflete a percepção comum da combinação entre ausência e invisibilidade feminina nas ciências, como produtoras de conhecimento. Por motivos diversos, que serão esmiuçados adiante, a distinção de gênero na educação tem início nos primeiros anos da trajetória escolar e segue pela universidade e pela vida profissional, inclusive na carreira acadêmica.

Por muito tempo as mulheres foram alijadas da educação superior e a justificativa para esta exclusão passa por superadas teorias psicológicas e cognitivas, que associavam as mulheres a algum tipo de limitação intelectual. Portanto, nos idos do século XX, a ciência era considerada imprópria para o sexo feminino, assim como a vida pública. De acordo com Schiebinger (2008), historicamente, o status social das mulheres era definido pelo casamento, enquanto as expectativas em relação aos homens estavam centradas no sucesso profissional. Esta realidade tem mudado gradativamente e, como fruto da intensa luta coletiva dos movimentos feministas, as mulheres têm conquistado avanços. Como consequência, a inclusão das mulheres continua sendo pauta de debates na educação, na ciência, no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que suscita grande discussão nas lutas pela superação da condição de subalternidade que a feminilidade tradicionalmente ocupa no espaço público.

2.1.O debate sobre a divisão sexual do trabalho e o desafio da democratização

No que tange ao âmbito privado, estudos recentes mostram que o trabalho doméstico e de cuidado continua sendo majoritariamente feminino. Segundo a pesquisa Notas de Política Econômica-NPE 51 (Resende *et al.* 2024), 11,2 milhões de mulheres estavam fora da força de trabalho remunerada em 2022 porque tinham que cuidar de crianças, de pessoas com deficiência ou realizar afazeres domésticos. Destas, 6,8 milhões são negras e 4,3 milhões são brancas, o que reafirma o cenário de desigualdade no Brasil. Segundo as pesquisadoras, ambas são duramente impactadas, só que de uma forma diferente: mães solo brancas ficam próximas da linha da pobreza, enquanto as negras beiram a extrema pobreza. Como fruto de uma socialização e de uma educação sexista, as mulheres são instadas a assumir sozinhas a responsabilidade com as tarefas domésticas, com os filhos, e as atividades de cuidado, de maneira geral. Estas atribuições tomam tempo e, se não compartilhadas, causam sobrecarga física e psicológica, dificultando e até mesmo impedindo a movimentação feminina para outros âmbitos que não o trabalho de cuidado.

Apesar de fundamentais para a manutenção da vida e para o funcionamento da economia, esses cuidados não são considerados produtores de riqueza pelas métricas tradicionais. Isso revela uma grave limitação dos indicadores econômicos convencionais, que invisibilizam o trabalho de reprodução social, majoritariamente realizado por mulheres, e que sustenta, de forma silenciosa, toda a dinâmica do trabalho produtivo. Ao desconsiderar esse tipo de atividade como valor econômico, perpetua-se uma lógica que naturaliza a desigualdade de gênero e reforça a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado na sociedade.

No Brasil, o IBGE enquadra o trabalho doméstico e o de cuidado como “outras formas de trabalho”, são entendidos como pertencentes ao âmbito da reprodução social e não da seara produtiva, uma vez que, ou não são precificados, ou não fazem parte do cômputo do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Dados da PNAD⁹ referentes ao ano de 2018, mostraram que as horas semanais gastas pelas mulheres (21,3 horas) nessas atividades eram quase o dobro das gastas pelos homens (10,9 horas). Estes dados são

⁹ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas> (Acesso em 18/01/2020).

anteriores ao isolamento social no contexto da pandemia de COVID-19 e diversas análises têm mostrado o aprofundamento da desigualdade entre os gêneros no desempenho das tarefas domésticas e no mercado de trabalho naquele contexto pandêmico. Conforme salientado por Pereira de Melo & Morandi (2021), o grande desequilíbrio demonstrado reiteradamente através do número de horas trabalhadas entre mulheres e homens, levando em consideração o trabalho produtivo e o trabalho doméstico, estava apenas camuflado em uma diferença numérica visível. A pandemia mostrou que o fosso de gênero é muito maior, pois revelou um retrocesso nos avanços e nas conquistas femininas, tanto no que diz respeito ao trabalho de responsabilidade sobre o bem-estar familiar, quanto na perda de postos no mercado de trabalho, em números superiores aos masculinos.

Este desequilíbrio de gênero aumenta significativamente a diferença entre homens e mulheres na distribuição das oportunidades e possibilidades de autonomia. A PNAD Contínua¹⁰ mostrou que o desemprego registrado no último trimestre de 2020 foi de 11,9% entre os homens e chegou a 16,4% entre as mulheres. Entretanto, a sobrecarga verificada durante a pandemia não se configura como o único empecilho, o preconceito com o trabalho feminino ainda exclui as mulheres do mercado de trabalho remunerado. No cenário pré-pandemia, a PNAD 2019 mostrou que com a crise econômica que o Brasil já enfrentava nos últimos anos, a taxa de desemprego feminino era de 13,9% enquanto o patamar masculino era mais baixo: 10% para os homens. As mulheres também são mais afetadas pelo desemprego de longo prazo, e 28,8% das desempregadas estavam nessa situação há pelo menos dois anos. No caso dos homens, o peso relativo nesta situação era de 20,3%.

De acordo com Jesus (2018), após a infância, as mulheres passam a vida ofertando trabalho doméstico não remunerado, ao contrário dos homens, que são consumidores deste serviço. Os níveis de renda influenciam a dinâmica feminina, mas a masculina permanece constante, independente da classe social. Em uma análise interseccional, é fato que para a mulher negra, a carga de trabalho e de responsabilidades é ainda maior, pois as negras ocupam majoritariamente cargos de menor prestígio social, são maioria absoluta entre as empregadas domésticas, e funcionam como suporte para as mulheres brancas, de

¹⁰ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020> (acesso em 04/06/2021).

classe média, terem tempo de dedicação para o trabalho ou para a formação acadêmica, ao delegar as responsabilidades de cuidados para as empregadas e babás.

Nogueira (2017) chama atenção para a relação de dependência da ascensão econômica branca ao trabalho da mulher negra e da contínua desvalorização dessa relação profissional-pessoal, que é o trabalho doméstico, assim como de uma total subalternidade da força de trabalho das mulheres negras, que são naturalizadas:

como as mulheres brancas de classe média poderiam ascender enquanto profissionais qualificadas se não fosse depositando sobre as costas destas mulheres negras o peso de suas famílias? Se perpetua ainda nos dias de hoje a lógica de exploração escravocrata que usa a mulher negra, a estagnando e objetificando. (Nogueira, 2017: 53)

Ou seja, a ampliação desse espectro de análise é o entendimento da indissociabilidade do gênero com outros marcadores da diferença, especialmente raça e classe. A ideia de interseccionalidade, difundida pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989), caracteriza a interdependência dessas três dimensões das relações de poder. E, no Brasil, é crucial abordar de forma interseccional a problemática do racismo, que é estrutural e institucionalizado. Lélia González (2019) afirma que a premissa constitucional de que todos são iguais perante a lei é puro formalismo, já que racismo mantém negros e índios na condição de subordinados, nas classes mais exploradas, através da persistente teoria do branqueamento:

Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) e internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (González, 2019: 346)

Assim, é essencial ampliar o debate de gênero para incluir as experiências de mulheres e homens, negros e brancos, em diferentes contextos da vida social. Os dados

das desigualdades no mundo do trabalho corroboram a reflexão que Hirata & Kergoat (2007) fazem ao afirmar que a divisão sexual do trabalho escora a dinâmica da relação entre homens e mulheres. A questão é que o incremento da participação feminina no mercado de trabalho não foi acompanhado de uma revisão do papel dos demais membros da família, ou das responsabilidades da mulher cuidadora. Por outro lado, a família idealizada, com a presença de homem provedor e mulher cuidadora é cada vez mais rara. Na realidade brasileira, de acordo com dados do IPEA, em 2015, 40,5% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. Portanto, pelo tamanho da responsabilidade atribuída às mulheres, ao acumular sozinhas as funções de provedoras e cuidadoras, é necessário reconhecer a necessidade de incluir este grupo na perspectiva de direitos. Nesse sentido, é de suma importância para a vida das mulheres o reconhecimento do poder público sobre a reprodução social e a dependência, não apenas na ponta de quem necessita mais de cuidados, como crianças, idosos e enfermos, mas também por quem é responsável por tal tarefa, ou seja, o trabalho das cuidadoras em seus domicílios. O cuidado é direito e trabalho, há que necessite de cuidado, há quem trabalhe no cuidado. Segundo Pascale Moliner (2014: 32), “a perspectiva de cuidado é indissociável de uma utopia política que coloca a divisão do trabalho no centro”.

Neste sentido da centralidade da divisão do trabalho apontada por Moliner, é necessário levar em conta o valor econômico dos afazeres domésticos. Segundo cálculos apresentados por Jesus (2018) em sua tese de doutorado, utilizando o parâmetro de valorização do trabalho doméstico remunerado, as mulheres tiveram a mesma contribuição para a economia que os homens:

Os homens em todos os níveis de renda e em todas as idades são consumidores líquidos de trabalho doméstico, consumindo mais do que produzem. Aplicando o método de valoração do trabalho doméstico pelo rendimento observado nas ocupações de serviços domésticos e de cuidado de crianças, estima-se que a produção agregada de trabalho doméstico em 2013 tenha representado 10,4% do PIB brasileiro. Combinando a produção no mercado de trabalho com a produção doméstica, demonstrou-se, ainda, que em todas as idades as mulheres contribuíram tanto quanto os homens para a economia. (Jesus, 2018: 11)

Mesmo socialmente desvalorizado, o trabalho feminino efetivamente gera riqueza, esta constatação eleva o trabalho doméstico e de reprodução social como indiscutivelmente fundamental não apenas para as famílias, para as contas públicas e para a economia.

2.2. Autonomia como bem político: interseccionalidade e escolhas

Historicamente, a responsabilidade pela reprodução da vida conferida às mulheres sustenta uma estrutura social que, de acordo com Fonseca (1995), apresenta diversas vantagens no que diz respeito à ordem pública, uma vez que oferece um lar e uma família para as crianças, para os homens, além de reduzir possíveis associações e insubordinação de trabalhadores que têm menos espaços de sociabilidade fora o local de trabalho. Aliás, a família é reconhecidamente um dos espaços mais importantes para a formação da cidadania, por ser socializadora das futuras gerações, por isso é objeto de disputa por instituições como Estado e igreja¹¹. Ademais, é no seio familiar que as crianças aprendem as primeiras noções e representações de gênero e de cidadania.

O histórico processo de socialização de mulheres e homens, é questionado pela literatura feminista, que discute a opressão de uma sociedade patriarcal, mas também a influência nas escolhas pessoais que acabam por alimentar uma moral firmada na obediência, o que recai totalmente no pressuposto capitalista do individualismo e das escolhas pessoais. Para Flávia Biroli (2012), a construção social da desigualdade entre os sexos é um dos questionamentos do feminismo, que discute a naturalização das diferenças

entre traços psíquicos, desejos, competências e comportamentos de mulheres e homens, tomados como uma derivação das diferenças entre os sexos, isto é, das diferenças fisiológicas. Por meio dela (a naturalização das diferenças), convenções e normas manteriam as mulheres atadas à moral da obediência sem que isso representasse uma contradição ou fissura nas normas e instituições orientadas pelo ideal da autonomia (Biroli, 2012: 9)

¹¹ Estas duas instituições, assim como a escola, os esportes, e o sistema de comunicação, ou seja, instâncias estruturantes das sociedades modernas, possuem uma dimensão simbólica da dominação masculina, traduzida por estruturas de pensamento ditas “naturais”, mas que são fruto de coerção social, configurando a chamada violência simbólica. A dimensão simbólica acaba por legitimar o que ocorre na prática, onde a ordem sexual vigente relega a mulher a um papel inferiorizado (Bourdieu, 2012).

Este ponto é fundamental, pois significa dizer que as escolhas individuais estão circunscritas a um conjunto de fatores que perpassam a condição fundamental que é o gênero e suas intersecções com a raça, a origem e a classe social. Assim, as hierarquias entre mulheres e homens alicerçam as escolhas, as preferências e as identidades, reafirmando a posição de subordinação e vulnerabilidade relativa das mulheres. Neste sentido, elas sofrem diversos constrangimentos em relações assimétricas de poder, o que faz com que suas escolhas sejam subordinadas a desdobramentos de seus espaços de interação.

É necessário considerar que as escolhas femininas têm que levar em conta múltiplos fatores que atravessam a experiência das mulheres. Entretanto, as diferentes formas de inserção social, as desigualdades que as circunscrevem, impõe a agência de cada mulher, que vai negociar e traçar percursos de acordo com suas possibilidades, como forma de alcançar alguma autonomia. Neste sentido, a autonomia pode ser considerada um bem político, pois a busca pela autodeterminação está conjugada com a dimensão da comunicação e das relações na construção e ocupação dos espaços. O entendimento desta subordinação e as estratégias adotadas para as possibilidades de resignificação da experiência vivida como mulher, a partir dos diversos marcadores sociais, mulher negra ou branca, mãe ou não mãe, e as diversas formas de inserção e identidades que, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o protagonismo de ser objeto de leis e regras. Não apenas neste âmbito, mas também como agente de redefinição da posição da mulher no mundo e essa resignificação permite brechas nos modos de reprodução de opressões e injustiças.

Os diferentes marcadores sociais da diferença também são analisados através da ferramenta da consubstancialidade, que segundo Kergoat (2010) tem estreita ligação com as desigualdades advindas do sistema capitalista, na relação entre dois grupos sociais antagônicos. A autora afirma que toda relação social é conflituosa e, no caso específico das relações sociais de sexo, surge um paradoxo: “simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho”, Kergoat (2010: 94). Isso ocorre porque as relações sociais possuem valor equivalente: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Para a autora, as

relações sociais formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. Entretanto, todos estes esforços teóricos visam compreender melhor as relações sociais e seus entrelaçamentos. Esse conhecimento é um caminho para a superação das diferentes opressões, subordinações que limitam a vida de mulheres, de meninas, homens e meninos, que são impedidos a fazer escolhas e que são induzidos a assumir papéis rígidos de gênero, em uma discutível díade opressores/submissas.

2.3. Gênero e desempenho escolar: uma reflexão sobre as disparidades educacionais

A participação da mulher na educação brasileira tem sido discutida por pesquisadoras como Fúlvia Rosemberg (1982, 1994, 2001), Guacira Lopes Louro (1997), Marília Carvalho (2001, 2012) e diferentes análises evidenciam as desigualdades no processo de escolarização de meninas e meninos. No geral, as meninas têm melhor desempenho escolar, são menos repetentes, apresentam menor defasagem série-idade, ficam menos em recuperação e apresentam menor índice de evasão. Entretanto, ao longo da vida, elas encontram mais obstáculos no desenvolvimento profissional e no alcance das posições de maior prestígio e poder em diferentes áreas ocupacionais.

Sobre o desempenho no período escolar, a pesquisadora Marília Carvalho (2001) pondera que diferentes indicadores de sucesso acadêmico são influenciados pelas políticas educacionais e por fatores subjetivos e relacionais:

[...] as estatísticas de desempenho escolar têm alguma relação com a aprendizagem dos alunos, porém essa relação é intermediada: pelas políticas educacionais – que podem, por exemplo, levar a fortes pressões pela diminuição drástica do número de reprovados, ou mesmo de indicados para atividades de recuperação; pelo relacionamento entre professores, professoras, alunos e alunas, sempre perpassado por um conjunto de desigualdades sociais como aquelas decorrentes de relações raciais, de classe e de gênero; assim como pelos critérios de avaliação adotados explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente pelos encarregados de avaliar e atribuir conceitos ou notas aos alunos (Carvalho, 2001: 555)

No quesito gênero, Guacira Louro (1997) aponta a existência de uma “naturalização” das práticas que distinguem meninas e meninos, e que muitas vezes são ratificadas pela escola como uma forma correta de conduta. A separação por gênero nos grupos de trabalho, a diferença nos brinquedos e nas brincadeiras, até mesmo no espaço ocupado durante as atividades coletivas. Assim, a pesquisadora questiona:

É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão "características" de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar esses alunos e alunas através de critérios diferentes? (...) precisamos aceitar que os meninos são "naturalmente" mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos "preocupar", pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando "desvios" de comportamento? (Louro, 1997:63-64)

Nesta lógica, a sucessão de atitudes de professoras e professores em sala de aula pode ser um divisor de águas, no sentido de que um tratamento diferenciado entre meninos e meninas tem potencial para afetar o pleno desenvolvimento do cidadão ou da cidadã, o acesso igualitário aos bens sociais e a isonomia de oportunidades, como acesso ao mercado de trabalho ao longo da vida adulta. Isso porque os anos de estudo para ambos os sexos não garantem as mesmas oportunidades de participação na sociedade. Considerando que a escola é uma importante instituição onde acontece a socialização de meninos e meninas (ainda) marcada por diferenciais de gênero, para pensar a educação ao longo da vida e construção de carreiras acadêmico-profissionais é necessário refletir sobre até que ponto a educação fornecida pelo sistema escolar contribui para o quadro de assimetria entre homens e mulheres nas diversas instâncias da vida social.

Na concepção de Bourdieu (2009), a educação é definida como uma instância reprodutora de desigualdades sociais e o campo educacional é um espaço de disputa de poderes, onde tal disputa seria desigual, já que as posições neste “jogo” já seriam predeterminadas em função da herança, no que diz respeito à situação econômica e ao capital simbólico dos indivíduos. Portanto, a socialização diferenciada entre meninos e meninas fora do ambiente escolar também influencia a experiência de aprendizagem.

Nesta teoria, o sucesso acadêmico está subordinado às "relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes" (Bourdieu, 2009:16). Assim, a instituição escolar não é uma instância neutra, que transmite uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avalia os estudantes a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes privilegiadas, onde a origem social dos estudantes (sexo, etnia, classe, local de moradia, entre outros marcadores sociais da diferença) tem um peso considerável. Neste sentido, a escola apenas reproduz estruturas que não são historicamente formadas em seu ambiente.

A questão é que, neste caso, a escola privilegiaria estudantes provenientes da elite dominante, uma vez que toda lógica de sua atuação enquanto instituição visa legitimar conhecimentos e atitudes já formadas pela bagagem familiar. Neste cenário, a escola atua como ratificadora da lógica sexista e racista presente na estrutura da sociedade. Contudo, não é essa a noção que a escola tem de si mesma, já que seu discurso pressupõe uma equidade formal de estudantes, mas a desigualdade está embutida no fazer pedagógico:

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (Bourdieu, 2007:53)

Sem dúvida, o sistema escolar tem sido alvo de discussões sobre sua função social, em razão disso, as mudanças têm acontecido e as feições dos sistemas educacionais têm mudado paulatinamente, especialmente no que tange a universalização do ensino para a erradicação do analfabetismo (no caso brasileiro) e o consequente esforço de inclusão através da educação.

Mesmo sendo a escola atualmente lócus de transformações progressivas, é possível identificar uma situação que engendra um lento processo de exclusão. Isso porque a lógica equivocada da escola e os conflitos associados a uma escolaridade sem outra finalidade, senão ela mesma (Bourdieu & Champagne, 2007:483), desencadeia um processo de eliminação diluído no tempo, fazendo com que a instituição escolar seja

povoada de excluídos em potencial. Assim, o sistema educacional continua excluindo, mas agora exclui de forma continuada e mantém em suas dependências os excluídos, marginalizando-os e produzindo desigualdades. Os autores analisam o sistema escolar sob a lógica do sistema de classes sociais, o menos favorecido social e economicamente seria o excluído em potencial. Mas sua análise nos ajuda a pensar a exclusão dos incluídos sob outras óticas, como as constituídas em função do gênero, da orientação sexual, da raça/etnia e de outros marcadores sociais da diferença.

Ainda para Bourdieu & Champagne, a difusão dos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais sobre o sistema de ensino, especificamente sobre os fatores sociais de êxito ou fracasso escolar, pode ter contribuído para a percepção de educadores, estudantes e pais sobre a situação educacional, e com isso têm suscitado revisões na atuação da escola (Bourdieu & Champagne, 2007:482). Desta maneira, o discurso sobre a escola tem mudado o foco sobre o fracasso acadêmico. A lógica da responsabilidade individual, onde quem fracassa é “destituído de dom e de berço”, estaria sendo substituída pela responsabilização coletiva, onde a insuficiência de recursos oferecidos pela escola, a incapacidade e incompetência dos professores e mesmo o currículo, carente de reformas, tornam-se os principais responsáveis deste sistema em crise. No caso das meninas, as justificativas passam pela questão do desinteresse feminino em áreas como matemática, física e ciências, a partir de um conceito arraigado de que essas áreas não são femininas, e por isso, seria entendido como “natural” a baixa participação e o baixo rendimento das estudantes nestas disciplinas.

O fenômeno da diferença de desempenho entre meninos e meninas em matemática, por exemplo, tem sido objeto de investigações que têm mostrado a persistência da desigualdade. Estudo empreendido pelo Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede/UFMG)¹², publicado em 2018, analisou os resultados na Prova Brasil entre 2005 e 2013 com base no gênero, na raça e no nível socioeconômico (NSE) dos alunos.

Se por um lado o desempenho médio dos alunos do 9º ano da escola pública em matemática apresentou um crescimento de cerca de quatro pontos entre 2005 e 2013, por outro, a diferença no rendimento das meninas em relação aos meninos oscilou entre -6,82 e - 5,07 pontos. Considerando os fatores raça e renda nessa análise, a disparidade nas

¹² <https://revistapesquisa.fapesp.br/expansao-desigual/> (Acesso em 01/08/2021).

notas de alunos brancos de elevado NSE das alunas negras de baixo NSE chega a 41,76 pontos em 2013 – o que corresponde a cerca de dois anos de escolarização. Os dados indicam, portanto, que não só não estamos conseguindo superar as desigualdades educacionais como elas vêm se aprofundando.

Outro levantamento, com dados do Enem, confirma essa diferença de gênero nos resultados de aprendizagem. Os resultados¹³ mostram que os meninos respondem por 72% das mil melhores notas, embora as meninas sejam maioria entre as/os candidatas/os. Os estudantes (tanto os brancos como os negros) se sobressaem principalmente em matemática, com desempenho médio 41,8 pontos superior em relação às meninas; em ciências da natureza (que inclui física, química e biologia), a diferença é um pouco menor, mas também relevante: 24,3 pontos.

As reflexões deste tópico ajudam a compreender que a desigualdade de gênero é potencializada na socialização de meninos e meninas e que o sistema educativo é lócus privilegiado para ratificação da premissa das diferenças que reproduzem desigualdades ou para a desconstrução de estereótipos produzidos por outros espaços de sociabilidade, como a família e a religião.

Neste sentido, é especialmente notável a reflexão de Bourdieu & Champagne (2007) sobre a exclusão dos incluídos, ou seja, daquelas/es que estão institucionalizadas/os, mas que são reiteradamente alijados pelas instituições, em uma produção contínua de marginalizados/as do sistema. O entendimento deste fenômeno contribui para a compreensão de que há uma a poderosa participação feminina no processo educacional, desde a escola, passando pela universidade, no mercado de trabalho e na pesquisa científica, como veremos adiante, mas que as diferenças de participação e desempenho em áreas consideradas mais masculinas e o afunilamento em áreas consideradas mais femininas na formação superior, especialmente da mulher negra e das classes sociais menos favorecidas, são entendidas no senso comum como um problema feminino, ou individual da mulher. Assim, seriam fruto de escolhas como a definição de outras prioridades na vida, e/ou outras responsabilidades familiares que as impedem de seguir caminhos alternativos na escolha da profissão ou na conquista de trajetórias mais regulares de formação e de trabalho.

¹³ <https://infograficos.estadao.com.br/educacao/enem/desigualdades-de-genero-e-raca/> (Acesso em 06/08/2021).

2.4. Reflexões a partir da crítica feminista à produção do conhecimento

A crítica feminista à ciência destaca como as estruturas acadêmicas e científicas reforçam desigualdades de gênero, raça e classe, conectando-se diretamente à reflexão de Bourdieu & Champagne (2007) sobre a exclusão dos incluídos. Essa exclusão, longe de ser resultado de escolhas individuais, reflete um sistema que naturaliza desigualdades estruturais e invisibiliza as contribuições das mulheres, especialmente aquelas de grupos marginalizados. A contribuição feminista revela que, enquanto esses espaços se apresentam como meritocráticos e inclusivos, suas práticas frequentemente reproduzem hierarquias que restringem a diversidade e a equidade.

A teoria de Bourdieu (2004) sobre o campo científico oferece uma estrutura importante para compreender as dinâmicas de exclusão e inclusão no contexto da ciência, especialmente no que tange à questão de gênero e à produção do conhecimento. No campo científico, conformado por instituições e agentes que produzem, reproduzem e difundem a ciência e onde os agentes lutam por capital simbólico e reconhecimento, operando em um espaço marcado por relações de poder e hierarquias legitimadas por estruturas sociais. Essa dinâmica reflete diretamente a crítica feminista à ciência, que revela como a exclusão das mulheres não é apenas uma questão de representação, mas um reflexo de práticas sistematicamente estruturadas para perpetuar desigualdades.

A expansão da presença feminina no campo científico representa um movimento insurgente dentro da lógica descrita por Bourdieu (2004). Essas mulheres desafiam as estruturas estabelecidas ao introduzir novas epistemologias e práticas que questionam a hegemonia do capital científico tradicional. No entanto, como apontado por Bourdieu, a luta pela inclusão não ocorre sem tensões, pois a subversão dos dominantes muitas vezes exige dos agentes subalternizados um esforço desproporcional e um enfrentamento direto às estruturas de poder consolidadas.

A partir dessa perspectiva, a crítica feminista à produção do conhecimento científico emerge como uma contestação às bases epistemológicas que sustentam essas dinâmicas de exclusão. As estudiosas de gênero argumentam que o conhecimento científico, historicamente considerado neutro e universal, é, na verdade, moldado por valores e interesses sociais que refletem as hierarquias de poder. Nesse contexto, o feminismo demanda abordagens mais inclusivas e críticas, que desafiem as práticas tradicionais da ciência, defendendo a incorporação de múltiplas perspectivas.

Lopes (2006) destaca como a estrutura de gênero historicamente moldou a ciência como um campo predominantemente masculino, ao associar as qualidades necessárias à produção científica a traços tradicionalmente considerados masculinos, excluindo mulheres de forma sistemática. Portanto, essa construção social, que se apresenta como universal e neutra, é, na verdade, marcada por características de classe, raça, gênero e localização geográfica, configurando uma ciência elitista, branca e enraizada nos centros urbanos privilegiados. Essa crítica é central às discussões feministas desde a década de 1970.

A estrutura de gênero definiu o homem como sujeito do conhecimento, e, portanto, as habilidades e características necessárias para produzir a ciência são as tidas como masculinas, das quais as mulheres são “naturalmente” desprovidas. A ciência dita universal é uma ciência masculina, branca, elitista, ocidental, burguesa, embora se pretenda neutra, livre de marcadores sociais, tais como gênero, etnia/raça, classe social, geração etc. Assim, não por acaso, a crítica à ciência tem permanecido como um dos temas de discussão nas agendas feministas, que vem se ampliando e se complexificando desde a década de 70, quando a expressão “gênero e ciência” foram utilizadas pela primeira vez, em 1978, como título de um artigo de Evelyn Fox Keller, no qual ela discute as relações entre subjetividade e objetividade. (Lopes, 2006: 58).

As reflexões de estudiosas norte-americanas emergiram mais fortemente no questionamento das bases epistemológicas da ciência tradicional, trazendo contribuições que se articulam e que impactaram os debates sobre gênero e produção do conhecimento. Como pioneira desse movimento, Evelyn Fox Keller (2003 e 2006) aponta que a produção de conhecimento científico, longe de ser um empreendimento neutro, é profundamente influenciado pelas dinâmicas de poder que moldam tanto as perguntas que são formuladas quanto as respostas que são validadas. Essa parcialidade, muitas vezes mascarada pela ideia de objetividade, reflete os valores e prioridades dos grupos dominantes que controlam os processos de produção do conhecimento. Ao ignorar ou marginalizar questões que emergem de perspectivas diferentes, como as de mulheres ou outros grupos historicamente excluídos, a ciência tradicional limita sua capacidade de compreender a complexidade do mundo. Fox Keller (2006) argumenta que essa seleção parcial de

perguntas não é meramente uma falha técnica, mas uma expressão de estruturas sociais dominantes que determinam o que é considerado relevante e digno de investigação. O reconhecimento dessa parcialidade não implica rejeitar a ciência, mas repensá-la como uma prática mais inclusiva e reflexiva, capaz de integrar múltiplos pontos de vista e abordar questões que transcendem os interesses de um único grupo social.

Ao questionar o silêncio da comunidade acadêmica sobre o consenso da associação da masculinidade com o pensamento científico, Fox Keller (2003: 187), observa como as construções sociais de gênero moldaram a percepção das mulheres como incapazes de exercer a atividade científica. Ao analisar o impacto do pensamento feminismo nas ciências, Keller (2006) refletiu sobre como uma maior participação feminina nas ciências e sobre como as críticas feministas influenciaram mudanças substanciais, particularmente na biologia. A autora argumenta que essas mudanças não ocorreram apenas por ter mais mulheres produzindo ciências, mas pelo impacto do feminismo como movimento social e intelectual, que reconfigurou as condições culturais e políticas em que a ciência é produzida.

As mudanças foram introduzidas pelas próprias cientistas. Isto é, a entrada de mulheres na ciência em grande número tornou possível que uma percepção “feminina” do mundo encontrasse lugar na ciência. (Fox Keller, 2006: 28)

Ao desnaturalizar e dar visibilidade e metáforas de gênero que permeiam o discurso científico – como o retrato do óvulo como passivo e do espermatozoide como ativo, a autora demonstra que as críticas feministas não apenas apontaram as limitações da ciência tradicional, mas também expandiram seus horizontes.

No rastro desse questionamento sobre desigualdade na construção social das ciências, Donna Haraway (1995), propõe uma ruptura com a ideia de objetividade universal ao defender o privilégio da perspectiva parcial, argumentando que o conhecimento é sempre situado, mediado por contextos históricos e corporificados, o que subverte a neutralidade reivindicada pela ciência ocidental. Ao enfatizar os "saberes localizados", a autora questiona o paradigma da ciência como isenta de interesses e transcendente, apontando como ela está imersa em relações de poder. As hierarquias de

gênero, raça e classe moldam não apenas quem participa da ciência, mas também os temas investigados e os métodos utilizados. O conceito de saberes localizados também sugere que a produção científica deve ser responsável, ou seja, que seus produtores reconheçam e assumam os limites de suas perspectivas. Para Haraway, apenas a visão parcial, que reconhece sua posição no mundo e entende seu contexto social, econômico e político, pode gerar conhecimento que seja ao mesmo tempo crítico e transformador. A objetividade, portanto, não está na neutralidade, mas na capacidade de vincular diferentes pontos de vista de maneira responsável e ética.

Essa abordagem feminista à produção do conhecimento implica, assim, uma transformação profunda na forma como a ciência é compreendida. Em vez de buscar uma verdade universal e definitiva, ela propõe a valorização da multiplicidade, da diferença e da responsabilidade na construção de saberes que considerem a equidade e a justiça social. Nesse sentido Haraway afirma que

as feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica. (Haraway, 1995: 15)

Assim, o projeto de uma de ciência sucessora reivindicado por Haraway, reflete a ambição feminista de repensar a produção do conhecimento científico de forma crítica e reflexiva, reconhecendo as desigualdades e os privilégios que permeiam tanto as práticas científicas quanto as posições sociais dos próprios pesquisadores.

Dialogando com Keller e Haraway, Sandra Harding (2007) articula a teoria do ponto de vista feminista, o *standpoint*, destacando como as experiências de grupos marginalizados oferecem uma visão crítica única para desvelar as estruturas de poder na produção das ciências. Harding aprofunda a crítica feminista às epistemologias científicas ao questionar padrões convencionais de objetividade, racionalidade e "bom método", destacando como essas normas refletem interesses de grupos dominantes. Harding também argumenta que a ciência ocidental moderna, ao se posicionar como neutra,

frequentemente ignora os valores e contextos culturais que moldam suas práticas, perpetuando desigualdades e marginalizando vozes de mulheres, especialmente do Sul Global e de minorias no Norte. Sua análise se conecta com as contribuições de Evelyn Fox Keller e Donna Haraway ao enfatizar que a ciência é profundamente situada e construída socialmente, desafiando a ideia de universalidade epistemológica. Desta forma, as três autoras convergem ao propor uma ciência mais inclusiva, que reconheça a pluralidade de perspectivas e desafie hierarquias de gênero, classe e raça, contribuindo para epistemologias transformadoras que ampliem os horizontes democráticos da ciência.

Na análise do papel das mulheres na ciência, as críticas de Evelyn Fox Keller e Sandra Harding conectam-se com as ideias de Bourdieu, destacando como o conhecimento científico tradicional é moldado por um capital simbólico masculinizado que restringe a entrada de vozes dissidentes. Harding, com sua teoria do *standpoint*, sugere que as experiências de grupos marginalizados, incluindo mulheres, oferecem uma perspectiva crítica para desvelar as estruturas de poder que moldam o campo científico. Essa perspectiva reforça a proposta de um campo científico menos homogêneo e mais aberto às transformações promovidas por agentes subversivos.

No contexto relacional no interior das universidades, a presença feminina sempre foi marcada por tensões entre inclusão formal e exclusão prática, como aponta a reflexão sobre a "exclusão dos incluídos" de Bourdieu & Champagne (2007). Embora as mulheres tenham conquistado maior acesso à educação superior e às carreiras científicas, sua participação continua limitada por barreiras estruturais e simbólicas, como salientam também Velho & Prochazka:

Os novos sociólogos da ciência vêm argumentando há anos que não há nada no mundo científico que o diferencie das demais esferas da atividade humana. A ciência, como qualquer outra forma de conhecimento, é socialmente construída e incorpora os valores e práticas de seu contexto, incluindo aqueles que permeiam a relação entre gêneros. (Velho & Prochazka, 2003).

A presença feminina na ciência e na universidade é marcada por um confronto constante entre forças que promovem a inclusão e mecanismos que perpetuam exclusões

estruturais e simbólicas. Mesmo que o acesso formal das mulheres tenha aumentado nos últimos anos, sua participação segue limitada por práticas institucionais que resistem a mudanças, especialmente aquelas que poderiam desestabilizar hierarquias de poder e reconfigurar as formas de distribuição de recursos e status. Como argumenta Bourdieu & Champagne (2007), a "exclusão dos incluídos" ocorre quando, mesmo dentro de instituições que formalmente acolhem mulheres, as dinâmicas internas reproduzem desigualdades e consolidam barreiras invisíveis.

A ciência é historicamente construída a partir de paradigmas que orientam as práticas, metodologias e valores predominantes em determinados períodos. Conforme Thomas Kuhn descreve, os paradigmas funcionam como estruturas consensuais que guiam a pesquisa científica, estabelecendo não apenas os problemas a serem investigados, mas também os métodos de abordagem considerados legítimos.

Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produzem são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada. (Kuhn, 1970: 52)

Esses paradigmas, embora promovam continuidade e progresso dentro de certos limites, também podem reforçar práticas excludentes, uma vez que, conforme aponta a teoria feminista, tendem a marginalizar perspectivas divergentes que questionam suas premissas fundamentais.

Essa dinâmica evidencia o caráter social e político da ciência, cuja produção de conhecimento é profundamente influenciada por relações de poder e contextos culturais. Paradigmas dominantes, descritos por Kuhn, promovem continuidade e consenso, mas frequentemente à custa da marginalização de vozes divergentes. Nesse sentido, as mulheres que desafiam as normas tradicionais ao ingressar nesses espaços podem ser percebidas como ameaças ao *status quo*, por sua capacidade de introduzir novas perspectivas e questionar as regras do jogo, incluindo formas distintas de encarar o trabalho científico. As mulheres podem trazer experiências e rotinas muitas vezes

totalmente apartadas do mundo masculino, como a divisão do tempo com a família, com a gravidez, com os filhos, o cuidado com a casa, além de sua própria rotina de cuidado pessoal.

Assim, com a manutenção das estruturas arraigadas que excluem as mulheres, segundo Toste (2023), a organização/instituição resolve problemas práticos ao preservar suas estruturas, especialmente no caso de questões de gênero, evitando que as rotinas de trabalho sejam alteradas pelas demandas das mulheres, o que poderia ameaçar as hierarquias internas estabelecidas, a coesão do grupo dominante e as formas de distribuição de recursos e *status*. Dessa forma, aquelas que ingressam de fora são percebidas como uma ameaça ao poder instituído, às rotinas e ao *status quo*, não por uma suposta “virtude” inerente, mas por trazerem novidades desestabilizadoras, que questionam as regras estabelecidas e introduzem novas redes no campo de poder.

As demandas femininas por equidade desafiam as rotinas de trabalho e desestabilizam as estruturas consolidadas, forçando a reavaliação de práticas que antes eram consideradas inquestionáveis. Contudo, esses processos não podem ser compreendidos como meras questões individuais, solucionáveis por ações de sensibilização isoladas. Eles estão profundamente enraizados em estruturas institucionais que resistem à mudança e demandam esforços coletivos e estruturais para que a inclusão se traduza em transformação efetiva. A partir dessa perspectiva, a presença feminina na ciência e na universidade não é apenas uma questão de representatividade, mas um motor de renovação que desafia as bases de uma ciência tradicionalmente excludente e hierárquica.

Contribuindo com o debate, Schiebinger (2001) propõe três níveis de análise que articulam história, cultura e conteúdo, propondo uma abordagem abrangente e crítica para compreender as desigualdades de gênero no campo científico. No primeiro nível, Schiebinger explora a história e a sociologia das mulheres na ciência, destacando os desafios que enfrentaram para serem admitidas em universidades e instituições de pesquisa. Essa análise revela as barreiras institucionais e culturais que moldaram a exclusão feminina e demonstra como a ciência historicamente refletiu as hierarquias de gênero presentes na sociedade.

No segundo nível, a autora examina como o gênero é incorporado nas culturas científicas, enfatizando que a ciência tradicional não apenas excluiu mulheres, mas

também perpetuou práticas e valores que reforçam desigualdades estruturais. Schiebinger critica a ideia de que as mulheres devem se adaptar à ciência sem que as estruturas e os métodos científicos sejam reavaliados, argumentando pela necessidade de uma transformação cultural que permita a inclusão de novas perspectivas. Por fim, no terceiro nível, a autora discute como o gênero influencia o conteúdo da ciência, mostrando que a ausência de uma perspectiva de gênero no desenvolvimento do conhecimento resultou na exclusão de questões e métodos associados ao que é tradicionalmente considerado feminino.

No Brasil, a equidade de gênero na ciência e tecnologia ainda enfrenta desafios persistentes, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas. As disparidades de gênero se manifestam em questões como a representação, o acesso a recursos e as oportunidades de liderança. Autoras como Marcia Barbosa (2013), Betina Stefanello (2016), Alice Abreu (2021), Gabriela Reznik (2022) têm desempenhado importante papel na pesquisa, em busca de visibilização e de produção de conhecimento para subsidiar políticas e projetos para defesa da equidade de gênero nessas áreas, com trabalhos que destacam a importância de incluir mulheres nas áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), propondo estratégias para superar as barreiras que as mulheres enfrentam.

Para encerrar este capítulo, é importante consolidar as reflexões apresentadas conectando as principais questões discutidas sobre gênero, educação e trabalho, fundamentadas em uma perspectiva crítica e interseccional. A análise investigou as dinâmicas estruturais que perpetuam as desigualdades de gênero, destacando como essas questões estão profundamente enraizadas nas práticas escolares e na desproporcional divisão de tarefas domésticas e de cuidado atribuídas às mulheres. Identificamos como a invisibilidade feminina nas ciências é construída desde as primeiras etapas da escolarização, onde estereótipos de gênero são naturalizados, limitando escolhas acadêmicas e profissionais. Por meio de uma abordagem interseccional, o objetivo foi evidenciar os desafios enfrentados por mulheres negras, cuja experiência é marcada pela sobreposição de hierarquias de gênero, raça e classe. Nesse contexto, ressaltamos a educação não apenas como um espaço de reprodução dessas desigualdades, mas também como um campo potencial para sua transformação.

Além disso, discutimos a autonomia feminina como um bem político essencial, defendendo a reconfiguração das estruturas sociais e educacionais para promover

igualdade de oportunidades e inclusão. A análise, fundamentada na crítica feminista à produção do conhecimento, reforça que as disparidades de gênero não são meramente individuais, mas reflexos de problemas estruturais que demandam ações coletivas e mudanças profundas nas instituições. Com apoio da literatura que reflete sobre gênero e ciência, a presença feminina na universidade foi destacada como um elemento transformador, desafiando hierarquias tradicionais e fomentando práticas mais democráticas e inclusivas.

Capítulo 3 – Redistribuição de oportunidades e a reconfiguração das relações de gênero

Este capítulo busca investigar as interseções entre gênero e distribuição de oportunidades no ensino superior, abordando as questões centrais que perpetuam desigualdades históricas nesse campo. A análise visa responder como as distinções de gênero moldam escolhas acadêmicas, trajetórias profissionais e a inserção de mulheres em áreas tradicionalmente dominadas por homens. Além disso, o capítulo examina o papel das políticas públicas na promoção da equidade e como elas têm impactado, ao longo das últimas décadas, a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Por meio de um diálogo com dados empíricos, teorias feministas e marcos legislativos, esta seção procura compreender como o ensino superior se constitui tanto como espaço de reprodução de desigualdades quanto de transformação social. Assim, serão investigados os fatores que limitam a presença feminina em campos mais socialmente valorizados e os desafios na superação das barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho e pelas assimetrias de poder no ambiente acadêmico e profissional.

3.1. Distinção de gênero e a distribuição de oportunidades no ensino superior

Diante da perspectiva desta desigualdade entre meninas e meninos, baseada na fundamentação socializadora da diferença, as mulheres têm sido vistas avessas ao estudo da lógica e da técnica, do mundo dos laboratórios, e “como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (Okin, 2008). Guedes (2008) corrobora este entendimento quando aponta que esta desigualdade é fruto da ideia de que as meninas teriam mais propensão às artes e à literatura (facilidade nas disciplinas articuladas à sensibilidade e emoção), enquanto os meninos apresentariam mais aptidão nas ciências, devido a sua maior racionalidade presumida, e “esse tipo de visão acaba se convertendo em uma espécie de profecia autorrealizável, em que todos os casos ‘desviantes’ não são devidamente estimulados” (Guedes, 2008:120).

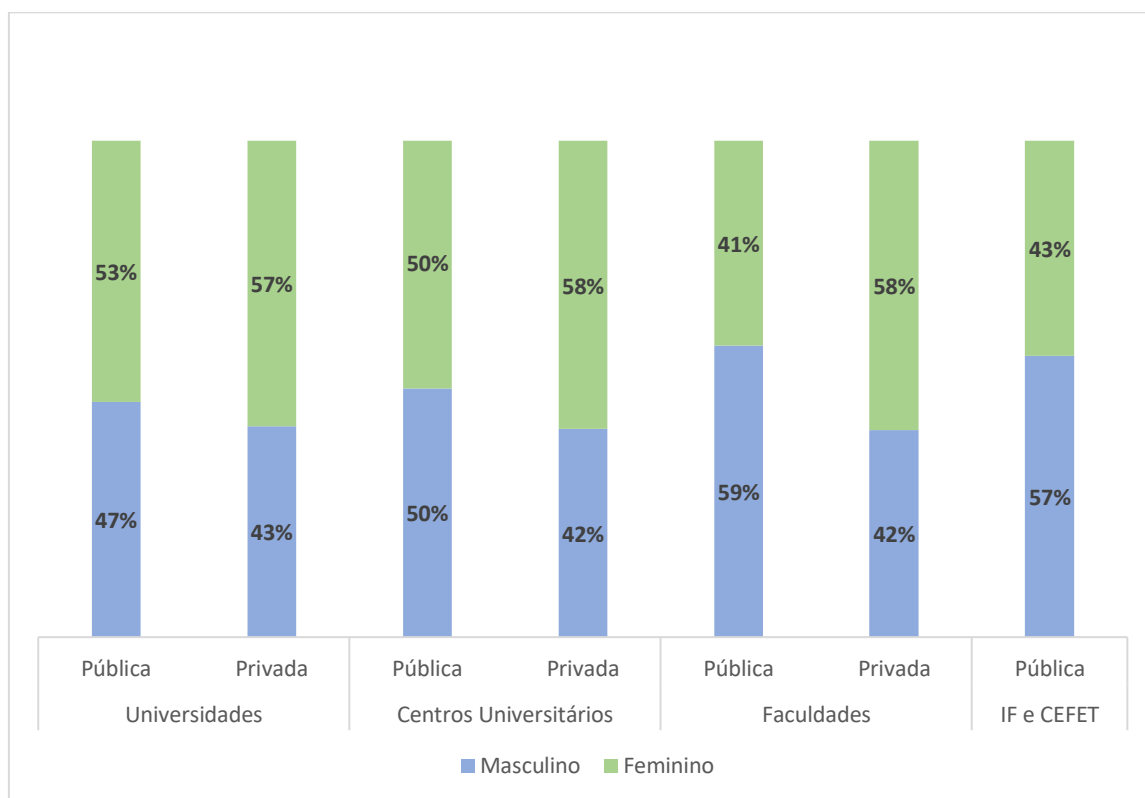
A distinção de gênero enraizada no processo educacional restringe a liberdade de escolha de meninas e jovens mulheres, quando elas têm a oportunidade de optar por uma

carreira profissional e pelo curso universitário. Conforme define Kergoat (2003: 56), o persistente fenômeno da divisão sexual do trabalho diz respeito à forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. E essa forma, recorrente e adaptada a diferentes sociedades, tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado. A divisão sexual do trabalho, intensa no âmbito doméstico, permeia, define e limita a escolha de mulheres e homens não somente no mercado de trabalho, mas também nas carreiras acadêmicas e científicas. E, a despeito deste tema ser caro aos estudos feministas há pelo menos quatro décadas, o cenário da divisão sexual do trabalho muda lentamente, conforme salientaram Hirata & Kergoat (2007: 596).

Nos primeiros 20 anos do século XXI, houve uma significativa expansão da oferta de ensino universitário no Brasil, não apenas de vagas nos cursos, mas também nas opções de carreiras a seguir. Houve também uma grande inclusão de públicos historicamente alijados da universidade, que passou a ter uma maior diversidade de gênero, raça e classe social. No caso das mulheres, é notório o crescimento da participação na educação superior, em todas as áreas do conhecimento, entretanto, o desafio da superação de distinções que limitam a inserção feminina e masculina em diferentes áreas permanece.

De acordo com dados do IBGE (2014), em 2011 na faixa etária entre 18 e 24 anos, as estudantes eram maioria nos cursos superiores, com 57% do total de matrículas. O percentual de estudantes universitárias do sexo feminino é maior que a proporção de mulheres na população brasileira naquele momento (51% - PNAD, 2013).

Gráfico 1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Sexo, segundo a Categoria Administrativa das IES - 2019



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2019 (elaboração própria)

Na educação superior, a distribuição entre os sexos varia entre cursos de diferentes áreas do conhecimento, mas também entre os diferentes tipos de instituições. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2019, as mulheres estão mais concentradas na educação privada. O Gráfico 1 mostra esta comparação, a educação pública é mais equânime no quantitativo entre homens e mulheres. A educação privada é maciçamente feminina, entre universidades, centros universitários e faculdades, a maioria feminina chega a 58%. Na educação pública, as diferenças institucionais são mais evidentes. Apesar da maioria feminina das universidades públicas com 53%, nos centros universitários há um equilíbrio evidente de 50% e nas faculdades a maioria masculina é grande, chegando a 59%. Nos Institutos Federais e CEFETs, voltados majoritariamente para as áreas tecnológicas, os homens também chegam a 57% das matrículas.

A maioria feminina no ensino superior é um evento relativamente recente. Em 1956, elas representavam 26% dos estudantes e, em 1971, ainda não chegavam a 40% (Barroso e Melo, 1975). O número de mulheres ainda é mais expressivo quando os dados de matrícula são desagregados em cursos presenciais e cursos a distância (EaD). As

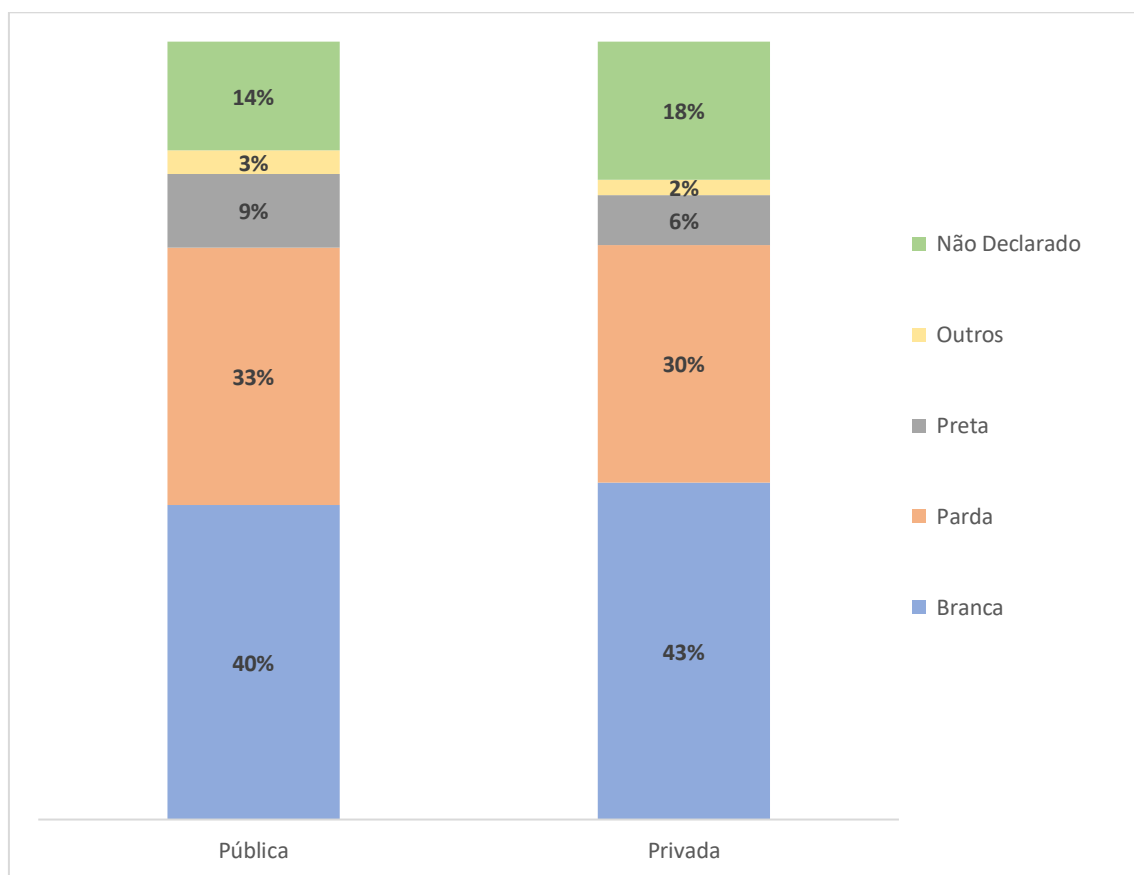
mulheres representam 66% entre as matrículas nos cursos EaD. Neste caso, a hipótese é que os cursos à distância atraem mais mulheres pois elas estão majoritariamente submetidas a dupla jornada de trabalho (Sorj *et al.*, 2007). Segundo dados do IGBE (2013), a dupla jornada ocupa a maior parte das trabalhadoras brasileiras, 88%, enquanto para os homens, o percentual chegou a 46%. Neste caso, a metodologia EaD pode parecer mais atraente, pois promete um processo formativo mais flexível, sem grandes deslocamentos e com menor ausência física do ambiente doméstico.

A democratização do ensino superior é um processo dependente de investimento, políticas concretas e indicadores consistentes sobre o cenário em questão. No que tange ao critério cor/raça, a universidade pública, em 2019, apresentou um cenário de maior inclusão da população negra (somando pretos e pardos), em comparação ao ensino privado. No âmbito público, temos um cenário de 40% de brancos e 42% de pretos e pardos. Se for considerada apenas a população autodeclarada preta, temos 9% na rede pública e 6% nas entidades privadas. É importante considerar que a PNAD de 2019 identificou, por meio de autodeclarações, que a população preta corresponde a 9,4% da população. Já a população autodeclarada parda corresponde a 46,8% do conjunto de brasileiros. Os dados mostram que, de maneira geral, houve uma diversificação no público matriculado na educação superior.

Segundo informações do ENADE 2011, naquele momento, o quantitativo de brancos chegava a 60%, de pretos, 7% e de pardos, 26%. É necessário considerar que os números de 2019 que apresentam um cenário de maior democratização na educação pública, já são influenciados, em alguma medida, pelos efeitos da Lei 12.711/2012, que passou a garantir a reserva de 50% das matrículas nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a estudantes provenientes integralmente do ensino médio público.

A seguir, o Gráfico 2 apresenta a distribuição por cor/raça, em 2019, que mostra a diferença entre ensino público e privado.

Gráfico 2 - Distribuição relativa das matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça - 2019



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2019 (elaboração própria)¹⁴

O desafio da democratização também se apresenta em pelo menos dois momentos: na escolha da carreira e na limitação da evolução progressiva na área escolhida, a chamada segregação vertical. Dados do Censo da Educação Superior, do ENADE e do CNPq, mostram que a desigualdade de gênero está enraizada na própria academia, em suas esferas mais qualificadas (Barreto, 2014). Ainda que as mulheres apresentem melhor desempenho desde o período escolar, que sejam maioria entre ingressantes e formandos universitários, historicamente elas estão concentradas em determinadas áreas do

¹⁴ Porcentagem referente à categoria “outros”:

	Amarela	Indígena	Sem informação
Pública	2%	1%	1%
Privada	2%	1%	0%

conhecimento, e mesmo nesses guetos, têm um limitador que restringe a ascensão aos postos mais altos de comando e prestígio dentro de seu escopo profissional. Assim, cursos como Terapia Ocupacional, Nutrição e Serviço Social contavam com mais de 90% de mulheres em 2010. E cursos como Tecnologia em Automação Industrial, Tecnologia em Manutenção Mecânica e as Engenharias contavam com mais de 90% de homens em 2011.

O fenômeno da retenção não é registrado apenas entre estudantes, mas também na carreira, em universidades públicas e privadas, entre pesquisadores e cientistas, dirigentes de entidades de educação superior e reitores.

Um importante indicador explorado por Guedes *et al.* (2016) diz respeito à predominância masculina ou feminina na distribuição das Bolsas de Produtividade do CNPq, que contempla a elite da ciência brasileira. As pesquisadoras concluíram que o desequilíbrio de gênero identificado na entrada dos cursos, se reflete também na ocupação dos postos de maior prestígio do desenvolvimento da carreira.

Naquelas (carreiras) em que as mulheres constituem a maioria entre os “iniciantes” constata-se o equilíbrio e/ou a predominância feminina, como no caso da Saúde Coletiva e da Psicologia. Em casos como o da Medicina Veterinária ou das engenharias de Produção e Operacional, em que os homens são maioria consolidada [...], o fenômeno é oposto, não se vislumbrando um equilíbrio a médio e longo prazos. (Guedes, Azevedo & Ferreira, 2015:381)

De maneira mais horizontal, na distribuição entre os cursos superiores, as mulheres seguem avançando. No cenário de 2019, dos 20 cursos com maiores taxas de matrícula, 14 têm maioria feminina (INEP, 2021). As mulheres alcançaram igualdade numérica ou maioria nos últimos anos em cursos como medicina, ciências econômicas e algumas áreas da engenharia, como produção e civil (Barreto, 2014).

Em relação ao mercado de trabalho a desigualdade aparece também nos postos mais importantes de tomada de decisão e bem remunerados, entre supervisores, diretores e presidentes. Pesquisa publicada em 2017, mostrou que a desigualdade de gênero aumenta de acordo com o nível de escolaridade e que para ensino superior, a diferença é quase o dobro da diferença observada para trabalhadores com ensino médio incompleto:

aos 40 anos de idade, mulheres sem diploma de ensino médio ganhavam em média 28,8% menos que homens como mesmo nível educacional, ao passo que no grupo com nível universitário, esta diferença foi de até 47,4% (Machado *et al.*, 2017).

Os dados relativos ao mundo do trabalho evidenciam a subalternidade do trabalho das mulheres e a histórica feminização das tarefas relativas ao cuidado, enraizada e naturalizada no âmbito da família, que se mantém na vida pública. Nesta lógica, a definição da carreira profissional e a participação das mulheres no mundo do trabalho são guiadas por padrões de escolha e de comportamento atribuídas a elas na esfera privada, como assinala Biroli (2018). Esta dimensão fica evidente no fato de que as mulheres buscam majoritariamente ocupações que se assemelham às responsabilidades que lhes são atribuídas durante a socialização, especialmente aquelas tarefas de cuidado com outras pessoas, incluídas aqui áreas como enfermagem e educação, predominantemente.

A literatura de gênero mostra que as escolhas femininas são pautadas por uma série de constrangimentos limitantes, seja por uma socialização que as restringem a profissões que remetem às tarefas da vida cotidiana no cuidado com a família, seja em função da falta de tempo, fruto do acúmulo de responsabilidades domésticas que poderiam ser compartilhadas com outros membros da família. Neste sentido, a agenda de gênero nas políticas públicas e sociais tem potencial de ruptura com estruturas sociais bastante arraigadas, onde as mulheres são afetadas e limitadas em seus talentos e interesses.

O campo de estudos da mulher, que posteriormente se tornaram estudos de gênero, teve início no Brasil na década de 1970, quando as pautas dos movimentos feministas começaram a ser debatidas e incorporadas pelos estudos acadêmicos. Entretanto, o processo de formulação de políticas públicas para as mulheres é ainda mais recente, e é fruto de um extenso processo de formação do Estado Moderno. O entendimento de que o Estado deve intervir através de políticas públicas na seara social, especialmente para as mulheres, é uma compreensão que suscita fartas discussões por ser um campo de intensa disputa e mobiliza argumentos de ordem econômica, mas também de ordem moral, que disputam narrativas e normativas sobre o papel da mulher na sociedade.

Em uma perspectiva histórica, questionamentos sobre a subalternidade da condição feminina remontam ao século XVIII. Pensadoras registraram suas inquietações em escritos que hoje são considerados documentos históricos para luta pelos direitos das

mulheres. A abolicionista inglesa Mary Wollstonecraft, em 1792, no texto “Reivindicação dos Direitos da Mulher” já abordava temáticas que são caras aos movimentos feminista até hoje, como a desigualdade de gênero na política e a inferiorização das mulheres através de uma educação que não favorecia o desenvolvimento intelectual para o alcance de uma autonomia, mas sim a abnegação em favor da família.

Como descreve Moraes (2016), Wollstonecraft, assim como sua contemporânea francesa Olympe de Gouges, tomaram como base os valores iluministas e acabaram por contribuir com eles próprios ao questionar o discurso dominante da subordinação feminina com um dado natural. Na mesma linha questionadora e precursora está a escritora brasileira Nísia Floresta, que em 1832 escreveu “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, considerada a primeira feminista brasileira (Moraes, 2016). Em seu texto Nísia questionava a inferiorização da condição feminina nas ciências, e defendia a participação das mulheres em postos de comando:

Por que (os homens) se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? Nísia Floresta Brasileira Augusta (2010: 94)

As reflexões de Nísia Floresta e Wollstonecraft parecem bastante atuais, se for considerado também o momento histórico de recrudescimento de um conservadorismo revisitado, presente no contexto brasileiro neste início de década. Como observa Luna (2023), o conservadorismo político no Brasil recente articulou-se em torno de valores religiosos e uma agenda moral que se opõe às conquistas feministas, buscando não apenas limitar os direitos das mulheres, mas também fortalecer estruturas tradicionais de poder. Essa reação conservadora tem impactado diretamente o debate público e as políticas de gênero, configurando um cenário onde as demandas por emancipação feminina enfrentam resistência institucional e cultural. Este conservadorismo é usado como instrumento ideológico, no sentido de que rejeita o debate e alija adversários políticos do campo progressista. Adicionalmente, Almeida (2019) entende que, com relação aos costumes e

comportamentos, o Brasil experimenta uma reação conservadora, uma vez que nas últimas três décadas as temáticas de gênero alcançaram legitimidade e visibilidade. Assim, a questão que se coloca no atual movimento conservador é como lidar com manifestações de afeto entre casais homossexuais e performances de gênero em espaços públicos e, finalmente, como lidar com a emancipação feminina que almeja participação equânime nas diversas áreas sociais. Outrossim, o problema está também no fato de que o movimento de mulheres demanda cada vez mais a atenção do Estado na formulação de políticas, como forma de propiciar uma melhor divisão de espaços e tarefas. Ao mesmo tempo, o pressuposto liberal-capitalista prega a redução da participação do Estado na organização social, o que configura um retrocesso se comparado ao passado recente da lenta, mas progressiva, construção de um conjunto de políticas com viés de gênero no país nas últimas décadas, conforme explicitado a seguir.

3.2.Redistribuição e reconhecimento: caminhos e desafios nas esferas pública e privada

A criação de órgãos na estrutura do Estado brasileiro com o propósito de implementar políticas para as mulheres teve início na década de 1980, com o lançamento do Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM) em 1983, vinculado ao Ministério da Saúde. O programa foi considerado resultado da luta feminista por direitos e acesso aos postos de decisão e foi apresentado “como uma nova e diferenciada abordagem da saúde por propor uma atenção especial à saúde reprodutiva. O PAISM constitui-se como uma ação pioneira através da qual o Estado brasileiro atentava-se para as mulheres” (Araújo & Adrião, 2017: 4).

A partir do advento de uma nova Constituição Federal em 1988 que, respondendo às demandas dos movimentos de mulheres, passou a incluí-las no escopo das políticas estatais, não apenas na área da saúde, mas também nas demais áreas da vida e da participação política, foi a primeira a considerar mulheres e homens iguais perante a lei. A Constituição, inclusive, é considerada um marco na construção dos direitos das mulheres no país.

Em 2002, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres (SEDIM), vinculada ao Ministério da Justiça, que

visava combater os altos índices de violência contra a mulher. Somente em 2003, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com uma perspectiva de atuação mais ampla, distinta das iniciativas anteriores que focaram na saúde e em violência. A SPM, com status de ministério, tinha como objetivo interagir com os outros órgãos do primeiro escalão e demais instâncias governamentais para propor políticas públicas transversais, baseadas na agenda dos movimentos de mulheres e nos estudos desenvolvidos em centros de pesquisa das universidades brasileiras.

Especialmente sobre as demandas dos movimentos sociais por reconhecimento de identidades culturais, Fraser (2006) complexifica a análise por considerar que as desigualdades econômicas intensificam o conflito, uma vez que a justiça social requer tanto a redistribuição dos bens e riquezas sociais, como do reconhecimento valorativo-cultural das diferenças. O reconhecimento passou a encorpar o conflito político no fim do século XX, a partir de demandas de grupos mobilizados a partir das noções de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, entre outros. Para Fraser, no contexto pós-socialismo, os grupos identitários tomaram o lugar dos interesses de classe como principal incentivo para mobilização política. Assim, as disputas por reconhecimento acontecem em um mundo de desigualdade material, de renda e posses, no trabalho assalariado, na educação, no cuidado da saúde e no lazer. Isto posto, a autora distingue a injustiça socioeconômica da injustiça cultural, afirmando que elas estão interligadas:

longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica” (Fraser, 2001: 251).

Fraser salienta que as reivindicações por justiça social podem ser entendidas então a partir da divisão complementar de ordem redistributiva, ou seja, melhor distribuição de riquezas e recursos articuladas com ações de acolhimento das diferenças, chamadas de

políticas de reconhecimento. Reparar a injustiça de gênero, assim como de raça, significa deslocar as estruturas elitizadas, tanto econômicas quanto culturais.

Conforme destacado por Joas & Knobl (2016), essas teorias originárias dos movimentos feministas, foram responsáveis por abrir mais espaços na sociedade, e o resultado acadêmico desse movimento é totalmente heterogêneo. O próprio espaço para a produção acadêmica é uma conquista política de movimentos sociais:

as raízes das teorias sociais feministas se encontram no movimento de mulheres. Como um movimento organizado, hoje com mais de 200 anos, e dentro do contexto da luta das mulheres pela igualdade, conceitos teóricos evidentemente foram formulados de forma constante com a intenção de apoiar essa luta... É interessante notar, no entanto, que não foi a experiência em frequentar a universidade, em si, o fator determinante para o rápido desenvolvimento de uma consciência feminista e da produção teórica resultante, mas da condução predominantemente masculina do movimento estudantil do final da década de 1960 (Joas & Knobl, 2011: 465).

Assim, a experiência de frequentar um espaço que pressupõe a livre circulação de ideias, como a universidade, mas ainda assim enfrentar práticas sexistas fizeram com que as mulheres rompessem com o *status quo*, investindo em estudos sobre as relações de gênero nas mais diversas instâncias sociais. Neste rastro, as estudiosas feministas também passaram a questionar a constituição das próprias teorias sociais, refletindo sobre a capacidade dessas elaborações de alcançar e oferecer uma maior compreensão das desigualdades entre homens e mulheres.

De acordo com a filósofa política Susan Okin (2008), uma questão historicamente abordada e normalizada pela teoria social e frequentemente problematizada pelos estudos de gênero é a dicotomia vida pública x privada. A autora chama a atenção para o fato de que esta é uma temática central no pensamento ocidental desde o século XVII, e que continua sendo tratada de forma estanque, como se fosse possível isolar as instâncias político/público de privado/pessoal. Em realidade na vida social ambas estão intimamente relacionadas.

A pandemia de COVID-19 mostrou de forma eficaz esta associação na medida do escancaramento da dependência do mundo do trabalho, da chamada “produção social” da esfera privada, da “reprodução social”, uma vez que o trabalho no interior das residências,

exacerbado na fase de isolamento, marcou um momento que era difícil usufruir do trabalho doméstico remunerado. Desta forma, o trabalho realizado, não remunerado, majoritariamente planejado e executado por mulheres, ganhou ainda mais relevância, evidenciando sua importância e ao mesmo tempo, sua posição, enquanto trabalho a ser valorizado simbolicamente e monetariamente e sua ocultação da contabilidade das economias nacionais ficou mais evidente.

Os estudos feministas ao problematizarem as relações de gênero e a construção da dicotomia entre público e privado oferecem uma nova perspectiva de análise para essa relação, baseada na concepção do gênero como uma construção social de diferenças sexuais. Se para a teoria social é suficiente refletir sobre as relações Estado e sociedade, enquanto propriedade pública e privada, para os estudos de gênero é fundamental aprofundar esta análise, incluindo a dimensão vida não doméstica e vida doméstica. Segundo Okin,

O fato de que os seres humanos nascem como crianças dependentes, não como os supostos atores autônomos que povoam as teorias políticas, é obscurecido pela pressuposição implícita de famílias generificadas, operando fora do âmbito das teorias políticas. Em grande medida, a teoria contemporânea, como no passado (ainda que de maneira menos óbvia), é sobre homens que têm esposas em casa. (Okin, 2008: 311)

Nesta perspectiva, a natureza política da família (Okin, 2008: 307) é problematizada, lançando foco nas vicissitudes da vida privada e nas desigualdades de gênero nela presentes, incluindo aí a divisão sexual do trabalho que, como dito, alija as mulheres do mercado de trabalho, na medida em que circunscreve seu leque de oportunidades de escolha e de desenvolvimento de carreiras e profissões. E, ainda assim, estas atuações estão comumente subordinadas à condição de mãe e dona de casa, ou seja, a articulação trabalho remunerado e não remunerado culmina na ampliação de horas ocupadas em função da dupla jornada. Flavia Biroli (2018) corrobora com este entendimento quando salienta que

à participação das mulheres na esfera pública impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação a noção de domesticidade. (Biroli 2018: 11)

Ou seja, como afirmam Okin (2008), Clara Araújo *et al.* (2018), Biroli (2018), ser mulher ou ser homem não tem conotação social neutra, menos ainda equivalente. As relações de gênero são pautadas por assimetrias de poder e por uma desigualdade histórica, que define a priori os papéis sociais: o mundo público para os homens e o âmbito privado para as mulheres. A diferença entre os gêneros interfere nas trajetórias dos indivíduos ao longo da vida e as mulheres são as mais constrangidas e limitadas.

3.3.O papel do Estado na transformação das relações de gênero

A partir de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao comando do poder executivo, houve a adoção de uma série de políticas públicas com base na condição de gênero, visando o combater da desigualdade social. Conforme apresentado por Layla Carvalho (2018), a base conceitual para a criação das políticas para as mulheres era pautada pela concepção de transversalidade. O conceito de transversalidade na gestão pública é entendido como um instrumento de intervenção social para situações específicas que demandam uma abordagem multidimensional e integrada, atravessando vários campos de análise e de ação. Nos últimos anos, a burocracia estatal brasileira foi instada a incorporar em suas agendas temas discutidos e demandados por estruturas setoriais diversas, como as instituições que denúncias e promovem o debate sobre as questões ambientais, os movimentos de mulheres, negros, pessoas com deficiência e idosos. Neste cenário é esperado que as políticas públicas reconheçam e considerem as facetas múltiplas da realidade social, incluindo em suas ações os fatores de vulnerabilidade de diferentes grupos sociais.

Nesta perspectiva, o governo federal do Brasil formalmente assumiu o compromisso de abordar de maneira sistemática as desigualdades de gênero nas políticas públicas. Para alcançar este objetivo ambicioso, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres e ampliado o escopo de atuação do Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher. Estas duas instâncias institucionais tiveram como responsabilidade, não apenas criar políticas para as mulheres, mas viabilizar e criar estratégias para que os demais órgãos do governo federal, incluindo os próprios ministérios, e ainda os orçamentos anuais “fossem espaços de problematização das desigualdades de gênero, no sentido preconizado pelos debates sobre desigualdades de gênero nas políticas públicas” (Carvalho, 2018: 88).

Lourdes Bandeira (2004) salientou que, historicamente, as políticas públicas para as mulheres no Brasil não adotavam necessariamente a perspectiva de gênero. As políticas de gênero, segundo a autora, inegavelmente, deveriam abarcar “a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva” (Bandeira, 2004: 10). As políticas para as mulheres tradicionalmente centram esforços no feminino enquanto parte da reprodução social,

isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia. (Bandeira, 2004: 10)

Ainda segundo a autora, a Política da Promoção da Igualdade de Gênero, impulsionada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, quando implementada, fazia parte de um escopo maior de programas para a redução da pobreza, e formavam um conjunto com políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e as políticas de promoção da igualdade racial. A expectativa era que as políticas de gênero, em uma perspectiva relacional entre mulheres e homens, tivessem lugar em ações futuras. Essa apropriação do discurso de gênero tem base em três dimensões:

1. Incorporação da categoria gênero em todas as fases do planejamento de políticas públicas, em qualquer área e nível do governo;
2. Incorporação da abordagem de gênero na prática dos gestores de políticas públicas;
3. Disseminação de novos valores culturais e políticos para a sensibilização da população quanto às desigualdades de gênero. (Bandeira, 2004)

Neste contexto, foi instituído no Brasil o chamado “Feminismo Estatal-Participativo”, que consistiu na reunião de lideranças feministas da academia, dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil para discutir temas de interesse para as políticas governamentais. De acordo com Sônia Alvarez e Marlise Mattos (2018), ao menos 112 conferências nacionais foram organizadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2004, 2007, 2011 e 2016. Essas conferências envolveram entre 200 e 300 mil mulheres em debates sobre políticas feministas, antirracistas, antilesbofóbicas e outros ideais e agendas de inclusão e promoção de justiça social.

No rastro desses movimentos foram desenvolvidas políticas públicas em diversas áreas, inclusive na área educacional. Especialmente no caso do esforço para empreender uma mudança de perspectiva do conjunto de servidores públicos, programas de formação foram implementados para professores e para gestores da rede pública do ensino básico a partir de 2006. Refiro-me especialmente aos cursos “Gênero e Diversidade na Escola”, “Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça” e “Especialização em Gênero e Sexualidade”. Os projetos foram implementados em larga escala, em todas as regiões do país, através da metodologia da educação semipresencial e da estrutura da Universidade Aberta do Brasil¹⁵. Estas iniciativas tinham em seu escopo a premissa da interseccionalidade, ao abordar as temáticas da diversidade sociocultural, das relações de gênero e raça e da sexualidade.

Diversos estudos empíricos foram desenvolvidos, desde então, para entender o impacto dessas políticas na percepção da burocracia do Estado sobre as desigualdades de gênero, através de seus servidores, sejam professores, diretores ou gestores públicos. Muito foi aferido de positivo e de negativo nesta empreitada da articulação academia x

¹⁵ Estrutura da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para viabilização de cursos de graduação e pós-graduação a distância, por universidades públicas de todo o país.

políticas públicas. Diferentes análises mostram também o crescimento dos estudos de gênero em áreas acadêmicas que não necessariamente tem como escopo principal a reflexão de gênero, como a educação e a administração¹⁶.

Pode-se afirmar, com certa cautela, que as ações empreendidas objetivaram firmar um novo pacto educacional, voltado às questões da desigualdade de gênero. Fato é que o tema “gênero” passou a ser mais falado e discutido na sociedade brasileira. Talvez um resultado difícil de ser previsto seria o uso deste conceito de forma distorcida, e reinterpretado como uma cruzada das mulheres em busca de privilégios ou, na associação com a sexualidade, que a população LGBTQIA+ tivesse como objetivo eliminar a chamada “família tradicional brasileira”, além do surgimento do termo “ideologia de gênero”, que suscitou ampla discussão por ocasião do pleito eleitoral para o Executivo federal nas eleições de 2018, contribuindo para a ascensão de um projeto de extrema direita no Brasil.

No cerne do modelo Feminismo Estatal-Participativo de fazer política estão as mulheres e as conquistas legais e sociais alavancadas pelos movimentos feministas e pelos estudos de gênero que pautaram ações governamentais durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Contudo, desde 2016, diante da crise ética, política e social que o país tem atravessado, as políticas para as mulheres têm sido fortemente questionadas por grupos conservadores, críticos de um desenvolvimento progressista e com participação ativa feminina. Entre os anos de 2019 e 2022, com a ascensão de um Presidente da República identificado com o conservadorismo moral, a agenda da igualdade de gênero nas políticas públicas foi eclipsada pela ordem neoliberal do individualismo e da redução da atuação do Estado, mas também por conta de um revés total na conceituação do significado das relações de gênero.

A gestão Bolsonaro adotou uma perspectiva onde “A promoção dos direitos das mulheres considera a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional (SNPM, 2021)¹⁷. Esta lógica familista na condução das políticas para mulheres representa um retrocesso, pois admite a centralidade da mulher prioritariamente no âmbito da família, reduzindo suas possibilidades de atuação na

¹⁶ Uma análise importante de impacto do Curso GDE está no relatório “Gênero e Diversidade na Escola: Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções”, publicado em 2017 pela UERJ/CEPESC.

¹⁷ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres> (Acesso em 19/01/2021)

sociedade. Portanto, a orientação familista acaba por reproduzir as desigualdades de gênero.

Este retrocesso nas políticas para as mulheres, considerando a tensão permanente de governo que flertou com o autoritarismo e, essencialmente, sem propostas concretas de desenvolvimento humano e social, situação agudizada pela pandemia de COVID-19, contrasta com o início dos anos 2000. Aquele período representou um momento de investimento em políticas sociais na educação e na ciência, incrementado a partir da implementação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2004. Naquele momento histórico, com a ascensão de governos identificados com uma agenda mais progressista, o Brasil incluiu nas políticas públicas para a educação a temática de gênero e diversidade e mobilizou recursos para a sensibilização de professores e professoras para a desigualdade presente educação e na ciência e as possíveis formas de sua superação.

As políticas públicas e sociais são ações governamentais que, de acordo com Souza Lima & Castro (2015), estruturam um movimento de “fazer Estado”, e que se configura como uma ação constante, resultando em projetos que não são definitivos, em processos que operam construindo e desconstruindo realidades no plano da vida diária, em um *continuum* desestabilizado e conflituoso, conforme apontam Souza Lima & Castro:

políticas governamentais devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações que estão fora desse âmbito, mas que exercem funções de governo. Pensamos aqui em ONGs e movimentos sociais, assim como em organismos multilaterais de fomento e de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento (Souza Lima & Castro, 2015:35)

Assim, segundo os autores, a identificação de problemas sociais e a formulação de planos governamentais operam em um espaço de disputa entre diferentes forças, atuando temporalmente e espacialmente desconectadas.

Em artigo de 2016, Vianna & Unbehaum apresentaram um estudo sobre a agenda de gênero na política educacional brasileira e perceberam que, mesmo com uma

considerável produção acadêmica sobre o tema, há uma lacuna de estudos sobre a participação das mulheres nas áreas das ciências e da tecnologia, sobretudo nas profissões socialmente mais valorizadas.

3.4. Políticas de fomento à presença feminina nas ciências exatas no Brasil

Entre os anos de 2003 e 2018, a baixa participação feminina nas carreiras das ciências exatas foi objeto de políticas públicas, que buscaram incentivar através de apoio técnico e do financiamento de pesquisas acadêmicas e de projetos sociais o enfrentamento dos estereótipos de gênero na escola e nas ciências. No bojo deste processo está o Programa Mulher e Ciência, implementado pelo CNPq¹⁸ em 2005, a partir de uma demanda da Secretaria de Políticas para as Mulheres a partir da constituição do “Programa Interministerial Mulher e Ciência” de 2005, cujo objetivo era discutir a desigualdade de gênero na educação e na ciência. De acordo com Lima *et al* (2016), a inclusão das mulheres nas ciências era uma demanda já antiga de fóruns e agências de fomento internacionais. Entretanto, até então, esta pauta não constava da agenda dos governos e de suas políticas para as ciências.

A partir da constituição destas iniciativas, apenas em 2008, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres¹⁹ teve início a inclusão da temática da ciência e tecnologia na perspectiva de gênero nos documentos programáticos produzidos pela então gestão²⁰, quando no VI objetivo do eixo “Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica: “VI. Estimular a participação das mulheres nas ciências e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros”.

¹⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

¹⁹

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_III/texto_base_3_conferencia_mulheres.pdf (acesso setembro, 2021)

²⁰ O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2004, não cita diretamente a inserção mulher e ciência/tecnologia, apenas tem como uma das quatro áreas estratégicas “educação inclusiva e não sexista”.

O reconhecimento da diversidade na educação, com prioridade no II PNPM, foi um marco para as políticas educacionais para as mulheres, assim como o programa do CNPq se tornou um veículo para um conjunto de ações e teve um efeito multiplicador, impulsionando outras iniciativas dentro e fora do governo federal.

Desta forma, iniciativas diversas foram desenvolvidas nos últimos anos, no sentido de conscientizar e atrair mais mulheres para as ciências exatas e públicos historicamente excluídos para a universidade e para a ciência. No intento de tornar a academia mais plural, políticas públicas e sociais desenvolvidas em âmbito nacional, majoritariamente no ensino público, seguiram em paralelo com esforços para a expansão e democratização da educação superior, em projetos como FIES, o Financiamento Estudantil da Educação Superior²¹, o REUNI (2003), PROUNI (2004) e PRONATEC (2011), bem como outras medidas políticas adotadas no incentivo dessa expansão, como a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 que passou a garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a estudantes provenientes integralmente do ensino médio público, de cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

A Tabela 1, abaixo, apresenta as políticas públicas e sociais e educação, ciência e gênero desenvolvidas no país entre os anos de 2006 e 2018.

²¹ Criado como criado o Programa de Crédito Educativo (CREDUC), em 1975. Em 1999 foi reformulado e rebatizado para Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Tabela 1 - Políticas públicas e sociais de gênero e ciência desenvolvidas no Brasil - 2006 – 2018

Início	Projeto	Entidade
2006	Encontros Pensando Gênero e Ciências. Dois encontros: - 2006 - 2009	- CNPq - SPM
2005	Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - 11 edições: - 2006-2016	- CNPq - SPM
2005	Prêmio Para Mulheres nas Ciências no Brasil	- L'Oréal - UNESCO - ABC
2013	Chamada 18/2013 Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação	- MCTI - CNPq - SPM - Petrobras
2013	Pioneiras da Ciência	-CNPq
2014	Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher!	-CNPq
2015	Programa Mulheres na Ciência	-MCTI
2015	Elas na Exatas – Edital 1	- FCC - Instituto Unibanco - Fundo Elas
2016	Projeto Ciência e Mulher	-SBPC
2017	Meninas nas Ciências	- MCTIC - IBICT - SNJ
2017	Elas nas Exatas – Edital 2	- FCC - Instituto Unibanco - Fundo Elas
2018	Chamada 31/2018 Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação	- CNPq - MCTIC

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de editais, chamadas públicas e iniciativas promovidas por CNPq, SPM, MCTI, SBPC, entre outras entidades (2005–2018)

Com base no panorama apresentado pela Tabela 1, observa-se que, entre 2006 e 2018, a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero nas áreas de ciência, tecnologia e educação ocorreu em um contexto marcado por tensões políticas latentes. No período entre 2006 e 2015, essas políticas puderam avançar com relativa estabilidade, em função da constante reivindicação dos coletivos feministas nas universidades e instituições de produção do conhecimento, de uma conjuntura institucional favorável e de uma governança com mais sensibilidade para as pautas de direitos humanos e inclusão. A articulação entre órgãos como o CNPq, o MCTI e a Secretaria de Políticas para as Mulheres resultou em programas pioneiros que buscaram

enfrentar os estereótipos de gênero e democratizar o acesso das mulheres às ciências exatas. Entretanto, mesmo nesse período, já era possível perceber embates ideológicos em torno das questões de gênero, que se intensificaram especialmente a partir de 2016, com o avanço de forças conservadoras no campo político. Como aponta Naara Luna (2020), no governo Bolsonaro, o conservadorismo se consolidou como um instrumento ideológico estruturado, associado a valores religiosos e a uma “pauta de costumes” que rechaça abertamente os debates sobre diversidade e equidade de gênero, afetando diretamente as políticas públicas voltadas à participação das mulheres nos espaços de produção do conhecimento. Assim, embora os programas e editais daquele período tenham representado avanços significativos, sua descontinuidade posterior revela os limites estruturais dessas iniciativas frente a um cenário político cada vez mais hostil às agendas feministas e democráticas.

No rastro dessa discussão, este capítulo procurou analisar como as dinâmicas de gênero, enraizadas na socialização e na divisão sexual do trabalho, moldam a trajetória de mulheres no ensino superior e na ciência. Desde a imposição de estereótipos sobre habilidades femininas até a persistência de barreiras estruturais, como a dupla jornada de trabalho e a segregação vertical nas carreiras acadêmicas, as mulheres enfrentam desafios que limitam sua participação plena e equitativa. Embora tenham se tornado maioria em muitos cursos universitários, sua presença ainda está concentrada em áreas historicamente associadas ao cuidado, enquanto são sub-representadas em campos como as engenharias e as ciências exatas.

Ao longo do capítulo, o objetivo foi mostrar como as políticas públicas desempenham um papel crucial para a democratização do ensino superior, ao promover o acesso de mulheres e grupos historicamente excluídos. Iniciativas como o Programa Mulher e Ciência, os editais Meninas nas Ciências e a implementação de ações afirmativas são exemplos de esforços que buscam romper com paradigmas excludentes, ampliando a diversidade e a inclusão na academia e na ciência. Contudo, as conquistas observadas são constantemente desafiadas por retrocessos políticos e culturais, que reforçam a centralidade das mulheres no âmbito privado e dificultam sua ascensão a posições de liderança. Assim, o capítulo conclui que a superação das desigualdades de gênero no ensino superior e na ciência exige não apenas a continuidade e ampliação de políticas públicas, mas também mudanças culturais profundas que promovam o reconhecimento das mulheres como protagonistas em todos os campos do saber.

Capítulo 4 – A Rural em perspectiva: retrato de uma universidade em transformação

O Capítulo 4 examina o papel da universidade, com foco na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no contexto da expansão do ensino superior no Brasil no século XXI. O capítulo visa responder como a universidade, enquanto instituição social e educativa, pode atuar como agente de transformação social e desenvolvimento regional, especialmente em regiões periféricas como a Baixada Fluminense. A análise explora as dinâmicas de inclusão e desigualdade a partir de uma perspectiva interseccional, destacando as disparidades de gênero, raça e classe, tanto no acesso quanto na permanência e progressão na carreira acadêmica.

Este capítulo se articula com os capítulos anteriores ao retomar as discussões sobre gênero e educação apresentadas no Capítulo 2, aprofundando a análise sob o prisma da interseccionalidade e da democratização do ensino superior discutidas no Capítulo 3. A partir desse diálogo, busca-se compreender as especificidades do contexto da UFRRJ como um caso emblemático, marcado por sua história, localização geográfica e o impacto de políticas públicas recentes, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ao integrar essas abordagens, o capítulo contribui para um panorama mais amplo das interações entre universidade e sociedade, avaliando os desafios e as potencialidades da instituição na construção de um espaço mais inclusivo, equitativo e promotor de justiça social. A análise busca não apenas evidenciar as lacunas ainda presentes, mas também propor reflexões sobre o papel transformador das universidades na promoção de um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

4.1.A universidade centenária e sua expansão no século XXI

A expansão do ensino superior no Brasil observada nos primeiros 20 anos do Século XXI, impulsionada por políticas de inclusão social, trouxe à tona a necessidade de analisar a composição das turmas universitárias sob uma perspectiva interseccional. Estudos recentes demonstram que, apesar dos avanços, persiste a desigualdade no acesso

e na permanência de mulheres, estudantes negros, indígenas e de baixa renda. A análise da diversidade de gênero, raça e origem social é crucial para compreender os desafios enfrentados por esses grupos e as formas de superação das situações de iniquidade.

No rastro do movimento de ampliação da rede federal de ensino superior, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro passou por uma profunda transformação, com a construção de novos *campi*, a criação de cursos e a ampliação da oferta de vagas. Nesse cenário, torna-se indispensável a análise dos dados quantitativos e qualitativos sobre alunas e docentes, especialmente sob a perspectiva de gênero, para compreender as dinâmicas de inclusão e desigualdade presentes no ambiente acadêmico. A bibliografia acerca da relação entre mulher, gênero e universidade, discutida ao longo do capítulo 2, revela que, embora o acesso feminino ao ensino superior tenha se expandido, persistem desafios relacionados à equidade, como a segregação horizontal em áreas de conhecimento, as barreiras à progressão na carreira docente e as dinâmicas de poder no espaço acadêmico. Analisar esses dados sob a lente de gênero permite identificar não apenas as disparidades nas trajetórias acadêmicas e profissionais, mas também os obstáculos enfrentados por mulheres no acesso a oportunidades e reconhecimento. Isso possibilita à universidade desenvolver políticas mais eficazes que promovam a equidade de gênero, contribuindo para um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário.

Assim, como locus analítico das dinâmicas sociais e mudanças observadas diante da emergência das políticas para expansão do ensino superior, alinhada com as políticas de gênero, será considerado o contexto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A UFRRJ foi escolhida em função de sua localização periférica, situada majoritariamente na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A Rural, como é comumente chamada, é uma instituição centenária, criada no contexto do Brasil agropecuário, com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em 1910.

A Rural foi criada com o objetivo de promover a modernização da agricultura brasileira, atendendo às demandas de um setor agrário em transformação. Inicialmente voltada à formação de técnicos agrícolas e à capacitação de elites agrárias, a instituição consolidou-se como um espaço estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico no campo. Ao longo do tempo, sua função social ampliou-se, abrangendo também a democratização do acesso ao ensino superior, embora desafios relacionados à inclusão e à superação de desigualdades históricas, como as de gênero, raça e classe, permaneçam evidentes em sua trajetória.

A Lei do Boi (Lei nº 5.465/1968), analisada no contexto da UFRRJ na dissertação de Wallace Lucas Magalhães (2015), foi uma política agrária criada pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) que favorecia o ingresso no ensino superior de candidatos vinculados ao setor agropecuário, justificando-se como uma medida para qualificar o “homem do campo e mantê-lo em atividades rurais” (Último de Carvalho, 1968 *apud* Magalhães, 2015). No entanto, de acordo com as conclusões do pesquisador, a lei foi mais do que uma política educacional; ela se configurou como uma estratégia de manutenção dos privilégios da classe dominante agrária em um momento de modernização da agricultura brasileira.

A análise revela que a implementação da lei na UFRRJ teve impactos profundos, pois restringiu o acesso ao ensino superior a grupos sociais ligados à agropecuária, principalmente a grandes proprietários rurais, excluindo trabalhadores e pequenos agricultores. Essa exclusão reproduziu desigualdades sociais, fortalecendo a elite rural e limitando a democratização do espaço acadêmico. A UFRRJ, enquanto uma das principais instituições beneficiadas pela lei, se tornou um exemplo claro de como a educação superior pode ser usada como um instrumento de reforço das hierarquias sociais, alinhando-se aos interesses políticos e econômicos da ditadura civil-militar vigente.

A "Lei do Boi", revogada em 1985, ilustra como políticas aparentemente inclusivas podem perpetuar desigualdades, ressaltando a importância de analisar criticamente as condições e os beneficiários dessas medidas no contexto educacional e social mais amplo.

Em contrapartida, a professora Caetana Damasceno, na *live* “Docência Negra da UFRRJ: rotas e insurgências” (2021), salienta que ainda na vigência desse modelo de “cotas”, que perdurou por 17 anos, o curso de Economia Doméstica, predominantemente feminino, foi criado em 1963, em plena ditadura. Desta forma, a professora resalta a história da universidade de luta contra a ditadura e a favor da ditadura também, configurando um espaço de muita disputa política.

A universidade viveu uma grande transformação através dos anos e mais intensamente no século XXI, com a participação no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2007. Atualmente, a universidade conta com três *campi* e oferece cursos de graduação, pós-

graduação, mestrado e doutorado, o que, por sua vez, proporciona um espaço para a pesquisa científica, antes rara na região da Baixada Fluminense.

A UFRRJ está situada em uma região geográfica de alta vulnerabilidade social, com histórico de violência policial, habitação precária, falta de saneamento, condições insuficientes de transporte público, que acarretam graves problemas econômicos e sociais. Conforme informações de fevereiro de 2021, publicadas pelo Observatório do Trabalho/RJ, a região da Baixada Fluminense compreende 13 municípios dos 92 que compõem o estado do Rio de Janeiro e conta com grande densidade populacional, representando 23% da população total do estado. Em contrapartida, esta região contribui com 17% do PIB (Produto Interno Bruto) do estado, dado que pode representar um baixo investimento em saúde, educação e emprego e políticas de inclusão social nos municípios envolvidos.

O projeto “Cartografia Social: o impacto da militarização na vida de mulheres da Baixada”, desenvolvido pelo Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu em 2018²², revelou como as trajetórias das mulheres na Baixada Fluminense são atravessadas por uma interseção de violências estruturais, sociais e de gênero. A militarização, o machismo e o racismo criam um cenário de violações de direitos que impactam diretamente suas vidas, intensificando as desigualdades em uma região já marcada por altas taxas de violência letal e exclusão social. Essa realidade inclui desde a falta de acesso a políticas públicas até o cerceamento da mobilidade e da segurança no território.

As mulheres participantes do projeto Cartografia Social denunciaram práticas de controle exercidas por agentes estatais, como a polícia, e não-estatais, como milícias e grupos de extermínio, que restringem sua liberdade e perpetuam a violência. O machismo, presente nas interações cotidianas e nas instituições, reforça a vulnerabilidade dessas mulheres, limitando seu acesso a serviços essenciais, como saúde, transporte e educação. Uma participante do projeto resumiu essa condição ao afirmar: "Ser mulher na Baixada é ser atravessada por todas as violências. É viver em um território onde o transporte público é precário, onde somos assediadas e onde não temos nem consultas regulares de saúde." Essa fala exemplifica como a violência estrutural afeta diversas dimensões da vida, colocando as mulheres em uma constante posição de resistência.

²² <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Cartografia-Social-Mulheres-da-Baixada.pdf> (Acesso em 12/09/2024).

O conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2018), fornece uma lente essencial para compreender as dinâmicas de controle e violência na Baixada Fluminense, especialmente no que se refere à vida das mulheres. A pesquisa de mestrado de Giulia Escuri (2022) destaca como as mães e familiares das vítimas de violência estatal se organizam em redes de luta e resistência, transformando o luto em um ato político. Essa resistência desafia e denuncia a lógica necropolítica ao reivindicar o direito à memória e à justiça para seus filhos, como evidenciado na atuação da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, criada após a ocorrência da Chacina da Baixada, em 2005. Escuri (2022) enfatiza que "a violência policial e de grupos de extermínio ganhou uma grande aceitação ao longo dos anos, legitimando práticas de extermínio como parte de uma política informal do Estado", revelando que uma relação simbiótica entre o Estado e as práticas de violência foi reforçada pela ausência de políticas públicas efetivas e pela naturalização da morte como parte do cotidiano da região. Com base nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, referentes ao período de 2006 a 2018, Musumeci (2020) identificou que os batalhões da Polícia Militar situados na Baixada Fluminense figuravam entre aqueles com os maiores índices de mortes decorrentes de intervenções policiais em todo o estado. A maioria das vítimas dessas ações eram jovens negros, evidenciando um padrão de letalidade policial com recorte racial e territorial. Esse cenário foi corroborado por dados de anos posteriores, como os de 2020, que indicaram que 73% das pessoas mortas pela polícia na região eram pretas ou pardas, com municípios como São João de Meriti, Magé, Belford Roxo e Duque de Caxias apresentando percentuais ainda mais elevados (Fórum Grita Baixada, 2021).

Esses dados demonstram como o racismo estrutural e a necropolítica se materializam na região, legitimando a perpetuação da violência como ferramenta de controle social e político. Mbembe descreve a necropolítica como o poder de decidir quem vive e quem morre, revelando como as estruturas de dominação modernas não apenas regulam vidas, mas também produzem mortes, mantendo grupos específicos em condições de precariedade extrema.

O cenário apresentado pela Baixada Fluminense, segundo a análise de Nalayne Mendonça Pinto e José Cláudio Souza Alves (2024), evidencia como a violência se tornou um instrumento de ordenamento territorial, político e econômico, reforçando o conceito de necropolítica de Mbembe (2018). A região, marcada historicamente por disputas de

poder, é palco de interações perversas entre agentes estatais e não estatais, como milícias e facções do tráfico, que gerenciam a vida e a morte das populações locais. Como argumentam os autores, “matar é uma ferramenta ordinária e primária de poder”, consolidando o domínio de grupos que utilizam a violência como estratégia de controle e acumulação de recursos.

Para Alves e Pinto (2023), nas últimas décadas, a região tem sido marcada por disputas intensas entre milícias e facções do tráfico de drogas, resultando em uma reconfiguração do controle territorial e na consolidação de um modelo de governança baseado na violência. Segundo os autores, a violência não é apenas uma expressão de desordem, mas uma ferramenta estratégica utilizada por grupos armados para estabelecer domínio político e extrair ganhos econômicos em vastas áreas da região. Essas dinâmicas produzem interações perversas que resultam no ordenamento e manejo territorial violento das populações da Baixada Fluminense.

Além disso, Alves e Pinto argumentam que a soberania na Baixada Fluminense é exercida por meio da capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Essa perspectiva está alinhada com o conceito de necropolítica de Mbembe (2018), que descreve a gestão da morte como uma forma de exercício de poder. Portanto, a análise dos autores complementa a compreensão de que a violência na Baixada Fluminense transcende a criminalidade comum, configurando-se como um instrumento de governança que molda as relações sociais, políticas e econômicas na região.

Para Mbembe (2018), a necropolítica transcende o ato explícito de matar, englobando também a administração de vidas em um estado de sobrevivência limitada, onde direitos básicos são negados e a violência é naturalizada como parte do cotidiano. No caso das mulheres da Baixada, essa lógica se expressa na ausência de políticas públicas que garantam saúde, transporte ou segurança e nas práticas opressivas que restringem sua liberdade e perpetuam o machismo e o racismo estrutural.

Nesse cenário, a universidade, como destacam diversos autores (hooks, 2017; Heringer, 2018; Vila, 2018; Salata, 2018), emerge como uma instituição social importante para a promoção da justiça social e para a transformação regional. Os estudos apontam que a educação superior continua sendo um dos principais fatores de mobilidade social ascendente nas sociedades contemporâneas. Para Salata (2018), a escolaridade é uma

variável fundamental para explicar as desigualdades sociais, pois influencia diretamente as chances de obtenção de emprego, o status ocupacional e a melhoria de rendimentos. Assim, ao conectar o papel da educação superior com as dinâmicas de opressão, evidencia-se a necessidade de universidades comprometidas com a inclusão, a equidade e a superação das desigualdades estruturais, especialmente em territórios como a Baixada Fluminense, onde a precariedade se entrelaça com a luta por direitos básicos e dignidade.

De acordo com Vila (2018: 85), sob uma perspectiva econômica, a decisão de cursar uma universidade representa uma escolha que transcende o desenvolvimento individual e afeta diretamente o desenvolvimento regional. Para muitos estudantes, especialmente aqueles de contextos menos favorecidos, a universidade é a primeira oportunidade de acesso a uma rede de conhecimento que possibilita a ascensão social e o rompimento com ciclos de pobreza, violência e exclusão. Ao oferecer formação superior que capacitam indivíduos para áreas específicas de alta demanda no mercado local, a universidade não só atende às necessidades imediatas da economia, mas também impulsiona a criação de novos setores, a inovação e a diversificação econômica.

A formação de mão de obra graduada é, portanto, um dos pilares do desenvolvimento regional sustentável, pois agrega ao mercado de trabalho profissionais capacitados para preencher lacunas de conhecimento e liderar iniciativas locais de inovação. A universidade pode, inclusive, moldar o perfil econômico de uma região ao formar profissionais especializados em áreas estratégicas como tecnologia, educação, saúde e meio ambiente, conforme as necessidades e potencialidades do contexto local. Esse efeito é amplificado quando se considera a fixação de graduadas e graduados na região, o que fortalece o capital humano regional e cria uma base sólida para o desenvolvimento contínuo. Vila (2018:116), por meio de análises microeconômicas, aponta três fatos fundamentais para explicar como e por que as atividades das universidades e de outras instituições de ensino superior influenciam a atividade econômica dos territórios em que estão localizadas:

Primeiro, que os graduados em universidades têm maior produtividade individual e maior renda que os não graduados. Em segundo lugar, eles são mais propensos a participar de vários tipos de inovação produtiva no ambiente profissional porque desenvolveram a capacidade de detectar problemas, encontrar novas soluções, avaliá-las adequadamente e aplicá-las ao trabalho. Terceiro, eles têm uma maior

propensão a exercer funções de liderança nas organizações em que trabalham porque sua formação universitária os equipou com habilidades necessárias para gerenciar, de forma eficaz e eficiente, tarefas, relações humanas e mudanças nas equipes de trabalho das organizações das quais fazem parte. (Vila, 2018:116)

No entanto, o impacto da mão de obra graduada no desenvolvimento regional também depende de políticas institucionais de incentivo à permanência e valorização desse capital humano nas regiões de origem. Muitos graduados, ao enfrentarem dificuldades de inserção profissional local, acabam migrando para grandes centros urbanos em busca de melhores oportunidades, o que resulta na "fuga de cérebros" e limita o potencial transformador das universidades em regiões periféricas. Por isso, segundo Vila (2018), além de formar profissionais, as universidades precisam atuar como parceiras de empresas e governos locais na criação de um ecossistema de inovação e desenvolvimento que incentive esses profissionais a permanecerem e investirem em suas comunidades.

Assim, a decisão de cursar uma universidade, especialmente em regiões que historicamente não possuíam até bem recentemente acesso a esse tipo de formação, como a Baixada Fluminense, representa um vetor duplo de desenvolvimento: enquanto impulsiona o crescimento individual e a mobilidade social, gera um impacto na economia e na estrutura produtiva local. Quando articulada com políticas públicas, a presença de mão de obra qualificada se converte em um diferencial competitivo que fortalece a economia regional, criando oportunidades e incentivando uma cultura de inovação e inclusão. A universidade, então, tem o potencial de cumprir não só o papel de educar, mas também de transformar socialmente o entorno, consolidando-se como uma âncora para o desenvolvimento equilibrado e equitativo das regiões.

De acordo com a pesquisa de doutorado “O significado social da expansão do ensino superior para a Baixada Fluminense-RJ”, de Renan Arjona de Souza (2022), no período de 2003 a 2014, a região da Baixada Fluminense foi fortemente impactada pela política de expansão do acesso aos ensino de graduação no país, considerando o número de instituições, cursos de graduação e matrículas presenciais. A ampliação do investimento, caracterizada neste estudo como a partir do ano de 2003, foi ícone de um período próspero, de redução das desigualdades sociais e registro de mais de 28 milhões

de pessoas que saíram da pobreza. E dentre os fatores apontados como responsáveis por este processo, está o aumento do gasto social em educação (OXFAM BRASIL, 2017).

Souza (2022: 235) salienta que as políticas de expansão da educação superior impactaram no ingresso dos moradores da Baixada Fluminense em cursos universitários desta região. Até o ano de 2003 existiam apenas duas instituições universitárias na região da Baixada Fluminense, no município de Duque de Caxias (FEBF-UERJ) e em Nilópolis (atual IFRJ), com a implementação do Reuni e de outros projetos como a Reforma da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a ampliação da política de financiamento de vagas e bolsas em instituições privadas, através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) esse número foi bastante amplificado. Em 2018, já eram sete unidades de universidades públicas com cursos de graduação presencial. Com relação às instituições de ensino superior privadas, a região contava com treze e entre 2003 e 2018, foram abertas mais sete unidades.

O estudo mostra que a Baixada Fluminense foi diretamente impactada pela política expansionista da educação superior, pois em 2003, a região contava com 89 cursos e em 2018, 189 cursos. A maior parte dos ingressantes das instituições de ensino superior da Baixada Fluminense são moradores da própria região, com alta proporção. No ano de 2010, com 70% do total de ingressantes e nos anos seguintes aumentou para 78,7% em 2014 e 80,8% em 2017 (Souza, 2022).

Entretanto, a crise política e econômica enfrentada pelo Brasil nos últimos 10 anos afetou o projeto de expansão do ensino superior, resultando em uma gradual redução do investimento público a partir de 2014. Esse contexto impactou diretamente a manutenção e o crescimento das universidades na região. Na Universidade Rural, por exemplo, o número de estudantes matriculados nos cursos de graduação caiu de 14.185 em 2016, considerando os três *campi*, para 12.750 em 2022, período pós-pandemia, representando um decréscimo de 10%.

Nos cursos EaD da UFRRJ, oferecidos por meio do consórcio Cederj/Cecierj, a queda foi ainda mais significativa. O número de matrículas caiu de 7.152 em 2016 para 5.721 em 2022, indicando uma redução de 20%. Esse declínio reflete não apenas o desinvestimento em educação superior, mas também a falta de políticas públicas que garantam a permanência dos estudantes. Em linha com esse cenário, o INEP registrou,

em 2022, uma queda de 13% no ingresso de estudantes em universidades federais por meio de cotas, fenômeno que pode ser atribuído à ausência de suporte financeiro, como moradia, alimentação e ajuda de custo, que são fundamentais para estudantes de grupos mais vulneráveis.

Apesar desses desafios, a universidade mantém um papel central no desenvolvimento de seu entorno, promovendo a produção de conhecimento, a formação de cidadãos críticos e a interação com a comunidade. Contudo, a realização plena desse papel enfrenta obstáculos, como a desigualdade social no acesso ao ensino superior e a fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda assim, a universidade desempenha uma função estratégica na democratização do saber e na formação de indivíduos capazes de pensar de forma autônoma, questionar a realidade e contribuir para a transformação social.

Nesse contexto, Schiebinger (2001) ressalta a importância de um espaço universitário inclusivo, que ofereça voz e oportunidades a diferentes perspectivas e experiências. Ela argumenta que a diversidade é essencial para que a produção do conhecimento seja representativa e relevante para toda a sociedade. Ao fortalecer a interação entre academia e sociedade, as universidades não apenas contribuem para a resolução de problemas locais e o fortalecimento da economia regional, mas também tem a papel importante na superação de barreiras socioeconômicas e culturais, atuando como agentes de transformação que promovem equidade no acesso ao conhecimento e às oportunidades.

Alinhada a essa visão, a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável reforça a necessidade de novas abordagens para enfrentar os grandes desafios sociais da modernidade, incluindo questões ambientais, sociais e econômicas. Nesse sentido, a participação efetiva das mulheres em diversas áreas do conhecimento, especialmente sob a perspectiva da inclusão, não apenas promove a equidade, mas também introduz novas visões e soluções, a partir de diferentes pontos de vista e saberes. A Agenda 2030 apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o ODS 4, que trata da educação, e o ODS 5, que aborda a igualdade de gênero. Contudo, as áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), por sua capacidade de inovação, contribuem para alcançar outros objetivos, como o desenvolvimento da agricultura, a gestão climática, o uso sustentável da água e saneamento e o acesso sustentável à energia.

De acordo com o relatório “Decifrar o Código: Educação de Meninas e Mulheres em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM)”, as meninas e mulheres desempenham um papel crucial no desenvolvimento de soluções que melhorem a qualidade de vida e promovam um crescimento sustentável e inclusivo. Sua presença nessas áreas amplia as possibilidades de inovação e fomenta um desenvolvimento comunitário mais equitativo, demonstrando que a inclusão é não apenas uma questão de justiça social, mas também um motor essencial para o progresso global.

Nesta perspectiva, visando refletir sobre os resultados de políticas de expansão, articulados com a premente necessidade de novas visões na construção do conhecimento, este trabalho analisa, sob uma perspectiva interseccional, a condição das mulheres na universidade, com foco na UFRRJ.

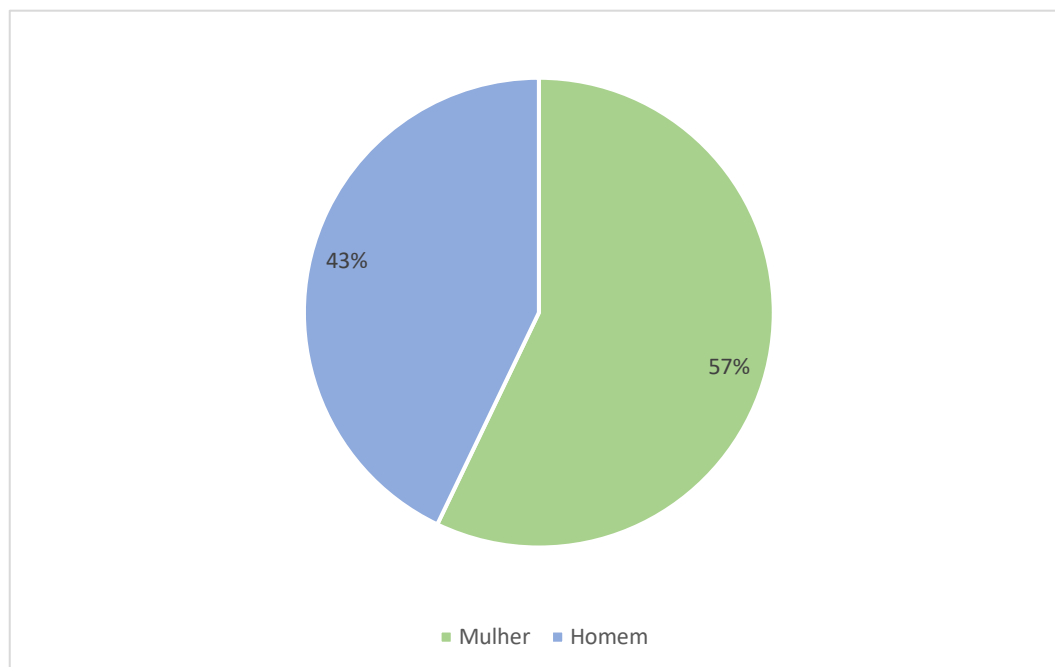
Finalmente, é essencial reconhecer que a UFRRJ, como uma universidade periférica localizada em um território marcado por desigualdades estruturais e sociais, desempenha um papel importante na promoção da inclusão e do desenvolvimento regional. A análise de sua trajetória e dos impactos recentes das políticas de expansão do ensino superior, revela a importância de abordagens interseccionais para compreender os desafios enfrentados, particularmente pelas mulheres. A universidade não apenas reflete as tensões e contradições das políticas públicas de educação, mas também se estabelece como um espaço potencial para a construção de novos caminhos em direção à equidade e à transformação social.

4.2.Representação das estudantes de graduação na UFRRJ

Atualmente, a universidade conta com 64 cursos de graduação, reunindo aproximadamente 21 mil graduandos. As mulheres são ampla maioria nos cursos de graduação, e representam 57% das estudantes deste nível de ensino. Os homens representam 43%, conforme descrito no gráfico 3. Esta configuração atual da Universidade Rural, que apresenta um conjunto discente mais feminino, é fruto dos programas de expansão do ensino superior, que possibilitaram a abertura de cursos nas áreas de ciências humanas e sociais, nas áreas de gestão, educação entre outras. Mas também é fruto de uma mudança na percepção do papel da universidade, como uma etapa que impulsiona a possibilidade da mudança em um *status* socioeconômico desfavorável,

como reflete bel hooks (2017: 241) ao relatar suas próprias expectativas de que o diploma universitário promovesse sua mobilidade social.

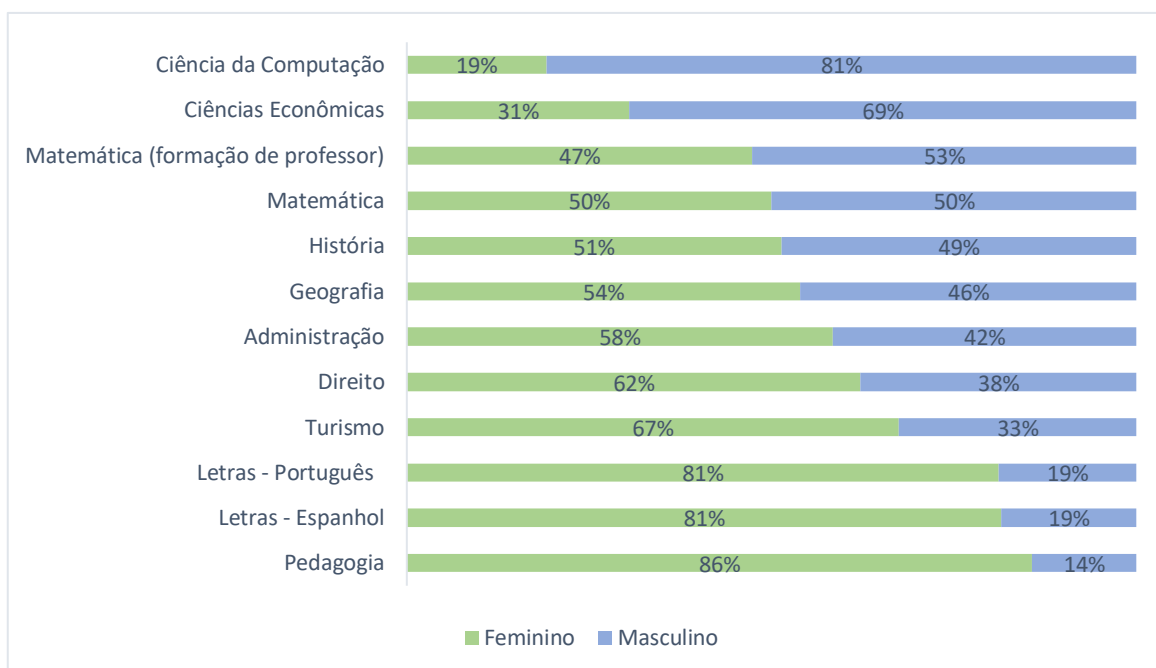
Gráfico 3 - Distribuição de mulheres e homens – graduação (UFRRJ, 2019)



Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior – INEP, 2019

Como mostram os gráficos 4, 5 e 6, as mulheres estão distribuídas em maioria na maior parte dos cursos, em todos os *campi* da universidade. No caso do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ de Nova Iguaçu, os cursos com menor participação feminina são Ciências Econômicas e Ciências da Computação, que registrava apenas 19% de mulheres matriculadas em 2019.

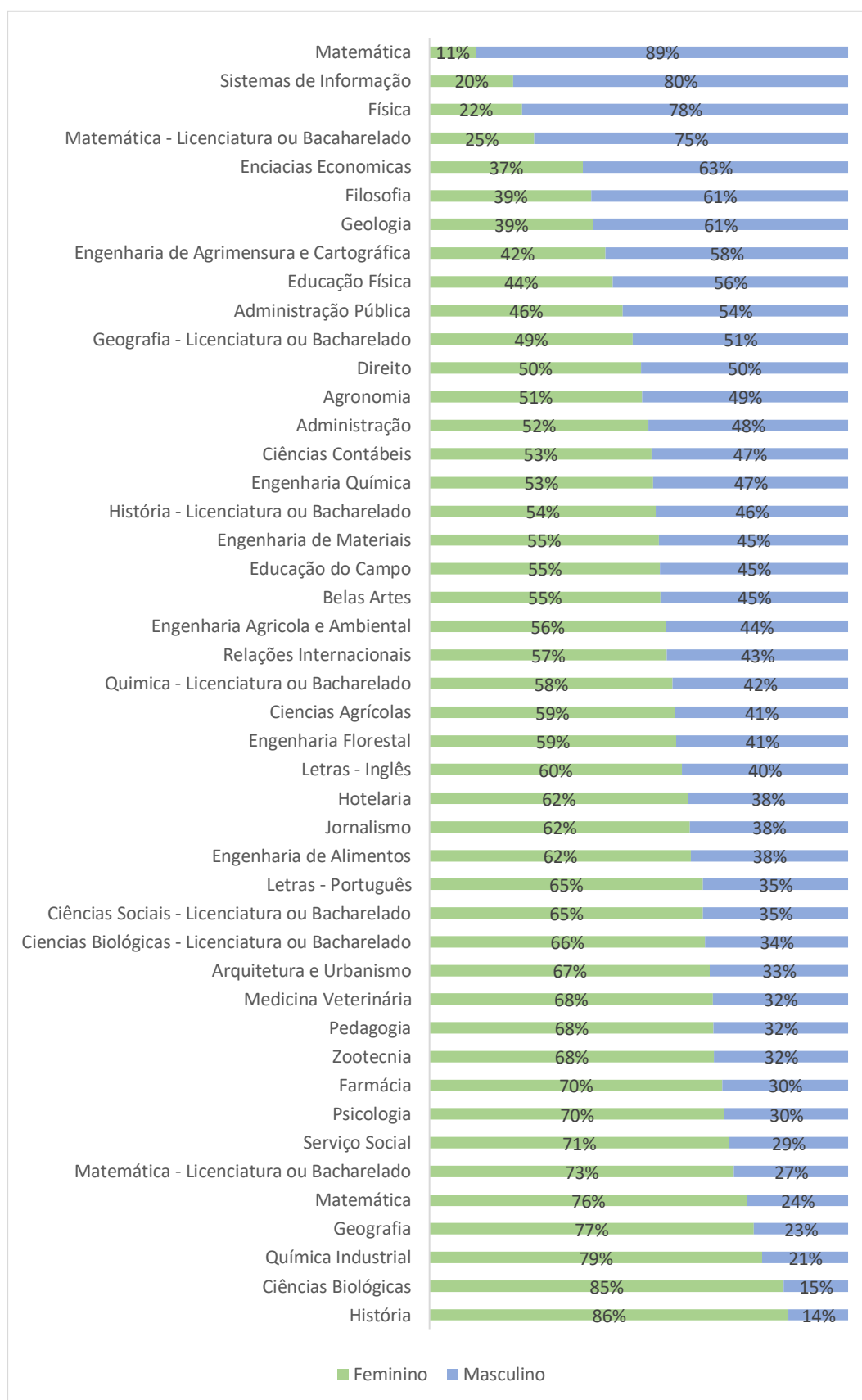
Gráfico 4 - Estudantes matriculadas/os em cursos de graduação, por sexo (UFRRJ Nova Iguaçu), 2019



Fonte: Dados do Censo da Educação Superior - Inep, 2019 (elaboração própria)

No gráfico 5, que apresenta a distribuição por sexo no *campi* de Seropédica, é possível verificar que, assim como no Instituto Multidisciplinar, os cursos historicamente masculinos, de base matemática, seguem com menor representatividade feminina, especificamente: matemática, sistemas da informação, física, matemática, ciências econômicas e geologia. Entretanto, outros cursos também associados ao longo do tempo ao espectro masculino, como a filosofia, que segue mais masculina na graduação da Universidade Rural.

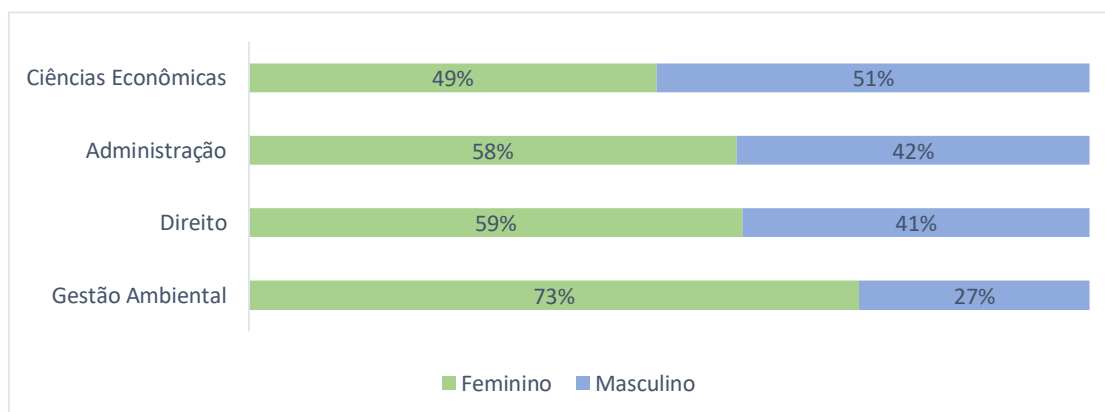
Gráfico 5 - Estudantes matriculadas/os em cursos de graduação, por sexo (UFRRJ Seropédica), 2019



Fonte: Dados do Censo da Educação Superior - Inep, 2019 (elaboração própria)

Em Três Rios, representado no gráfico 6, a maioria feminina é evidente em três dos quatro cursos oferecidos no *campi*. O curso de Ciências Econômicas, que apresentou menor participação feminina no Instituto Multidisciplinar e em Seropédica, apresenta em Três Rios um maior equilíbrio entre os sexos.

Gráfico 6 - Estudantes matriculadas/os em cursos de graduação, por sexo (UFRRJ Três Rios), 2019



Fonte: Dados do Censo da Educação Superior - Inep, 2019 (elaboração própria)

O gráfico 7, que segue abaixo, apresenta o quantitativo de estudantes que concluíram os cursos de graduação inscritos nas áreas do conhecimento com menor participação feminina, ou seja, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias. Os dados mostram que em 2019, o curso de Geologia, mesmo com uma porcentagem de 61% de homens matriculados, contou uma maioria feminina entre os concluintes daquele mesmo ano, pois dentre os 32 concluintes, 18 eram mulheres. Da mesma forma, com o curso de Engenharia de Agrimensura e Ambiental, que teve uma representação de 58% de homens matriculados, em 2019 dos 20 concluintes, 11 foram mulheres.

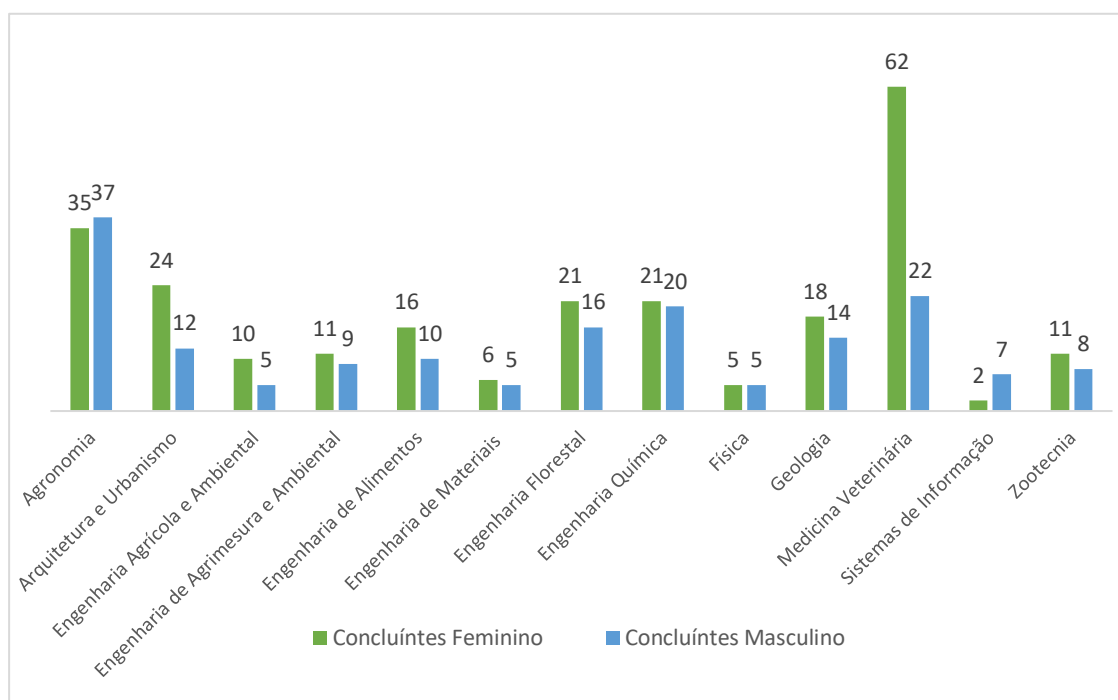
Na graduação em física houve igualdade no número de concluintes em 2019, 5 mulheres e cinco homens, mesmo que na totalidade dos matriculados o curso de física conte com uma ampla maioria de 78% masculina.

Merece destaque também o curso de Zootecnia que contou com 19 concluintes, sendo 11 mulheres, mesmo que no total de matriculados os homens representam 68% dos estudantes.

Esses dados evidenciam uma dinâmica interessante e multifacetada na composição de gênero entre os matriculados e concluintes em cursos universitários tradicionalmente marcados pela predominância masculina. Os dados indicam uma ruptura parcial com as normas de gênero que, historicamente, restringem a presença e o sucesso feminino em áreas das ciências exatas, tecnológicas e agrícolas na Universidade Rural. Embora os homens ainda sejam a maioria entre os matriculados em cursos como Geologia, Engenharia de Agrimensura e Ambiental, Física e Zootecnia, as mulheres têm alcançado taxas significativas de conclusão, muitas vezes superando os colegas masculinos.

Essa discrepância entre matrícula e conclusão sugere que, apesar das barreiras iniciais, como o acesso a cursos considerados masculinos, as mulheres demonstram resiliência e engajamento, alcançando êxito em suas trajetórias acadêmicas durante a graduação.

Gráfico 7 - Número de concluintes em cursos com predominância masculina na matrícula, por sexo (UFRRJ, 2019)



Fonte: Dados do Censo da Educação Superior - Inep, 2019 (elaboração própria)

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) reflete um perfil diversificado em seu corpo discente de graduação. De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)²³, realizada em 2018, a maioria dos estudantes da UFRRJ cursou o ensino médio em escolas públicas, o que reflete o impacto das ações afirmativas na ampliação do acesso à educação superior.

A diversidade racial também é um elemento importante na composição dos discentes da UFRRJ. Cerca de 54,7% dos alunos se autodeclaram pretos ou pardos, refletindo o impacto direto das cotas raciais e das comissões de heteroidentificação implementadas para assegurar a representatividade nos processos seletivos. Essa estatística está acima da média nacional em instituições federais, onde aproximadamente 47% dos alunos pertencem a esses grupos, segundo dados do Ministério da Educação (MEC).

Outro dado relevante é a renda mensal familiar per capita dos discentes da UFRRJ, que é de R\$1.328,00. Esses números indicam que muitos estudantes enfrentam limitações econômicas, reforçando a necessidade de políticas de assistência estudantil.

Regionalmente, a UFRRJ atrai majoritariamente estudantes do estado do Rio de Janeiro, mas também de outras regiões do Brasil, sobretudo do Sudeste. Essa diversidade geográfica reflete a relevância da universidade em âmbito nacional, especialmente em áreas como ciências agrárias e ambientais.

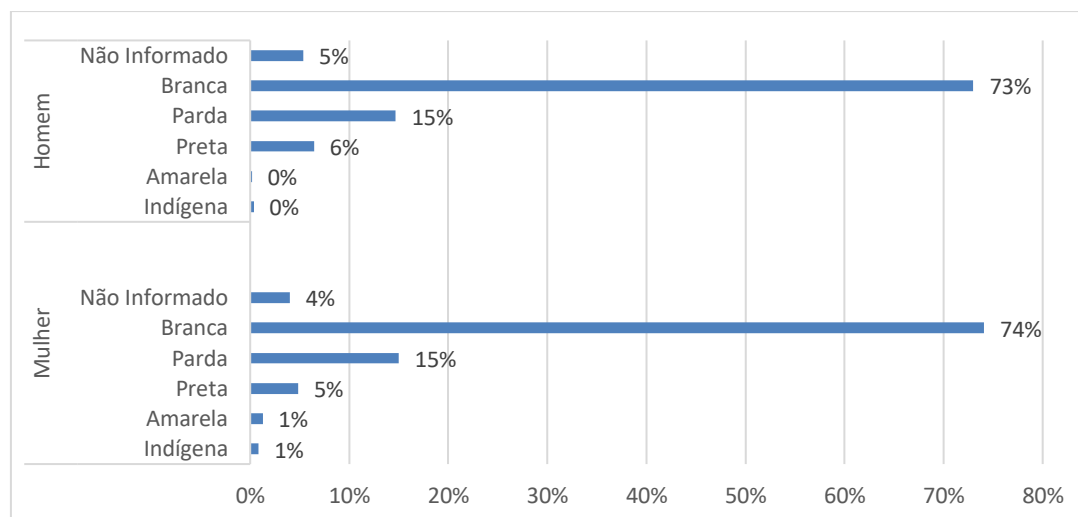
4.3.Docentes Rurais nas atividades de ensino e pesquisa

Segundo o Relatório de Gestão da UFRRJ (2020), a instituição dispõe de 1134 docentes de nível superior, sendo 475 mulheres e 560 homens, ou seja, uma proporção de apenas 43% de professoras. Esse dado da Rural já se distancia das demais instituições de ensino superior no sentido de um corpo docente mais masculino, pois segundo dados do INEP, em 2011 as mulheres chegavam a 55% do total de docentes no país.

²³ <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> (Acesso em 12/09/2024).

Com relação à distribuição por cor/raça, disponível no gráfico 8, é possível observar que brancos (mulheres e homens) representam a maioria, em torno de 73%, pardos são 15% e pretos, 5%. Ou seja, o perfil da docência de Ensino Superior na UFRRJ segue padrão na produção de conhecimento do Brasil, é basicamente masculino e branco.

Gráfico 8 - Distribuição relativa por cor/raça de docentes do Ensino Superior (UFRRJ, 2021)



Fonte: Dados fornecidos pelo Portal da Transparência da UFRRJ por solicitação da pesquisadora (elaboração própria)

Particularmente na pós-graduação, segundo dados de 2020 da CAPES, os docentes que se encontram nestes programas totalizam 707, sendo 264 mulheres e 443 homens. A proporção feminina cai ainda 6 pontos percentuais na pós-graduação da UFRRJ, ficando em 37%. Esse dado evidencia a maior facilidade masculina em alcançar e manter uma produtividade que assegure sua permanência nas pós-graduações.

Estes números contrastam com dados sobre as alunas da pós-graduação ruralina, elas são ampla maioria e chegam a 59% do total de matriculados nos cursos de mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional, conforme demonstrado na Tabela 1. Apenas nos cursos de doutorado das áreas de Ciências Exatas e da Terra e multidisciplinares²⁴ e nos cursos de mestrado profissional, que formam especialistas de alto nível para o mercado, de há uma maioria masculina.

²⁴ Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária

Nas demais áreas do conhecimento a maioria é de mulheres, fator que indica que o chamado “efeito tesoura”, identificado pelos estudos de gênero como uma queda no número de mulheres conforme a carreira vai ascendendo, é bastante visível na Rural na transição da conclusão do doutorado e na entrada na universidade como docente.

Tabela 2 - Distribuição relativa dos estudantes de pós-graduação por área do conhecimento (UFRRJ, 2020)

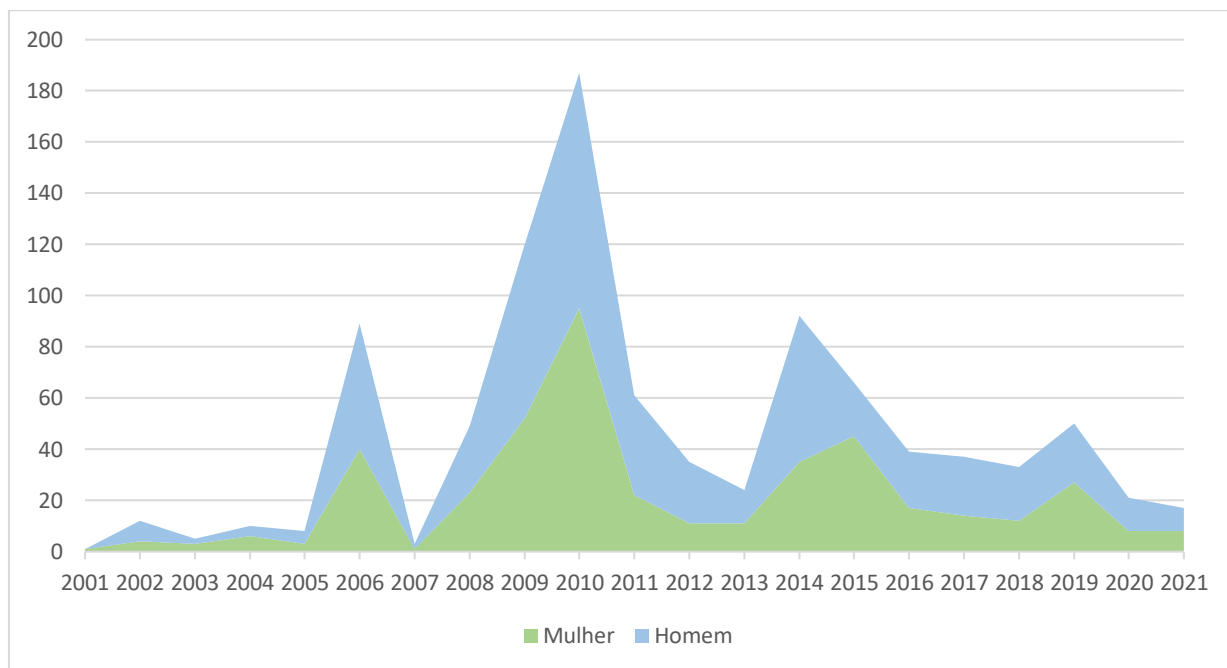
	Mestrado		Doutorado		Mestrado Profissional	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Ciências Agrárias	64%	36%	56%	44%	40%	60%
Ciências Biológicas	58%	43%	53%	48%	-	-
Ciências Exatas e da Terra	56%	44%	50%	50%	27%	73%
Ciências Humanas	61%	39%	60%	40%	34%	66%
Ciências Sociais Aplicadas	53%	47%	-	-	49%	51%
Engenharia	67%	33%	-	-	-	-
Multidisciplinar	59%	41%	44%	56%	78%	22%
Linguística, Letras e Artes		-	-	-	85%	15%

Fonte: Dados da Plataforma Sucupira/CAPES, 2020

Para entender melhor como a UFRRJ absorve a demanda de docentes em seus quadros, buscamos os números de admissão de professores efetivos dos primeiros 20 anos deste século 21, eis que os dados mostram uma prevalência masculina na entrada da universidade, como mostra o gráfico 9. O maior pico de admissão de professores ocorrido entre os anos 2007 e 2011 corresponde ao período da abertura do novo campus no município de Nova Iguaçu, o Instituto Multidisciplinar, e da ampliação dos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais e do Instituto de Educação em Seropédica, ambos abrigam cursos de graduação e pós-graduação majoritariamente nas áreas das ciências humanas e educação.

A despeito do número de professoras ter, de fato, aumentado exponencialmente com a expansão da universidade nos últimos 15 anos, e este crescimento ter mais consistência em cursos onde as mulheres historicamente ocupam mais espaços, o avanço feminino e a busca de uma equidade no corpo docente da universidade segue lento.

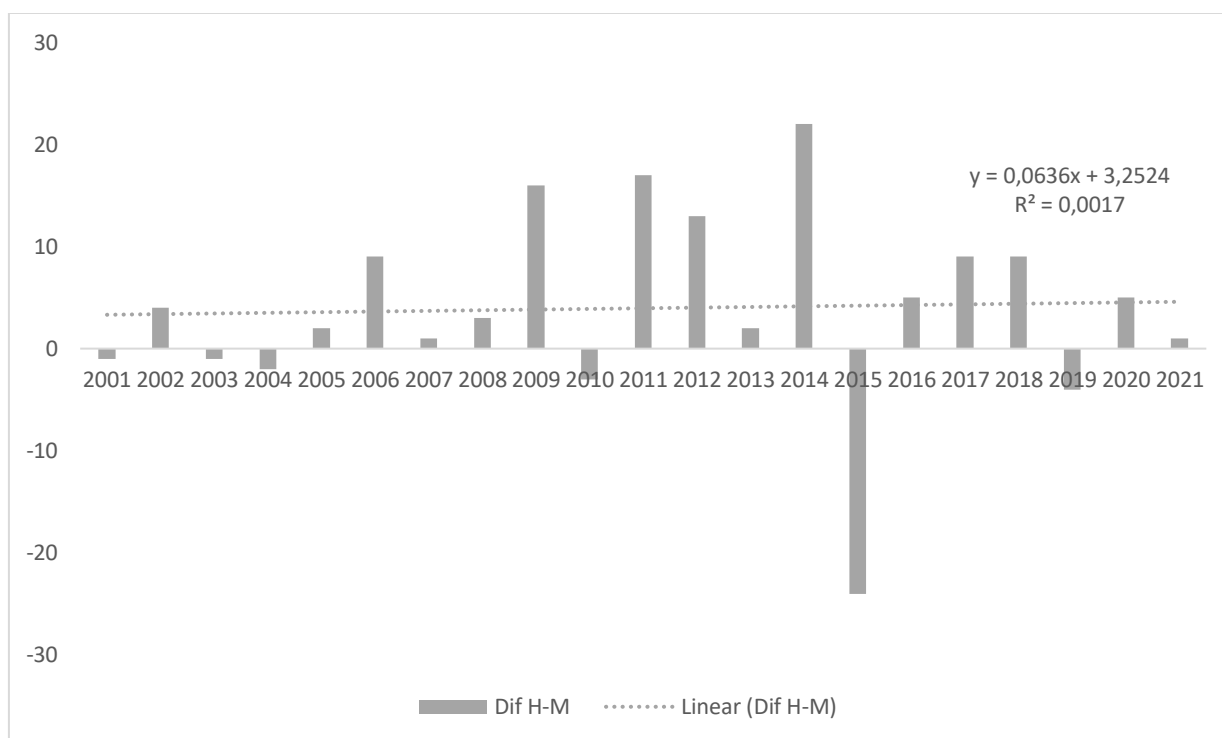
Gráfico 9 - Evolução de admissão de docentes efetivos por sexo em números absolutos (UFRRJ, 2001-2021)



Fonte: Dados fornecidos pelo Portal da Transparência da UFRRJ (elaboração própria)

Como informação adicional, o gráfico 10 mostra a diferença entre homens e mulheres na admissão de docentes dos últimos 20 anos, entre 2001 e 2021. Surpreende o fato de que a linha de tendência (tracejado vermelho no gráfico), traduzida pelo coeficiente angular y em uma linha quase horizontal, aponta para uma manutenção dessa diferença. O resultado do R^2 indica uma maior ou menor tendência à linearidade e mostra que quanto mais longe de 1 for o R^2 (no caso em questão o R^2 vale 0,0017), mais imprecisa é a informação de que há uma tendência de redução da diferença na contratação de professores e professoras por concurso público.

Gráfico 10 - Diferença por sexo na admissão de professores em números absolutos (UFRRJ, 2001-2021)



Fonte: Cálculo realizado Dados fornecidos pelo Portal da Transparência (elaboração própria)

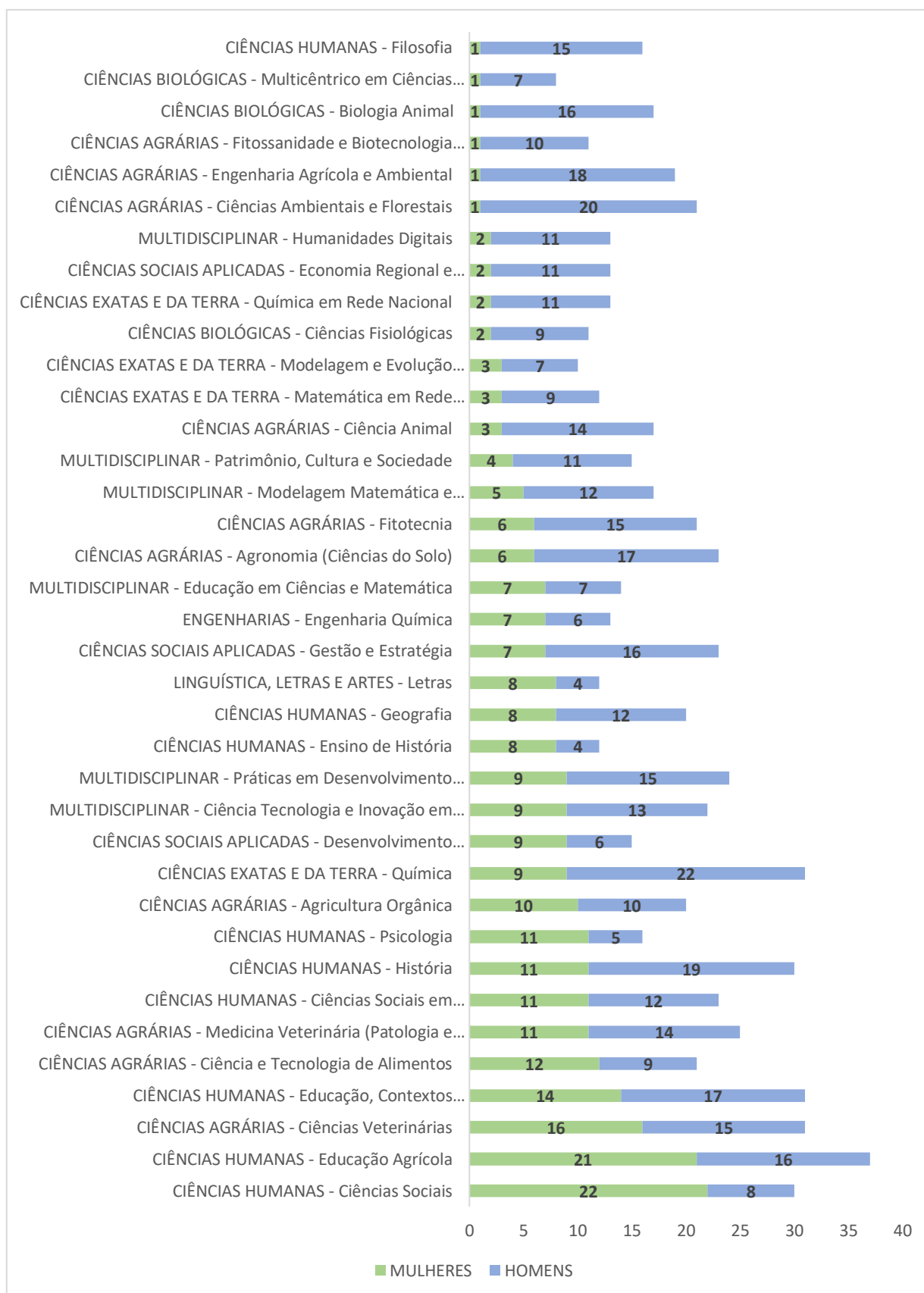
A análise do gráfico 10 revela flutuações nessa desigualdade de gênero ao longo dos anos, com diversos momentos em que a contratação de homens superou expressivamente a de mulheres, como em 2008, 2010, 2011 e 2013. Em contrapartida, o ano de 2015 se destaca como uma inflexão, apresentando uma diferença negativa considerável e indicando que mais mulheres foram contratadas do que homens, o que se configura como um evento atípico frente ao padrão observado. Entretanto, a análise da linha de tendência (tracejado vermelho no gráfico), traduzida pelo coeficiente angular y em uma linha quase horizontal, aponta para uma manutenção dessa desigualdade. O resultado do R^2 pode indicar uma maior ou menor tendência à linearidade e mostra que quanto mais longe de 1 for o R^2 (no caso em questão o R^2 vale 0,0017), mais imprecisa é a informação de que há uma tendência de redução da diferença na contratação de professores e professoras por concurso público.

Isso reforça a ideia de que não há um movimento contínuo ou planejado de recuo na desigualdade de gênero na contratação docente. Os dados apresentados indicam que, independentemente da direção da tendência, seu avanço ocorre de maneira extremamente lenta e pouco consistente. Embora seja possível identificar certa movimentação ao longo

do tempo, essa dinâmica é tênue e insuficiente para caracterizar uma mudança estrutural. Os dados apresentados contribuem para evidenciar a ausência de uma transformação estrutural no padrão de admissões, apontando para a persistência das desigualdades e a necessidade de ações afirmativas contínuas e sistemáticas para enfrentá-las.

Os dados sobre a entrada de mulheres docentes e pesquisadoras na UFRRJ acaba por delinear um cenário composto por um corpo docente distribuído de maneira bastante desigual em determinadas áreas do conhecimento nos cursos de mestrado e doutorado, como mostrado no gráfico 11. Cursos das áreas tradicionalmente mais masculinas como das Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, determinados cursos das Ciências Biológicas, e os cursos de mestrado e doutorado em Filosofia ostentam uma equipe de docentes com pouquíssimas mulheres. Alguns, como é o caso do curso de mestrado e doutorado em Ciências Ambientais e Florestais que possui 21 professores efetivos, apenas 1 é mulher. Da mesma forma, a pós-graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental, dentre 19 professores, 1 é mulher. Dos 37 programas de pós-graduação da UFRRJ, 17 compreendem menos de 25% do corpo docente feminino. Os demais programas de pós-graduação mostram um equilíbrio entre os sexos, com exceção da pós-graduação em Ciências Sociais, onde as mulheres representam 73% das professoras e na Química, onde as mulheres aparecem com 70% do grupo. Nos Anexos 1 e 2 constam as listagens de todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFRRJ no ano de 2021, incluindo o gênero dos/as respectivos/as coordenadores/as.

Gráfico 11 - Distribuição por sexo de docentes de pós-graduação em números absolutos (UFRRJ, 2020)



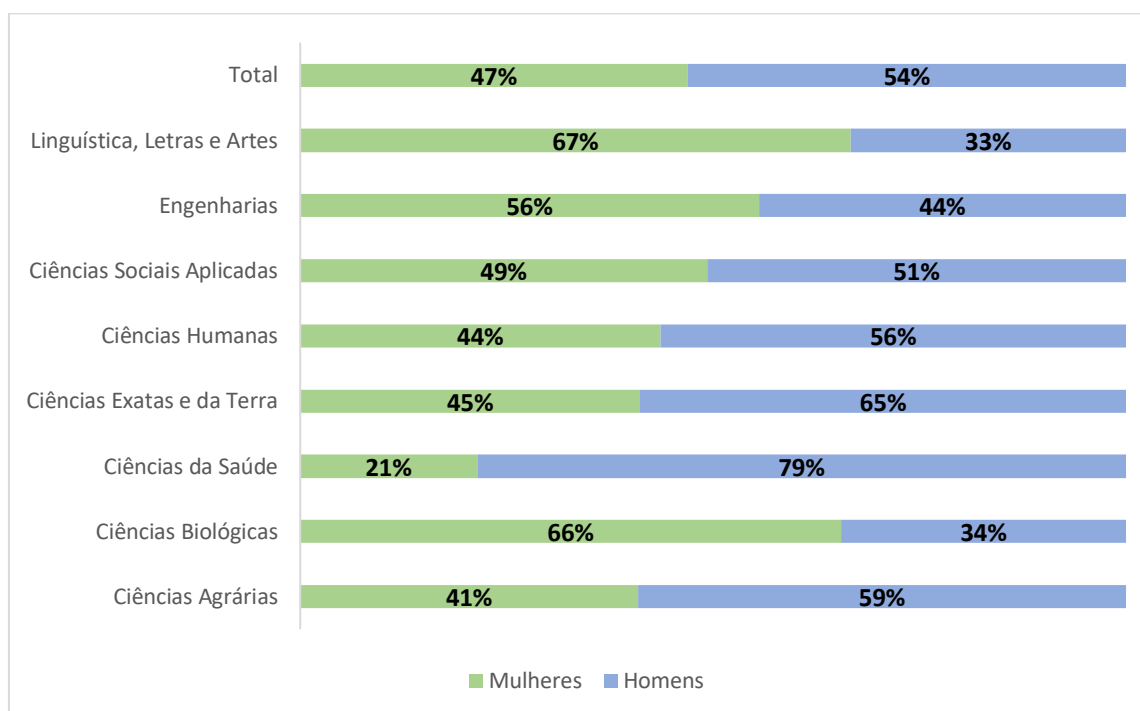
Este desequilíbrio entre docentes e pesquisadores reverbera na ocupação de cargos na estrutura da universidade. A partir de dados disponibilizados pelo Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq e pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFRRJ, foi possível obter informações sobre a conformação de gênero do tripé que estrutura a universidade pública, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Tais informações, versam sobre a distribuição e a ocupação de coordenações de cursos de graduação, programas de pós-graduação, de lideranças de projetos de pesquisa e coordenação de projetos de extensão oferecidos por docentes da universidade.

Os dados mostram que os homens dominam as posições de coordenação tanto na graduação, quanto na pós-graduação, nos programas *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. Nos cursos de graduação, a proporção de coordenações femininas é de 38% e nos departamentos de pós-graduação este percentual reduz para 31%. Ou seja, os dados da UFRRJ confirmam que o quantitativo feminino vai ficando rarefeito à medida que as posições na carreira são mais prestigiosas.

No desenvolvimento de pesquisa científica, segundo dados do Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq²⁵, os grupos de pesquisa criados nos anos 2020 e 2021 na UFRRJ têm maioria masculina como líderes de projetos. A proporção total é de 54% para homens e 46% para mulheres. As pesquisadoras são líderes majoritariamente nas áreas de Linguística, Letras e Artes, nas Engenharias e nas Ciências Biológicas. Os homens têm prevalência nas demais áreas, inclusive nas Ciências Humanas, nas Ciências Sociais Aplicadas. O gráfico 12 detalha esta distribuição, que confirma a ampla maioria masculina nas Ciências da Saúde, nas Ciências Exatas e da Terra e nas Agrárias. Chama a atenção a desproporção nas Ciências Humanas, onde há uma expectativa mais igualitária na distribuição de gênero. Entretanto, neste caso, os homens aparecem com 56% de liderança de pesquisa. Igualmente, há uma quebra de expectativas nas Engenharias, que é uma seara de histórica menor atuação feminina, entretanto, nesta análise, as mulheres surgem também com 56% na liderança de projetos de pesquisa nesta área na UFRRJ.

²⁵ As grandes áreas de pesquisa do CNPq são Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

Gráfico 12 - Distribuição relativa por sexo na liderança dos Grupos de Pesquisa CNPq-UFRRJ (2020-2021)



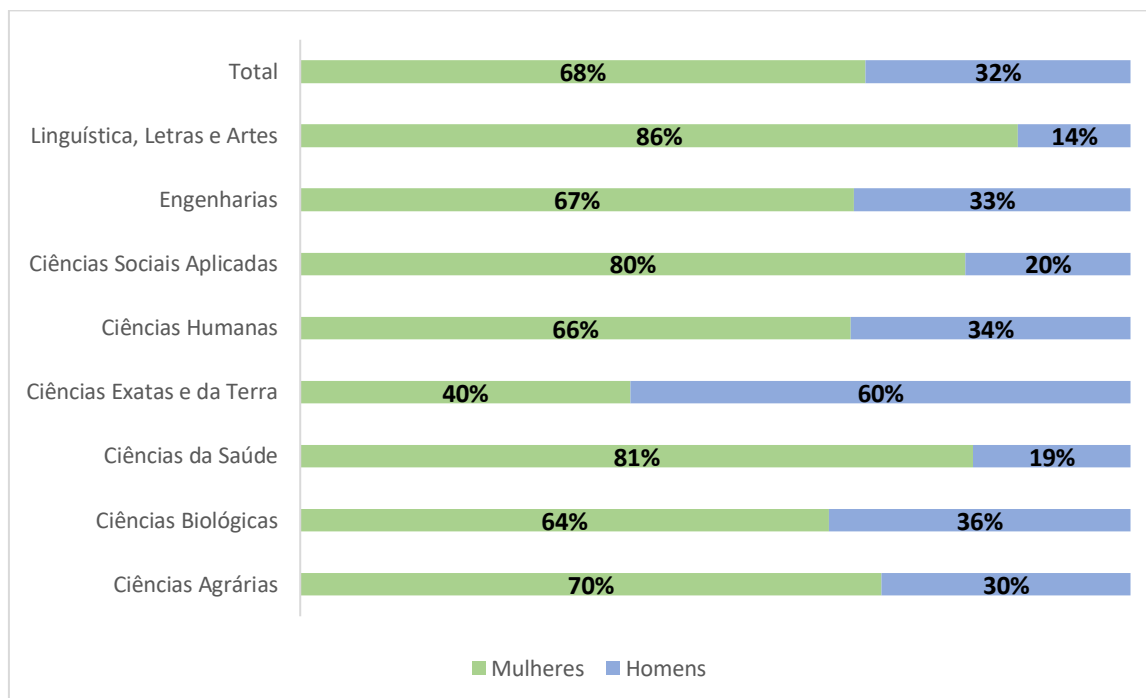
Fonte: CNPq - Diretório de Grupos de Pesquisa (elaboração própria)

4.4. Olhando além do campus: docentes na extensão

As atividades de extensão universitária complementam o tripé que sustenta o ensino superior. As informações aqui descritas também foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFRRJ. Os dados mostram que a distribuição de gênero na extensão é totalmente invertida com relação às coordenações de ensino e pesquisa. As mulheres são ampla maioria nestes projetos em praticamente todas as áreas. No total, as mulheres coordenam 68% das atividades propostas pela UFRRJ nos anos de 2020 e 2021. E, apenas nas Ciências Exatas e da Terra, as mulheres têm menor participação do que os homens.

A configuração de docentes e pesquisadores/as confirma os estudos empíricos de gênero, universidade e ciência, pois a UFRRJ não foge ao fenômeno da menor participação feminina tanto nas ciências exatas, quanto em funções de coordenação e postos de comando. Entretanto, a conformação da liderança nos projetos de extensão relativiza essas premissas, na medida que comporta mais mulheres em praticamente todas as áreas do conhecimento. Conforme informado no gráfico 13:

Gráfico 13 - Distribuição relativa por sexo nas coordenações dos projetos de extensão universitária – UFRRJ, 2021



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFRRJ (elaboração própria)

Sob essa perspectiva, a reflexão de Dagmar Hunger *et al.* (2014) oferece uma pista para interpretação da diferenciação entre as funções da universidade e para o fato de as mulheres liderarem projetos de extensão, considerados de menor prestígio na universidade. Para estas pesquisadoras, há uma disputa de poder entre docentes diante da demanda para atuação nas três áreas de ensino, pesquisa e extensão. Mesmo entendendo que a extensão é importante para viabilizar desenvolvimento intelectual e social no entorno institucional, por intermédio da universidade que pode oferecer formação profissional para o público não universitário, esta atividade é vista como menos prestigiosa.

Neste capítulo, o objetivo foi analisar como as desigualdades de gênero se manifestam no ensino superior, com foco na Universidade Rural, localizada na Baixada Fluminense, uma região marcada por vulnerabilidades socioeconômicas. Embora políticas públicas, como o REUNI, tenham transformado o perfil institucional e ampliado o acesso à universidade, as mulheres enfrentam desafios significativos para progredir em suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Os dados quantitativos mostram que persistem

fenômenos como a segregação horizontal, que as concentra em cursos menos valorizados socialmente, e a segregação vertical, que limita sua ascensão a posições de liderança, especialmente em áreas STEM. As alunas e docentes da UFRRJ lidam ainda com barreiras estruturais agravadas pela realidade local, incluindo a sobrecarga da dupla jornada e a precariedade de recursos e políticas de permanência.

A conclusão é que, embora a UFRRJ tenha desempenhado um papel importante na democratização do ensino superior, o pleno potencial transformador dessas iniciativas só será alcançado com estratégias mais abrangentes de equidade de gênero. É essencial fortalecer políticas que promovam condições de permanência e ascensão para as mulheres, articulando a universidade às demandas socioeconômicas da região. Assim, a UFRRJ tem o potencial de consolidar-se como um agente de mudança não apenas na vida das mulheres, mas também no desenvolvimento regional, desafiando estruturas excludentes e contribuindo para um futuro mais inclusivo e igualitário.

Capítulo 5 – Sem ela não pode ser: percursos e práticas das mulheres na universidade

A história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), uma instituição centenária, reflete os desafios e avanços que marcam a presença das mulheres na academia. Este capítulo propõe explorar a complexidade das vivências femininas no ambiente universitário, com especial atenção às dinâmicas de poder, exclusão e resistência que permeiam a trajetória das alunas e docentes. A análise é fundamentada em observação e análise de mesas redondas virtuais, as *lives* organizadas por professoras e pesquisadoras da UFRRJ durante o período pandêmico. Esses eventos virtuais emergiram como espaços de debate e enfrentamento de questões de gênero, raça e classe no âmbito das atividades de ensino e pesquisa na Rural.

O contexto da pandemia de COVID-19 intensificou as desigualdades estruturais, mas também potencializou a utilização de plataformas digitais como arenas para a construção de narrativas e resistência. As *lives* analisadas neste capítulo serviram como ferramentas para a visibilização de experiências frequentemente silenciadas, revelando um panorama das práticas, desafios e conquistas das mulheres na universidade. Além disso, essas discussões evidenciaram a persistência de estruturas patriarcais e da lógica produtivista que moldam as experiências acadêmicas e profissionais, ao mesmo tempo em que destacaram iniciativas transformadoras promovidas por essas mulheres.

A perspectiva interseccional, adotada como fio condutor deste estudo, permitiu observar as múltiplas opressões que atravessam as vivências femininas na universidade. Gênero, raça, classe, maternidade e sexualidade emergem como categorias centrais para compreender as barreiras enfrentadas por essas mulheres e as estratégias que desenvolvem para resistir e transformar o ambiente acadêmico. Este capítulo não apenas reflete sobre os obstáculos estruturais, mas também aborda as ações insurgentes e as redes de apoio que possibilitam discutir avanços na direção de uma universidade mais equitativa.

Por meio do exame das discussões promovidas nas *lives*, busca-se contribuir para o entendimento das formas como as mulheres da UFRRJ estão reconfigurando as dinâmicas acadêmicas e científicas, propondo novas epistemologias e desafiando as narrativas tradicionais que moldam o conhecimento. A análise, portanto, evidencia a

importância de políticas e práticas institucionais que reconheçam e valorizem a diversidade como elemento essencial para o avanço científico e a justiça social. Este capítulo propõe uma reflexão sobre a construção de um espaço acadêmico onde a equidade não seja uma exceção, mas uma conquista e premissa fundamental.

5.1. Vivências e entraves na pesquisa de campo

Antes de entrar no campo de análise das *lives*, é necessário discutir uma experiência importante no processo de pesquisa. Por ocasião da qualificação dessa pesquisa de doutorado, em dezembro de 2021, a banca sugeriu a realização de entrevistas com docentes para uma melhor compreensão das dinâmicas da construção de carreiras por pesquisadoras das ciências exatas na UFRRJ. Conforme as diretrizes que regem pesquisas envolvendo seres humanos e a coleta de informações privadas na relação entre pesquisador e participante²⁶, o projeto foi submetido à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio da Plataforma Brasil, com o objetivo de obter aprovação para a realização das entrevistas e o prosseguimento da pesquisa.

Após a avaliação pela CONEP, o projeto retornou com uma pendência. Para que a autorização para conduzir as entrevistas seja concedida, é necessário anexar ao processo o “Termo de Anuência Institucional da UFRRJ”.

A partir de então, a busca pelo Termo de Anuência se constituiu em uma saga no interior da UFRRJ, por meio de consultas a diversas instâncias administrativas na universidade. O pedido passou pelo Comitê de Ética, que não conseguiu resolver a questão e instruiu que fosse solicitado à Reitoria por e-mail, mensagem que nunca foi respondida. Posteriormente procuramos a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que analisou o caso, mas sem retorno. Por sugestão de uma colega da turma de doutorado, depois de conversar com diferentes pessoas, fiz contato diretamente o então Pró-reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação, que após algumas interações, forneceu a seguinte orientação: “estudos que forem realizados com docentes da UFRRJ devem ser autorizados e assinados pelos institutos em que os docentes estiverem vinculados”. Esse

²⁶ Segundo o Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), a Resolução nº 510 estabelece diretrizes éticas específicas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

processo ocorreu entre os anos de 2022 e 2023, quando a universidade retornou às atividades presenciais, após dois anos de atendimento remoto em função da pandemia de COVID-19.

Concomitantemente a todo o processo de submissão do projeto ao CONEP, as entrevistas já estavam em curso, inclusive no momento do recebimento da orientação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Entretanto, as entrevistas foram realizadas sob a perspectiva do anonimato e, para que fosse solicitado Termo de Anuência a cada instituto, as docentes entrevistadas poderiam ficar expostas, uma vez que alguns programas de pós-graduação contam com poucas docentes. Ao argumentar que a solicitação por instituto não atendia às necessidades da pesquisa, recebi a orientação de prosseguir com o trabalho, mas sem citar a UFRRJ como *lócus* de pesquisa. Esta opção não foi acatada, pois tanto esta pesquisadora quanto sua orientadora compreendiam que o estudo, por se configurar como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, voltada à análise de um caso específico com base territorial e institucional clara, exigia o reconhecimento da UFRRJ como *lócus* da investigação. Assim, optou-se por manter a identificação da universidade como parte central da análise.

Diante deste cenário, as *lives* na plataforma YouTube surgiram como o espaço livre de interações e depoimentos, com foco equivalente ao das entrevistas, com discussões orientadas pela temática da mulher, universidade e produção do conhecimento, mas com contribuições voluntárias e abertas. Os depoimentos utilizados para esta análise foram extraídos desse conjunto de dados, amplamente acessível ao público, o que garante transparência e legitimidade à sua utilização. Neste caso, por se tratar de conteúdos públicos e espontaneamente disponibilizados pelas participantes, não houve necessidade de anuência da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Diante dessa experiência, é importante refletir sobre como os entraves burocráticos desestimulam a prática da pesquisa e de abordagens inovadoras em ambientes rígidos e hierárquicos, especialmente quando o assunto é gênero e poder. A universidade, enquanto espaço privilegiado para fomento da produção de conhecimento e da liberdade acadêmica, muitas vezes se torna refém de processos administrativos que dificultam a execução de projetos e desmotivam pesquisadores. Essa rigidez institucional pode não apenas atrasar o avanço científico, mas também afastar profissionais inovadores, que encontram barreiras desproporcionais para concretizar seus objetivos acadêmicos.

Além disso, essa situação reflete um paradoxo na estrutura universitária: enquanto se valoriza a autonomia e a criatividade no discurso acadêmico, na prática, o excesso de regulamentações e a falta de clareza nos procedimentos criam um ambiente pouco propício à experimentação e à originalidade. Os entraves burocráticos acabam funcionando como mecanismos de controle que mantêm hierarquias e reproduzem desigualdades, muitas vezes afetando de forma mais intensa grupos que já enfrentam desafios estruturais, como mulheres e pessoas negras em áreas historicamente dominadas por homens brancos, como as ciências exatas.

Por outro lado, é fundamental destacar que as entrevistas realizadas, mas não citadas diretamente neste trabalho, desempenharam um papel importante no aprofundamento da compreensão sobre o campo de estudo, oferecendo um olhar mais detalhado sobre o cotidiano da pesquisa em determinadas áreas das ciências exatas. Elas também trouxeram à tona os argumentos e as construções de sentido elaborados pelas pesquisadoras em suas áreas de atuação, tanto enquanto produtoras de conhecimento científico quanto como mulheres que ocupam espaços e transitam em ambientes predominantemente masculinos. As reflexões que emergiram nas entrevistas permitiram explorar as narrativas sobre suas trajetórias, que, de forma geral, enfatizaram experiências de acolhimento positivo na universidade e na preferência de lançar foco no alcance de objetivos profissionais.

Neste contexto, duas teorias aportam contribuições para pensar as reflexões de trajetórias acadêmicas femininas narradas como lineares e sem muitos percalços, como a ponderação de Marx & Engels (1846) sobre como o indivíduo se transforma em relação à coletividade, especialmente no contexto da ascensão social e mudança de classe e a formação da consciência e como ela pode ser moldada pelas condições materiais e sociais. Os autores argumentam que ao mudar sua posição dentro da estrutura econômica, o indivíduo passa a internalizar e refletir os valores e interesses da nova classe que pertence.

Assim, a experiência com as entrevistas realizadas suscita reflexões sobre a oposição entre a trajetória acadêmica, caracterizada por um longo percurso, de alguma forma hierárquico e de relativa subalternidade e a entrada na universidade como docente, que se constitui como o ápice de uma carreira sonhada, desenvolvida em uma instituição muito almejada, da qual não cabem críticas que serão registradas em um trabalho acadêmico. Esta seria uma hipótese centrada na ideia de mudança de *status* da docente.

Outra hipótese, que se articula com a ideia de ascensão social e meritocracia, reside no fenômeno do “drible da dor”, termo que Stefanello (2013) utilizou para explicar sua observação de que as cientistas podem não reconhecer ou minimizar problemas relacionados ao gênero. Segundo sua experiência no campo da física:

Na maior parte das entrevistas, a formulação da resposta também representava um processo de tomada de consciência sobre os problemas específicos das mulheres no campo científico. A inicial negativa para a pergunta, por exemplo, sobre a experiência da discriminação por ser mulher, tornava-se um sonoro conjunto de relatos como respostas a perguntas específicas que levavam à reflexão sobre as dificuldades específicas das mulheres, em sua diversidade, no campo científico. (Stefanello, 2013).

O “drible da dor” seriam as manobras utilizadas pelas mulheres na negação em perceber os obstáculos específicos do gênero que enfrentaram ao longo de suas carreiras. Segundo Stefanello (2013), ela percebeu duas representações sociais em seu trabalho e campo, as “inteligências descorporificadas”, onde cada qual, em função do seu talento ocupa o lugar que merece, e as “supermulheres”, que a pesquisadora definiu:

no caso das físicas, que ocupam um lugar frequente de exceção junto aos seus colegas ao longo da carreira, elas se distanciam da identificação do que foi construído como estereótipo de mulher. Suas realizações, próprias de uma minoria, permitem que sejam consideradas como uma categoria com atributos superiores aos das “outras” mulheres. (Stefanello, 2013).

Essa perspectiva reforça, por um lado, a narrativa do mérito individual e, por outro, sugere que a ciência está além do alcance das mulheres “comuns”. Para alcançar posições de destaque na academia, seria necessário possuir qualidades que extrapolam aquelas geralmente atribuídas às mulheres. Tal representação contribui, ainda, para que muitas cientistas se distanciem dos debates sobre gênero e feminismo, de acordo com Stefanello (2013).

Essa distância, por vezes, pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência em ambientes marcados por estruturas hierárquicas e por uma cultura científica que valoriza a neutralidade e a objetividade, frequentemente à custa da invisibilização das desigualdades de gênero. Assim, ao evitarem se posicionar ou se associarem a pautas feministas, essas mulheres buscam preservar uma legitimidade profissional em um campo que ainda tende a desqualificar discursos que denunciam desigualdades como sendo "ideológicos". No entanto, essa neutralidade aparente pode reforçar a permanência das assimetrias e dificultar avanços rumo a uma ciência mais inclusiva e democrática.

Essas observações são particularmente relevantes para esta pesquisa, pois evidenciam a importância da escuta das experiências e vozes de docentes, pesquisadoras e alunas, as protagonistas das dinâmicas cotidianas dentro das instituições de ensino superior. Seus relatos não apenas revelam nuances das desigualdades vividas, mas também oferecem pistas valiosas para compreender as estruturas institucionais que as sustentam. Trata-se, portanto, de uma via potente para fomentar reflexões críticas e impulsionar mudanças estruturais que promovam o respeito à diversidade e a construção de uma academia mais equitativa em termos de gênero, raça e classe.

Diante desse cenário, a escuta das professoras e alunas por meio das *lives* na plataforma YouTube se mostrou uma estratégia importante e inovadora no contexto da pesquisa por diferentes motivos. Primeiramente, elas permitiram contornar os entraves burocráticos que dificultavam o prosseguimento das entrevistas formais, especialmente diante das exigências relacionadas ao Termo de Anuência Institucional. Essa abordagem também se mostrou particularmente instigante para discutir a temática das mulheres na universidade, permitindo que diferentes perspectivas emergissem de forma natural e reflexiva. Entendemos que a escolha do YouTube como campo de pesquisa também representa uma inovação metodológica pois explora ferramentas digitais e redes sociais como espaços importantes de divulgação científica, que conectam a pesquisa com um público mais amplo e propõem um diálogo mais aberto sobre as dinâmicas de gênero no ambiente acadêmico.

5.2. *Lives* como espaço de discussão sobre a diferença de gênero

A partir do conhecimento da estrutura que sustenta a produção do conhecimento na UFRRJ, detalhada no Capítulo 4, o objetivo deste tópico é apresentar o trabalho de campo, a partir de um olhar sobre a presença das mulheres na universidade, seguindo por um trajeto guiado por elas, por meio de suas falas e silenciamentos. A janela para essa observação são as *lives* organizadas pelas docentes e alunas Ruralinas, que discutem a temática mulher e universidade, disponíveis na plataforma You Tube.

A análise de vídeos do YouTube sobre mulheres e universidade tem se mostrado uma ferramenta valiosa para a pesquisa acadêmica. Em primeiro lugar, as *lives* permitem o mapeamento de representações sociais, fornecendo uma importante fonte de dados sobre as experiências das mulheres na educação superior, revelando estereótipos, discursos dominantes e vozes marginalizadas. A plataforma também se destaca na oferta de narrativas que desafiam discursos tradicionais, pois apresenta diferentes pontos de vista que contribuem para um conhecimento que pode ser mais plural e democrático. Por fim, os vídeos são um meio relevante para a análise de políticas públicas, contribuindo para examinar possíveis impactos dessas políticas na vida das mulheres e suas implicações para a equidade no ensino superior.

As *lives* do YouTube, apesar de democratizar o acesso ao conhecimento, pode apresentar limitações significativas, como o acesso desigual à internet, a precariedade de conexões em diversas regiões e a proliferação de notícias falsas e discursos de ódio que restringem a diversidade de vozes e podem levar a um isolamento informacional. Além disso, como argumenta Foucault (1996) sobre as interdições do discurso, as plataformas digitais atualizam os mecanismos de exclusão identificados pelo autor, na medida da interação individual no ambiente digital. Os algoritmos e as políticas de moderação funcionam como novos rituais que delimitam os espaços de fala e os sujeitos autorizados a se manifestar. Ao mesmo tempo, a personalização dos conteúdos e a formação de “filtro bolha”²⁷ criam formas de controle sobre o discurso, limitando a exposição a diferentes perspectivas e dificultando a construção de um debate público mais plural.

²⁷ O termo “filtro bolha” foi popularizado pelo executivo norte-americano Eli Pariser em 2011 para descrever o fenômeno em que algoritmos moldam nossas experiências online, filtrando o conteúdo que nos é apresentado. Essa personalização, baseada em nossos dados e histórico de navegação, cria uma espécie de “bolha” informativa individualizada. Ao selecionar conteúdos que se alinham com nossas

Entretanto, o potencial de refletir (e transformar) as dinâmicas acadêmicas e promover uma maior equidade de gênero ao ouvir as vozes femininas que organizam *lives* no YouTube sobre mulheres e universidade é inegável. Essas mulheres, ao compartilharem suas experiências, perspectivas e desafios, trazem à tona questões essenciais que muitas vezes são silenciadas em espaços acadêmicos e institucionais tradicionais. As *lives* proporcionam um ambiente em que essas vozes podem emergir de forma autônoma, oferecendo narrativas que refletem as realidades diversas enfrentadas pelas mulheres no ensino superior. Além disso, essas discussões colaboram para o fortalecimento de redes de apoio e para a criação de soluções coletivas que podem influenciar tanto as práticas pedagógicas quanto as políticas educacionais, promovendo maior equidade e visibilidade no ambiente acadêmico.

As reflexões sobre a importância da análise de vídeos e *lives* no YouTube sobre mulheres e universidade são ratificadas com as ideias de Schiebinger (2001). A autora argumenta que a inclusão das mulheres nas discussões científicas e acadêmicas não se trata apenas de igualdade numérica, mas de transformar o conteúdo e as práticas desses campos a partir de uma perspectiva de gênero. Ao ouvir as vozes femininas que organizam e participam dessas *lives*, estamos, portanto, ampliando o escopo do debate sobre a experiência universitária das mulheres, o que dialoga diretamente com o conceito da autora, quando fala sobre a ciência com perspectiva de gênero e de Harding (2007), sobre a teoria do ponto de vista. Assim como as autoras enfatizam a importância de questionar os vieses presentes no conhecimento científico, a análise dessas discussões online permite identificar e desafiar os estereótipos e narrativas tradicionais que moldam a vivência das mulheres no ensino superior.

Durante o período pandêmico, as transmissões ao vivo, as *lives*, ganharam destaque, despertando o interesse acadêmico por esse formato de eventos virtuais. No campo da comunicação, a pandemia provocou mudanças significativas nos processos de produção, distribuição e consumo de conteúdos midiáticos. Isso foi impulsionado pelo desejo da sociedade interconectada de acessar informações confiáveis sobre a crise sanitária (Massarani *et al.*, 2020). Simultaneamente, foi observada uma crescente

preferências e crenças, esses algoritmos podem nos isolar em "ecossistemas" de informações, limitando nossa exposição a diferentes perspectivas e opiniões, conforme discutido por Fava & Pernissa Junior (2017).

demanda por produções de entretenimento, visando proporcionar alívio e momentos mais descontraídos em meio à dor, aflição e isolamento causados pela disseminação do vírus.

Naquele momento, houve um crescimento substancial no número de usuários da plataforma de vídeos, evidenciando o que o YouTube ganhou fôlego no contexto pandêmico, tornando-se uma das principais plataformas para a disseminação e o consumo de vídeos que registram esse momento histórico da saúde pública. O YouTube é uma plataforma de compartilhamento de conteúdo em vídeo, operando por meio de *streaming*, isto é, pela transferência contínua de dados via internet. Criada em 2005, a plataforma cresceu progressivamente, consolidando-se como o site de vídeos mais utilizado globalmente e como o segundo site mais acessado e pesquisado, ficando atrás apenas do Google (Dolcemáscolo, 2022).

No total, foram analisados 10 vídeos publicados na plataforma YouTube entre os anos de 2020 e 2023, conforme detalhado na Tabela 3²⁸. Os vídeos foram selecionados de forma manual e na busca foram utilizados os termos descritivos mulher(es); ciência; universidade; UFRRJ, de forma simultânea. O sistema de buscas analógico da plataforma não é preciso, no sentido de que não há a possibilidade de restringir a busca apenas aos termos escolhidos. Assim, a busca retorna vídeos que tem a ver com a temática, de maneira mais ampla, apresentando vídeos sobre educação e ciência produzidos por instâncias da UFRRJ, mas também produzidos por outras instituições, com participação de docentes, estudantes e outras/os profissionais ligadas/os representando a UFRRJ ou não. Da mesma maneira, apresenta vídeos sobre estudos diversos que têm a mulher como foco, mas que fogem do escopo desta pesquisa. Desta forma, foi necessário conferir os resultados um a um para selecionar os vídeos que, de fato, atendiam aos critérios estabelecidos, quais sejam, aqueles que foram desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, organizados por departamentos ou diretórios acadêmicos, que abordam a temática mulher e ciência e que foram produzidos a partir de 2020. É importante salientar que a escolha do período de análise (2020-2023) foi orientada pelo incremento da comunicação digital no período pandêmico, especialmente das redes e mídias sociais.

²⁸ A tabela destaca o nome de cada evento, o organizador, a data de realização, a quantidade de visualizações até março de 2024 e a duração de cada vídeo.

Tabela 3 - Mesas redondas virtuais (lives) selecionadas para análise (YouTube 2020-2022)

Evento	Organização	Data	Visualizações	Duração
Gênero, diversidade e ações afirmativas na UFRRJ	Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade LEGESEX/UFRRJ	23/11/2020	235	01:44:58
As Meninas do Radium: A Periferia Também Faz Ciência	Pró-Reitoria de Extensão – Proext/UFRRJ	26/11/2020	161	00:54:20
Cinemat – Os Desafios das Mulheres na Ciência	Diretório Acadêmico de Matemática – UFRRJ	04/06/2021	224	01:44:08
Mulheres Matemáticas e os desafios do mundo científico e acadêmicos	Diretório Acadêmico de Matemática – UFRRJ	14/09/2021	191	01:37:55
Mulheres nas Ciências Florestais – LMBH/UFRRJ	Laboratório de Manejo e Bacias Hidrográficas – LMBH-UFRRJ	23/09/2021	40	01:01:25
A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal	Centro Acadêmico de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.	06/10/2021	388	02:02:20
Docência negra da UFRRJ: rotas e insurgências	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes/UFRRJ	24/11/2021	183	02:15:20
Violência de Gênero na Universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes/UFRRJ	26/11/2021	269	02:07:34
Mulheres na ciência: conquistas e desafios	Centro de Estudos Avançados CEA – UFRRJ	14/03/2022	663	01:34:38
Gênero, diversidade, inclusão e acessibilidade	6º Seminário do PPGEduCIMAT da UFRRJ	10/06/2022	68	00:59:30

Fonte: Pesquisa na plataforma YouTube (elaboração própria)

Todas as *lives* selecionadas têm formato de mesa redonda e contam com a participação de pelo menos três painelistas. Os eventos analisados nesta pesquisa abordam temáticas bastante diversificadas. Em comum, os vídeos seguem o fio condutor da situação feminina na universidade, seja como estudante ou docente.

Ao mapear as contribuições dessas mulheres para o debate sobre produção do conhecimento na UFRRJ, esta análise do campo de pesquisa conformado pelas *lives* busca evidenciar as práticas, desafios e conquistas que marcam a carreira feminina na academia, ressaltando como esta atuação têm impactado suas trajetórias acadêmicas. O estudo explora como suas experiências refletem e contestam as dinâmicas de exclusão e sub-representação, promovendo uma compreensão mais profunda dos caminhos que levam à construção de uma produção do conhecimento científico mais diversa. Esse mapeamento visa não só reconhecer o papel histórico e contemporâneo das mulheres na universidade, mas também apontar as transformações necessárias para que a UFRRJ se torne um espaço mais equânime.

Nesse cenário, as questões colocadas neste momento da pesquisa são: Quais os constrangimentos de gênero ainda são evidentes? E quais são as demandas e os assuntos discutidos por docentes e alunas da UFRRJ sobre a temática mulher e universidade?

Schiebinger (2001) argumenta que incluir mulheres na ciência não se resume a garantir sua presença física; é preciso também transformar o conteúdo e as práticas científicas a partir de uma perspectiva de gênero. Nesse sentido, a análise das discussões online permite questionar os estereótipos e as narrativas tradicionais que moldam a vivência de mulheres no ensino superior, especialmente nos *campi* da UFRRJ.

5.3.Experiências femininas na construção de carreiras da universidade

eu fiquei pensando numa história de uma instituição que tem mais 100 anos e na minha vida de Rural, que data mais ou menos de meados da década de 70 quando eu ingressei com uma aluna. Eu posso ter perdido alguma referência, mas eu só consegui contar três mulheres na gestão de pesquisa e pós-graduação e apenas como vice-reitoras, duas e apenas uma como reitora, ou seja, a gestão da ciência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a universidade Centenária, eu repito, tem sido predominantemente masculina.

Professora Lucia dos Anjos²⁹, *live* Mulheres na ciência: conquistas e desafios, 2022.

Historicamente, as mulheres foram afastadas das instâncias de poder no mundo público, e o ambiente universitário não foge a essa regra. A sub-representação feminina em postos de decisão na academia reflete uma dinâmica estrutural de gênero que não apenas limita o acesso das mulheres a esses espaços, mas também silencia suas perspectivas e vozes em áreas estratégicas como pesquisa, liderança e elaboração de políticas institucionais. Esse fenômeno, descrito na academia como "labirinto de cristal", ilustra as barreiras invisíveis e sistemáticas que restringem o desenvolvimento profissional das mulheres, especialmente em campos como as ciências exatas e engenharias, onde a predominância masculina historicamente se consolidou. Essa estrutura de exclusão não é neutra; ela perpetua desigualdades ao estabelecer e naturalizar uma hierarquia de poder que beneficia os homens e dificulta a ascensão feminina. Para Stefanello (2013: 886),

o labirinto tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional. Por causa dos diversos desafios e armadilhas dispostas no labirinto, os talentos femininos são perdidos ou pouco aproveitados.

²⁹ Professora Titular do Departamento de Solos, Instituto de Agronomia (IA/UFRJ), então Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UFRJ e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 1C) e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

O relato pessoal da então Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UFRRJ, Lucia dos Anjos sobre a gestão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro oferece um exemplo dessa realidade. Com mais de um século de história, a universidade foi gerida predominantemente por homens, com apenas três mulheres em cargos de liderança na pesquisa e na reitoria. Essa escassa presença feminina em posições decisórias evidencia uma ausência histórica de políticas institucionais que promovam uma representação equitativa de gênero, especialmente em áreas de alto prestígio acadêmico. A narrativa de uma vida da professora Lucia dos Anjos na UFRRJ demonstra como as mulheres que ocuparam tais posições foram frequentemente vice-reitoras, em funções adjacentes ao poder central, o que reforça a masculinização das esferas de comando, não só na Rural, mas como uma prática comum em diversas instituições acadêmicas.

A exclusão feminina das instâncias de liderança na universidade não é apenas uma questão de injustiça social; ela impacta diretamente a qualidade e a diversidade das políticas acadêmicas. Estudos contemporâneos indicam que a presença feminina em cargos de liderança promove práticas pedagógicas e administrativas mais inclusivas e inovadoras, beneficiando o ambiente universitário como um todo. Da mesma forma Abreu (2021), Schiebinger (2008) ressaltam que quanto mais diversidade, melhor a ciência, destacando que a inclusão de diferentes perspectivas enriquece a produção científica e contribui para avanços mais significativos e inovadores. Assim, a ascensão de mulheres a posições de poder na universidade pode oferecer novas abordagens e estratégias de gestão que considerem de forma integrada as diferentes dimensões de gênero, raça e classe. Dessa forma, ao abrir espaço para uma maior diversidade de perspectivas, a universidade enriquece seu papel na formação de futuras gerações e fortalece seu compromisso com o desenvolvimento humano e social.

A mobilização das mulheres na Rural em eventos online durante a pandemia evidencia a importância de se discutir temas como gênero, diversidade e inclusão no ambiente acadêmico e a inquietação com relação à sua própria trajetória enquanto mulher na universidade. Um exemplo dessa inquietude é a contribuição de uma docente ao relatar experiências frustrantes na faculdade de veterinária e o quanto o compartilhamento dessa vivência poderia influenciar positivamente outras mulheres que se sentem afastadas da academia em função de um ambiente permeado de microagressões cotidianas, nas

palavras de Márcia Barbosa (2022), machistas e misóginas. Então, ao agradecer o convite para participar de uma *live*, a docente Patrícia Galo relatou a experiência de ser desencorajada por professores durante a iniciação científica, pois faziam comentários desestimulantes por ela ser mulher. Ela destacou o impacto que esses estereótipos têm na carreira de jovens cientistas e a importância da construção de um ambiente acadêmico que promova igualdade e apoio para mulheres na ciência:

eu comecei a me questionar, o professor em sala de aula falava: eu não gosto de meninas na iniciação científica, de pegar alunas de iniciação científica, mulheres, por conta da fragilidade emocional porque elas choram por causa do namorado. Aí eu me perguntava, eu não tenho namorado, você não pode me aceitar? Eu prometo ter estabilidade emocional. Então, todas essas questões (...) um filme passava na minha cabeça no sentido de que eu quero muito falar para essas meninas, para essas mulheres que querem fazer ciência e que de alguma forma se sentem prejudicadas, impedidas.

Professora Patrícia Galo, *live* Mulheres na ciência: conquistas e desafios, 2022.

Desse modo, no contexto de pandemia, em um momento muito difícil de isolamento social, seminários e mesas redondas virtuais proporcionam espaços onde mulheres de origens distintas, puderam expor e debater as barreiras que enfrentam, os avanços alcançados e os desafios ainda presentes. A análise das *lives* também revelou discussões pautadas por uma perspectiva interseccional, que leva em conta o entrelaçamento de gênero, raça e classe na amplificação das dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Essa abordagem contribui significativamente para a compreensão da sub-representação e as desigualdades presentes nos contextos científico e acadêmico, permitindo a formulação de propostas que considerem as especificidades e particularidades de cada grupo social.

A inclusão e a representatividade feminina em áreas dominadas por homens, como as ciências exatas, também são pontos recorrentes nesses debates. Embora tenham sido relatados avanços, como a criação de políticas de acolhimento e a elaboração de um

Código de Conduta Discente³⁰ contra o assédio e a violência de gênero na Rural, ainda há resistência cultural e estrutural que limitam a efetividade dessas políticas. E, especialmente sobre violência de gênero, há uma uniformidade, no sentido de que, de alguma forma, em todas as *lives* esses relatos apareceram, assim como a histórica ausência de figuras femininas em cargos de decisão e como referência teórica nos cursos superiores. Assim como o desafio constante para “provar” suas competências em áreas tradicionalmente masculinas, aspectos que afetam diretamente a progressão acadêmica das mulheres.

É relevante destacar que a participação feminina nos cargos de liderança na gestão da UFRRJ registrou um crescimento, especialmente a partir de 2013, momento que coincide com o período de gestão da primeira mulher eleita para o poder central no Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016). Em abril de 2013, tomou posse a primeira reitora da Universidade Rural em 104 anos, a professora Ana Maria Dantas Soares, da área de Educação, para gestão entre 2013 e 2017. Nesse contexto, as mulheres conquistaram mais espaço na Administração Central: as professoras Nídia Majerowicz, pró-reitora de Assuntos Financeiros; Lígia Machado, pró-reitora de Graduação; Katherina Coumendouros, pró-reitora de Extensão; Lana Fonseca, pró-reitora adjunta de Extensão; Juliana Arruda, pró-reitora adjunta de Assuntos Estudantis; Cristiane Venâncio, coordenadora de Comunicação Social. E ainda as técnicas administrativas: Ângela Pace, pró-reitora adjunta de Assuntos Administrativos e Teresinha Pacielo, ouvidora³¹.

Nas eleições para a gestão da Universidade no período de 2021-2024, a comunidade Ruralina se mobilizou para reforçar a importância da paridade de gênero no processo de discussão de propostas para a gestão da universidade. Desta forma, no rastro desse movimento político para a composição da reitoria, as docentes, alunas e técnicas da Universidade Rural lançaram o movimento “Mulheres querem paridade de gênero nas chapas para a reitoria UFRRJ”. O objetivo era pleitear que as duas chapas concorrentes tivessem representatividade de mulheres, pessoas negras, buscando mais avanços nas políticas para as mulheres no âmbito da universidade. Com isso, um manifesto circulou

³⁰ O Código de Conduta Discente da UFRRJ, lançado em agosto de 2018, estabelece os direitos, os deveres, as infrações e as sanções aplicáveis aos membros do corpo discente da UFRRJ, pela transgressão ou inobservância da legislação vigente, do Estatuto, do Regimento Geral e dos Regulamentos Internos da Instituição.

³¹ https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/RS-3_2015.pdf (Acesso em 02/12/2024)

entre as mulheres Ruralinas, visando sensibilizar e mobilizar um público mais amplo dentro da universidade:

A UFRRJ é historicamente uma instituição masculinizada e machista e racista. Nos últimos anos assistimos a uma intensa feminização tanto de seu corpo discente quanto docente e técnico. O peso da presença feminina na instituição cresceu, mas não na mesma proporção, suas representações, tampouco a representação étnica. Da mesma forma, as históricas demandas das mulheres e dos negros seguem sendo secundarizadas, apesar de toda a luta de diversos movimentos por políticas institucionais de segurança no campus, creche para crianças, de acolhimento, campanhas de conscientização, enfim, medidas que reduzam as práticas machistas, racistas e a visão masculinizada na nossa universidade. Como mulheres da Rural, defendemos que nossa expressiva contribuição na gestão do cotidiano da instituição precisa reverberar nas instâncias superiores de poder e decisão. Nesse sentido, consideramos fundamental que as chapas que venham a concorrer na eleição para a reitoria sejam paritárias do ponto de vista de gênero e raça, com igual número de pró-reitores mulheres e homens, negros e brancos, a fim de expressar nossa igualdade e diversidade.

Manifesto elaborado por um coletivo de docentes, estudantes e técnicas nas eleições para a reitoria da UFRRJ de 2020.

Abaixo, seguem duas figuras que representam as chapas concorrentes naquele momento, “UFRRJ é Agente” e “Rural de Todxs”. Ambas as candidaturas não alcançaram a paridade de gênero em suas composições, pelo contrário, são bastante masculinas, com o fato relevante de que a chapa 2, apresentou a candidatura da professora Lucia dos Anjos para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que representa um avanço na área de gestão em pesquisa na universidade.

Figura 1 - Composição da Chapa 1 para as eleições para a Reitoria, UFRRJ, 2020



COMPONENTES da CHAPA 1

REITORIA - José Antônio de Souza Veiga
VICE-REITORIA - Pedro Paulo de Oliveira Silva

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 Titular - Ana Claudia dos Santos Brasil
 Adjunto - Deise Luce de Souza Marques

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
 Titular - Maria Ivone Martins Jacintho Barbosa
 Adjunto - Aldair José de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
 Titular - José Lucena Barbosa Junior
 Adjunto - Jairo Pinheiro da Silva

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS
 Titular - Daniel Ribeiro de Oliveira
 Adjunto - Gustavo Moulin Lunga

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
 Titular - Meiryellem Pereira Valentim (Meiry)
 Adjunto - JulioCesar Fava

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
 Titular - Hélio Fernandes Machado Júnior
 Adjunta - Waleska Giannini Pereira da Silva

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO INTERCAMPI
 Titular - Marco Vasconcellos (Makiba)
 Adjunto - Felipe Delorme Azevedo

RURAL DE TODXS
CHAPA 1
 POR UMA RURAL DE TODOS E PARA TODOS
 REITORIA - 2021/2025

Fonte – Página do Facebook da Chapa 1 - Rural de Todxs³²

³² <https://www.facebook.com/RuraldeTodes/photos/pb.100069260046033.-2207520000/153715736465364/?type=3> (Acesso em 03/12/2024).

Figura 2 - Composição da Chapa 2 para as eleições para a Reitoria, UFRRJ, 2020



Fonte: Página do Facebook da Chapa 2 - UFRRJéAgente³³

No rastro deste movimento, a *live* intitulada “Gênero, diversidade e ações afirmativas na UFRRJ”, realizada em 23 de novembro de 2020, foi realizada no contexto da campanha para a reitoria da UFRRJ. O evento contou com a participação de duas professoras candidatas a postos estratégicos na gestão: Juliana Arruda e Joyce Alves, que disputavam a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Além delas, a professora Rubia Wegner apresentou uma proposta inovadora de criação de uma Secretaria de Gênero e Diversidade, prevista para integrar a estrutura administrativa da reitoria.

As eleições para o quadriênio 2021-2024 foram realizadas entre os dias 24 e 25 de novembro de 2020, e a chapa “UFRRJ é Agente”, da qual as participantes da *live* eram representantes, foi eleita. A segunda *live* organizada pelo mesmo grupo, “Violência de gênero na universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta” também

³³ <https://www.facebook.com/ufrrijeagente/photos/pb.100068469990827.-2207520000/143886827439011/?type=3> (Acesso em 03/12/2024).

focada na violência de gênero, foi realizada um ano após a eleição, já sob a atuação da nova reitoria.

É importante salientar que as discussões sobre gênero e diversidade emergiram com força na UFRRJ durante os diferentes processos eleitorais para a reitoria nos últimos 10 anos, refletindo tanto um histórico de mobilização quanto os desafios enfrentados pelas mulheres na instituição. Eventos como a *live* "Gênero, diversidade e ações afirmativas na UFRRJ", trouxeram à tona questões como representatividade, violência de gênero e a necessidade de políticas inclusivas, indicando uma certa visibilidade das pautas históricas das mulheres no ambiente acadêmico. Esse movimento se inscreve no âmbito do cenário de violência de gênero que marcou a universidade em 2016, quando denúncias de violência sexual ganharam grande visibilidade, mobilizando alunas e desencadeando ações coletivas como o movimento "Me avisa quando chegar". Paralelamente, a gestão da professora Ana Dantas como primeira reitora, representou um marco de liderança feminina, mas também expôs a escassez de mulheres em cargos de decisão, apontando para a urgência de transformar as estruturas de poder universitárias.

Como fruto desses eventos e debates, foi criada a CIPID - Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/Raça e Inclusão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), instituída em dezembro de 2021. De acordo com a apresentação do website da Comissão,

nossa missão é criar um ambiente universitário onde todos se sintam acolhidos e respeitados, celebrando a riqueza das diferenças. Aqui, acreditamos que a diversidade é a base para o crescimento e a inovação. Trabalhamos de modo a promover a igualdade de gênero, a valorização das diversas etnias e raças, e a inclusão de todas as pessoas, garantindo que a UFRRJ seja um espaço de aprendizado acessível e justo para todos. Explore nosso site para descobrir mais sobre nossos projetos, iniciativas e como você pode contribuir para uma universidade mais inclusiva, segura e igualitária.

Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/Raça e Inclusão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro CIPID/UFRRJ³⁴

³⁴ <https://institucional.ufrj.br/cpid/apresentacao/> (Acesso em 12/11/2024)

Os trabalhos da Comissão tiveram início em 2022, com a proposta de promover ações contra o racismo, sexismo, assédios, LGBTIfobia, como atividades de formação, campanhas de prevenção à violência. De acordo com os relatos da Comissão, os avanços incluem a aprovação da cota para pessoas transexuais, travestis, quilombolas e refugiadas na pós-graduação. Assim como a aprovação de protocolos de denúncias e de violência sexual da UFRRJ, e uma cartilha de prevenção às violências³⁵.

Também como evidência desse movimento de visibilidade das pautas das Mulheres Rurais, é importante ressaltar que a *live* “Mulheres na ciência: conquistas e desafios”, realizada com a participação de Márcia Barbosa, professora e pesquisadora da área de Física e atual reitora da UFRGS (2024), ocorreu em um momento de crescente debate sobre a representatividade feminina e as barreiras enfrentadas por mulheres no meio acadêmico e científico. Desenvolvida no contexto de uma aula inaugural da pós-graduação da UFRRJ, realizada em março de 2022, a *live* buscou trazer à tona questões fundamentais relacionadas às conquistas e aos desafios das mulheres na ciência, alinhando-se com reflexões em torno do Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, celebrado em fevereiro. Neste caso, é pertinente destacar que o assunto da *live*, sobre as desigualdades de gênero nas ciências, foi abordado em um evento de grande relevância como a abertura da pós-graduação na instituição, que alcança toda a comunidade acadêmica, exatamente no momento que a professora Lucia dos Anjos estava como titular da Pró-reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-graduação da UFRRJ, uma das poucas na história na liderança da pesquisa e pós-graduação Rural.

A escolha de Márcia Barbosa como palestrante principal foi particularmente significativa, dado seu histórico acadêmico e sua contribuição notável como uma cientista brasileira com prestígio e reconhecimento nacional e internacional. Durante a *live*, foram abordados temas como a sub-representação das mulheres em cargos de liderança na ciência, a persistência de estereótipos de gênero, e as barreiras estruturais que dificultam o avanço das mulheres nas carreiras científicas, especialmente em áreas como física e ciências exatas.

No contexto em que a UFRRJ era liderada por uma reitora e contava com uma pró-reitora de pesquisa e pós-graduação, as iniciativas voltadas para a discussão sobre mulheres e ciência ganharam um impulso significativo. Este momento de

³⁵ <https://institucional.ufrj.br/cpid/apresentacao/> (Acesso em 02/10/2024)

representatividade feminina na gestão acadêmica foi marcado pela promoção de debates que colocaram em evidência a desigualdade de gênero nas áreas de ciências exatas e nas posições de liderança na academia. A presença de mulheres em cargos estratégicos na UFRRJ não apenas ampliou o espaço para reflexões inovadoras, mas também promoveu um ambiente mais propício ao desenvolvimento de ações voltadas à equidade de gênero. Entre essas iniciativas, destacaram-se palestras e debates sobre o papel das mulheres como produtoras de conhecimento científico e suas experiências em ambientes predominantemente masculinos. Essa breve análise das demandas e avanços no cenário político da instituição, sem a pretensão de oferecer um registro histórico exaustivo, contextualiza o desenvolvimento dos eventos virtuais que são objeto de estudo neste trabalho.

Analisando o conjunto de *lives*, de maneira mais ampla, a questão da violência emergiu das discussões em diferentes debates como um grande obstáculo para as mulheres na universidade. A necessidade de transformar o ambiente universitário em um espaço seguro e acolhedor para todas as pessoas foi tema recorrente nas discussões. A professora Rubia Wegner³⁶ compartilhou sua experiência com a violência de gênero na Rural, enquanto coordenadora do curso de ciências econômicas, mencionando as mulheres como vítimas de violência sexual, assim como suas dificuldades ao conduzir sindicâncias para casos de assédio.

O movimento de mulheres Ruralinas “Me avisa quando chegar” contou com diversos desdobramentos, desde estudos sobre violência em ambiente universitário, passando por diferentes eventos mobilizadores como seminários, debates e até a criação de espaços virtuais para engajamento e compartilhamento de informações, eventos e assuntos de interesse sobre a temática da violência de gênero. No rastro dessa mobilização, foram criadas páginas em redes sociais que se constituem como registros históricos da mobilização feminina dentro da universidade e dos seus desdobramentos. Até o momento, a página do *Facebook* “Me avisa quando chegar”³⁷, com 22 mil seguidoras/es, teve a primeira postagem em 3 de abril de 2016 e a última, 11 de novembro de 2022. Ou seja, a página esteve ativa, com postagens frequentes, por 7 anos e, durante esse período funcionou como canal de denúncias, espaço de acolhimento, para divulgação de eventos sobre a temática da violência em espaços universitários e como

³⁶ Live Gênero, diversidade e ações afirmativas na UFRRJ, 2020.

³⁷ https://www.facebook.com/meavisaquandochegar/?locale=pt_BR (Acesso em 21/01/2024)

comunidade virtual, aglutinando demandas das estudantes e suas histórias na universidade.

Já o perfil do *Instagram* @SpottedUFRRJ³⁸, mantido por estudantes da universidade, no momento, conta com 16,8 mil seguidores e trata de assuntos diversificados, com posts produzidos para os estudantes. Este perfil também conta com diversas denúncias de violências no interior e nos arredores da universidade. Somente em 2024, até o dia 02 de novembro, foram registrados 21 posts com denúncias de assédio, assaltos, furtos, agressões, entre outras violências no interior da universidade e no entorno do campus Seropédica da UFRRJ.

Este cotidiano traumático que atravessa a comunidade universitária aponta para a necessidade de reflexão sobre o percurso de mulheres que chegam à universidade em busca de novas perspectivas, mas que encontram paradoxo cruel: enquanto o ambiente acadêmico deveria ser um espaço de emancipação e transformação, ele também se torna palco de novas formas de violência. Essas mulheres, muitas vezes socializadas em contextos já marcados por desigualdades e abusos, encontram na universidade uma promessa de mudança, de mobilidade social, mas enfrentam assédios e opressões que variam conforme suas posições na instituição. Docentes, profissionais terceirizadas, técnicas e estudantes vivenciam formas distintas de desigualdade de gênero e violência, que vão desde assédios morais e sexuais até a convivência obrigatória com seus agressores. Esse cenário agrava problemas de saúde mental e, em muitos casos, leva ao abandono dos estudos, afetando irreversivelmente a trajetória dessas mulheres. A professora Maria de Fátima levantou essa questão ao refletir que

são violências muito distintas. Há assédios de muitas maneiras. A desigualdade de gênero que aflige a mulher preta de um jeito, a técnica de outro, a terceirizada de outro, as docentes de outro. Então, nós estamos adoecidos ali. Tanto as meninas da graduação que passam por violências sexuais de tal proporção, continuamente convivendo com seu assediador, que leva uma crise de depressão, que leva a problemas de saúde mental (...) da sua condição de manutenção dos seus estudos. Muitas abandonam, muitas se machucam (...) algumas de maneiras irreversíveis (...) gente sabe disso. Então, a gente precisa, do meu ponto de vista, a gente precisa falar de assédio, a gente precisa falar de

³⁸ <https://www.instagram.com/spotted.ufrrj?igsh=aHFqaTNxNmV5bnJj> (Acesso em 02/11/2024)

violência, a gente precisa assumir o ambiente com as suas falhas para que possamos construir soluções. Para que possamos encarar de frente.

Professora Maria de Fátima, *live* Gênero, diversidade e ações afirmativas na UFRRJ, 2020.

Como destaca a professora Maria de Fátima, essas violências de gênero se manifestam de maneiras diversas e, em casos extremos, levando ao abandono dos estudos. Essa realidade não apenas interrompe o percurso acadêmico, mas também causa danos irreparáveis à trajetória e à vida das mulheres.

Outro aspecto crítico discutido nas *lives* analisadas é a ausência de uma abordagem interseccional que considere a pluralidade de experiências das mulheres dentro das universidades. Mulheres negras, periféricas e mães enfrentam obstáculos adicionais, que nem sempre são contemplados nas políticas institucionais. A divisão desigual de tarefas domésticas e a falta de suporte para mães estudantes e professoras são temas que se destacam, mostrando que as estruturas patriarcais e elitistas ainda são predominantes. Assim, torna-se evidente a necessidade de uma reavaliação constante das políticas institucionais para que estas atendam às demandas específicas de diferentes grupos femininos, promovendo não apenas igualdade formal, mas também equidade no ambiente acadêmico.³⁹

A violência simbólica presente no depoimento da professora Patrícia Bastos, descrito abaixo, expõe uma dimensão profundamente enraizada das desigualdades de gênero no meio acadêmico, em que a trajetória das mulheres é marcada por escolhas impostas por uma sociedade estruturalmente sexista. A articulação entre maternidade e carreira científica expõe as tensões enfrentadas por mulheres que, ao ingressarem na universidade, são forçadas a lidar com dilemas entre sua realização pessoal e as exigências de um ambiente acadêmico frequentemente insensível às necessidades de gênero. A decisão de postergar ou até renunciar à maternidade para investir em uma

³⁹ Essas iniciativas revelam a urgência de uma transformação da universidade para que se torne, de fato, inclusiva e engajada na promoção de uma ciência plural e representativa. A mobilização feminina nesse contexto é não apenas uma resposta às dificuldades vividas, mas também uma forma de resistência e transformação, na qual as mulheres podem reimaginar e reconstruir os espaços acadêmicos e científicos. A adoção de práticas inclusivas nas *lives*, como a autodescrição e o uso de linguagem acessível, são exemplos práticos que ilustram o caminho para a construção de uma universidade que acolha a diversidade.

carreira acadêmica reflete um padrão identificado por estudiosas como Hildete Pereira de Melo (2022), que analisam como as estruturas institucionais reforçam desigualdades ao negligenciar as especificidades de gênero.

Tem uma outra coisa que marca muito a violência de gênero... muito cedo eu decidi não ser mãe, porque eu decidi ter carreira, e a maternidade não cabia, segundo a minha visão daquela época, para uma profissional que queria estudar e fazer ciência (...) e quando eu entro pra Rural, parece que eu relaxo com relação a isso. Eu entrei como mestre, ia fazer doutorado. Então fico grávida e eu perco o bebê, mas naquele momento eu penso assim, nossa! Mas eu quero ser mãe! Eu tenho que dar um jeito da maternidade existir na minha vida e de fazer ciência. Então é agora que eu tenho que entrar no doutorado, porque ninguém vai deixar eu entrar no doutorado grávida, ou sendo mãe. E eu já estava com 38 anos e eu pensei, eu entro agora, ou o ciclo biológico da maternidade não vai mais existir pra mim. E eu fiz um esforço gigantesco e entrei no doutorado em 2008, e fiquei grávida no meio do doutorado. Eu adoraria ter mais filhos e isso foi um preço biológico que eu paguei por uma escolha profissional de uma sociedade extremamente sexista, então esse é um preço muito forte pra ter uma carreira nas ciências e na universidade.

Professora Patrícia Bastos, *live* Violência de Gênero na Universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta, 2021.

A experiência de Patrícia, que relata a pressão de compatibilizar o doutorado com a gravidez em um contexto de marginalização da maternidade no espaço científico, evidencia os "preços biológicos" e emocionais que muitas mulheres pagam para consolidar suas carreiras.

Dentro desse pressuposto, as professoras refletiram sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente quando se trata de equilibrar demandas pessoais, como a maternidade, e a necessidade de afirmação profissional em um contexto estruturalmente desigual. A professora Olga Gomes, da área de geologia da UFRRJ, compartilhou como a sua escolha de ingressar no mercado de trabalho e postergar a maternidade foi influenciada pela percepção de que a dedicação à ciência e à carreira exigia um sacrifício, marcado pelo peso de uma sociedade que ainda marginaliza as mulheres em posições de destaque. Ao descrever a dificuldade de conciliar o doutorado com a gravidez, Olga

mostra como essas barreiras impactam emocionalmente e profissionalmente as mulheres. Uma fala da professora, que reflete essa análise, é:

Quando deu oito meses (de gravidez), já não dava mais para subir, o elevador continuava quebrado, e meu médico resolveu me dar licença diante das condições. Mas ainda assim, até os oito meses, eu segui orientando. [...] No meio do caminho, existe a culpa. Se acontecer alguma coisa e você parar de dar assistência, você se sente culpada.

Professora Olga Gomes, *live* Violência de gênero na universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta, 2021.

Esse depoimento evidencia a pressão estrutural que sobrecarrega as mulheres acadêmicas, reforçando a necessidade de políticas institucionais que abordem necessidades específicas de gênero e diversidade no ambiente universitário.

A experiência relatada pela professora em relação à licença maternidade, descrita abaixo, aponta como as estruturas acadêmicas, ao reproduzirem lógicas patriarcais e produtivistas, desconsideram as necessidades das mulheres, especialmente no contexto da maternidade. A narrativa da professora Olga, que mesmo com um recém-nascido e enfrentando o desafio de cuidar de um filho gravemente doente, sentiu-se pressionada a continuar trabalhando, mostra o impacto das expectativas institucionais desproporcionais que recaem sobre as mulheres. O relato enfatiza a ausência de uma rede de apoio institucional efetiva que respeite o tempo e as necessidades das mães professoras e pesquisadoras, forçando-as a escolher entre suas obrigações profissionais e suas demandas familiares. A culpa mencionada pela professora é emblemática, pois reflete não apenas a internalização das expectativas sociais, mas também a ausência de políticas institucionais que considerem a maternidade como parte integrante da trajetória acadêmica, e não como um obstáculo a ser superado:

porque eu estava há três dias com filho e o trabalho chegando, chegando, chegando, não havia um respeito assim, e os alunos, eles tinham prazo, né. Porque recebiam bolsa. Então, não importa se a orientadora não pode dar assistência, os alunos têm que defender.

Professora Olga Gomes, *live* Violência de gênero na universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta, 2021.

Essa declaração denuncia a desumanização e a lógica excludente do ambiente acadêmico, que ignora o bem-estar de seus membros em prol de uma produtividade imposta.

A maternidade emerge como ponto crucial nas discussões de gênero no contexto universitário e no mercado de trabalho no sentido da desigualdade gerada pela divisão de responsabilidades entre os sexos. A maternidade é frequentemente vista como um obstáculo para a progressão profissional das mulheres, principalmente porque as estruturas laborais, incluindo as universitárias, não são adequadas para apoiar as necessidades específicas das mães, nas palavras de Melo (2022), temos que reconhecer que a maternidade é uma tensão na vida das mulheres. Como constata a professora da área de Engenharia Florestal, Claudia Moster, em recorte reproduzido abaixo, a ideia de estender a licença paternidade e promover o envolvimento dos homens nesse processo pode ser uma estratégia importante para reconfigurar o equilíbrio de responsabilidades domésticas e de cuidado. Nos estudos de gênero, essa ideia é discutida como parte da crítica às normas tradicionais de gênero, que impõem às mulheres o peso do cuidado enquanto desconsideram a capacidade e a responsabilidade dos homens nesse mesmo espaço.

A distribuição desigual das responsabilidades parentais não só limita o potencial de desenvolvimento das mulheres no ambiente acadêmico, como também reforça a ideia de que a carreira de uma mulher é secundária em relação à maternidade. Assim, segundo reflexão de Claudia Moster, para que haja equidade, é necessário repensar as políticas de licença parental e a promoção de uma cultura institucional que valorize o envolvimento masculino, permitindo que ambos os pais compartilhem igualmente as responsabilidades, o que poderia diminuir o estigma e as barreiras que as mulheres enfrentam na conciliação entre carreira e maternidade.

A maternidade (...) é uma função que acaba sendo um grande diferencial na carreira das mulheres que passam por essa fase e que existe aí um pensamento que possa ser disseminado, que a gente acha que poderia valorizar a paternidade. Então, pra melhorar o equilíbrio com a maternidade, a gente deveria dar também a licença paternidade para os homens, para valorizar esse momento na vida deles. E aí sim, a

gente conseguiria ter um envolvimento maior do lado masculino nessa fase que exige maior dedicação da mulher. E aí quem sabe as pessoas entenderiam que é realmente diferente e que precisa de mais apoio dos homens. Acaba sendo mais pesado pras mulheres porque as medidas trabalhistas não estão pensando nesse momento para os homens também.

Professora Claudia Moster, *live* Mulheres nas ciências florestais, 2021.

Essas condições reforçam a necessidade premente de revisar as políticas de licença maternidade e permanência na academia, assegurando que mulheres, em especial mães, não sejam penalizadas por decisões relacionadas à sua vida pessoal. Conforme ressaltado por Marcia Barbosa⁴⁰, o modelo tradicional de carreira acadêmica é projetado sobre uma lógica masculina, que desconsidera as interrupções ou diminuições na produtividade acadêmica decorrentes da maternidade e das responsabilidades de cuidado, recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres. Barbosa aponta para a necessidade de medidas compensatórias que reconheçam essas desigualdades como parte essencial para alcançar uma verdadeira equidade. Como ela observa, "não existe igualdade quando existe diferença", reforçando a importância de políticas institucionais que não apenas reconheçam essas diferenças, mas também as incorporem de maneira a nivelar as oportunidades de avanço acadêmico. Ademais, é importante ressaltar a relevância dos estudos de gênero para repensar e transformar essas estruturas, desafiando o modelo hierárquico e produtivista que adoece e exclui, diante de relatos tão fortes das professoras e alunas sobre os obstáculos que encontram na construção de uma carreira na academia.

Sobre essa lógica produtivista, Claudia Moster reflete sobre a relutância ou restrição das mulheres em assumir responsabilidades além da docência no ambiente acadêmico, que expõe a persistência das desigualdades de gênero nas universidades, marcadas por expectativas sociais e institucionais que reforçam papéis tradicionais:

Eu tenho comigo que as mulheres acabam não assumindo alguma responsabilidade além da docência, ou restringem a sua dedicação profissional, por conta de outras tarefas que a gente acaba também valorizando nas nossas vidas. A questão de cuidar da família, a questão

⁴⁰ *Live* Mulheres na ciência: conquistas e desafios, realizada em março de 2022.

de cuidar de si mesma, acaba sendo mais relevante do que assumir uma nova responsabilidade.

Professora Claudia Moster, *live* Mulheres nas ciências florestais, 2021.

Segundo estudos de gênero, como os Bila Sorj *et al.* (2007), essa dinâmica reflete uma sobrecarga invisível: a "dupla jornada", em que mulheres equilibram suas carreiras acadêmicas com demandas familiares e autocuidado, frequentemente sem suporte institucional adequado. Essa distribuição desigual do trabalho reproduz uma lógica patriarcal, que naturaliza a associação entre mulheres e tarefas de cuidado, ao mesmo tempo que estigmatiza a busca por avanços profissionais em espaços historicamente masculinos, como cargos de gestão, liderança e poder. A imposição desigual das responsabilidades atribuídas às mulheres, com o cuidado familiar e doméstico, em detrimento de sua carreira acadêmica, reflete as opressões de gênero profundamente enraizadas que moldam suas trajetórias profissionais.

Essas normas reforçam a desvalorização de suas ambições e competências, limitando o acesso a posições estratégicas e perpetuando a sub-representação feminina nos espaços de poder nas universidades. Ainda sobre estruturas patriarcais, mas sob outro ponto de vista, a professora de física, Viviane Morselle, relata a solidão sentida por alunas e docentes nos cursos de física, onde a presença feminina é escassa e o ambiente é hostil. Ela destaca como comentários machistas e violência de gênero – inclusive em forma de piadas – impactam negativamente a autoestima e a confiança das mulheres na área:

um ambiente como a física ainda representa a maior desigualdade de gênero em todos os âmbitos graduação, pós-graduação e docência, isso era importante, mas ao mesmo tempo eu precisava que as alunas compreendessem isso. E eu vi, eu ouvi essas alunas, eu via a solidão dessas alunas, não só na Rural, mas em outros locais. A nossa solidão enquanto docente e muitas vezes a violência de gênero que a gente sofre. Uma violência de gênero pode ser uma piada, que para alguns é muito engraçada, mas na verdade ela é uma coisa machista que fere. Porque uma violência ela não precisa ser física, isso vai impactar a carreira das mulheres nas ciências exatas.

Professora Viviane Morselle, *live* Meninas do Radium: a periferia também faz ciência, 2020.

A narrativa da professora Viviane Morselle evidencia como a hostilidade e a violência de gênero estrutural ainda marcam as experiências de mulheres em áreas como a física, destacando a solidão enfrentada por alunas e docentes. Essa realidade é discutida na literatura sobre gênero e ciência, como em estudos de Schiebinger (2001), que destacam a exclusão histórica das mulheres das ciências exatas e as barreiras que perpetuam sua sub-representação. Comentários machistas e piadas que minimizam a presença feminina atuam como formas de violência simbólica, naturalizando a exclusão e corroendo a autoestima e a confiança das mulheres.

Sobre essas microagressões em formato de comentários e piadas, o relato da professora Gisela Pinto⁴¹ evidencia como comportamentos preconceituosos perpetuam desigualdades de gênero e desestimulam a participação feminina em áreas de predominância masculina. Durante seu doutorado em Ensino de Matemática, Gisela enfrentou comentários machistas vindos de um professor, como a provocação "entre uma louça e outra que você lava, vê se consegue ler este artigo em inglês para a semana que vem" e piadas "até as meninas vão entender isso". Essas afirmações, aparentemente disfarçadas de humor, carregam uma carga simbólica que reforça estereótipos que põe em xeque a competência das mulheres, legitimando a percepção de que seu lugar não é na ciência.

Situações como essas, somadas aos risos de colegas e à ausência de contestação daqueles que mesmo não concordando optam por silenciar, criam um ambiente hostil que exige das mulheres não apenas excelência acadêmica, mas também resiliência diante da discriminação. Como apontado por Gisela Pinto, na *live* Cinemat – Os desafios das mulheres nas ciências, "a minha resposta tem que ser com qualidade de trabalho, apesar de ser mulher, mãe, moradora da Zona Oeste e de ir de trem para as aulas", apontando a pressão constante de provar seu valor em um espaço que historicamente deslegitima as capacidades femininas.

Da mesma forma, a reflexão de Viviane Morselle, ao afirmar que "uma violência de gênero pode ser uma piada, que para alguns é muito engraçada, mas ela na verdade é algo machista que fere", sublinha como as formas sutis de discriminação, ainda que

⁴¹ *Live* Cinemat – Os desafios das mulheres nas ciências, 2021.

frequentemente desvalorizadas, têm consequências sérias para a permanência e ascensão das mulheres nas ciências.

A pesquisa na física, descrita por Viviane como uma das áreas com maior desigualdade de gênero em todos os níveis – graduação, pós-graduação e docência – reflete a perpetuação de estereótipos de gênero que também associam aptidões científicas ao masculino. Essa construção cultural é reforçada pela falta de representatividade feminina e pela hostilidade do ambiente, o que gera impactos diretos na trajetória acadêmica e profissional das mulheres. A descrição da professora sobre sua área de atuação enfatiza a importância de não apenas identificar essas barreiras, mas também de discutir alunas e docentes acerca dessas desigualdades estruturais para que possam combatê-las de maneira consciente e coletiva.

É importante destacar que o interesse pela graduação em física é baixo desde a graduação. E nesse sentido, como apresenta Gabriela Reznik em sua pesquisa de doutorado defendida em 2022, nas últimas décadas, o Brasil tem registrado avanços na promoção da equidade de gênero na educação em ciências, tecnologias, engenharias e matemática (STEM). Esses avanços podem ser considerados fruto de contribuições de iniciativas como as chamadas públicas do CNPq e Faperj, lançadas entre 2013 e 2018 (conforme apresentado no Capítulo 3 desta tese) que incentivaram o desenvolvimento de projetos no âmbito das universidades para atrair meninas para as áreas acadêmicas historicamente dominadas por homens. Essas iniciativas contemplaram projetos diversos em nível nacional, com foco no ensino fundamental e médio, e abordam desde estereótipos de gênero até a criação de ambientes inclusivos e seguros.

Os projetos de Extensão da UFRRJ, Meninas do Radium, Mulheres nas Ciências Florestais e Meninas Digitais, descritos no anexo 5, são exemplos desses projetos que visam apresentar outras possibilidades de futuro e de carreira para meninas, especialmente de escolas públicas de regiões periféricas. Essas ações atuam como “contra espaços”, oferecendo às jovens a oportunidade de vivenciar a ciência em um ambiente que pode promover pertencimento, autoestima, representatividade e ascensão socioeconômica. De acordo com Reznik (2022) as coordenadoras desses projetos geralmente destacam a importância de incorporar perspectivas interseccionais, considerando fatores como raça, classe e território na escolha das instituições e meninas atendidas. Entretanto, essas iniciativas enfrentam desafios significativos, como a

descontinuidade de políticas públicas em um cenário político conservador, que repetidamente concorrem para manter as mulheres em situação de subalternidade.

O projeto “Meninas do Radium”, coordenado pela professora Viviane Morselle na UFRRJ, conforme descrição feita na *live* é uma iniciativa que busca fomentar a inclusão e a representatividade de mulheres, especialmente de origem periférica, nas ciências exatas. Inspirado em uma abordagem que integra questões de gênero, raça e classe, o projeto se posiciona como uma resposta às barreiras estruturais que historicamente excluem as mulheres desses espaços. Viviane, ao compartilhar sua própria trajetória marcada por opressões de classe, racismo e capacitismo, demonstra como o projeto não é apenas uma ferramenta educativa, mas também um ato político para desconstruir estereótipos e promover equidade no ambiente acadêmico.

A fala da professora apresenta o espírito do projeto durante a *live*: "A gente não acredita numa luta feminista que não inclua gênero, raça e classe. O nome do nosso grupo completo é pra trazer isso: Meninas do Radium – a periferia também faz ciência"⁴². O impacto do projeto é evidenciado pela valorização das histórias e potencialidades de mulheres que, apesar de enfrentarem desafios imensos, encontram no Meninas do Radium um espaço de pertencimento e oportunidade. Além disso, o projeto contribui para a desconstrução do mito de que a ciência produzida em regiões periféricas é de menor qualidade, reforçando a relevância e a contribuição dessas mulheres na produção científica nacional e internacional:

porque muitas vezes, e eu já senti isso como professora da Rural, por eu estar em uma universidade da região periférica, não é considerada uma universidade de grande centro, as pessoas acham que a nossa pesquisa não tem tanta qualidade e tanto impacto. E isso não é verdade. O impacto está na revista que eu publico. E se eu não estou num grande centro e consigo publicar e trabalhar é porque eu consigo fazer mais ainda. E muitas vezes na Rural a gente tem recursos mais escassos que outras federais e conseguimos ter uma assistência estudantil melhor que as outras, que às vezes as pessoas não percebem, conseguimos produzir bastante (...)

Professora Viviane Morselle, *live* Meninas do Radium: a periferia também faz ciência, 2020.

⁴² A professora Viviane Morselle, a partir de uma pergunta da audiência, explicou como surgiu o nome “Meninas do Radium: a periferia também faz ciência”, disponível no anexo 4.

Neste caminho, é importante discutir a desvalorização e a invisibilização das conquistas femininas nas ciências, que são fenômenos estruturais que perpetuam a exclusão das mulheres. Conforme aponta a professora Viviane, essas práticas não apenas apagam o legado de cientistas notáveis, mas também reforçam estereótipos que desestimulam a entrada e permanência de mulheres nas áreas científicas. Ela exemplifica essa realidade ao mencionar a falta de reconhecimento de figuras históricas como Carolyn Parker, uma física nuclear negra que desempenhou papel fundamental no Projeto Manhattan⁴³, mas cuja contribuição é amplamente omitida nos registros históricos. Viviane pondera que "se mulheres brancas são invisibilizadas, mulheres negras são ainda mais".

Essa exclusão é intensificada por fatores como racismo e desigualdade de classe, que impõem barreiras adicionais às mulheres de origens periféricas, como evidenciado pelas estatísticas que mostram a baixa representatividade feminina e negra em altas posições nas ciências. A invisibilização também ocorre através da omissão das narrativas dessas cientistas, como visto em algumas representações culturais inadequadas que distorcem suas histórias e subestimam suas contribuições.

A aluna da graduação em física, Tainá Neves, integrante do projeto Meninas do Radium, aborda uma perspectiva vivenciada sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres negras da periferia no ambiente acadêmico, especialmente nas ciências exatas. Em sua fala, ela destaca o impacto de estereótipos e da violência de gênero sobre a autoconfiança dessas mulheres, muitas vezes desencadeando o fenômeno conhecido como "síndrome do impostor". Segundo Tainá, essa dinâmica faz com que conquistas sejam desvalorizadas, frequentemente atribuídas à sorte ou à condescendência, o que agrava a sensação de não pertencimento.

Ela afirma que "no ambiente acadêmico, na sua maioria composto por homens brancos, e na física isso fica bem evidente, as próprias pessoas desses ambientes desmerecem determinados perfis, desmerecem nossas conquistas por não sermos o padrão desse ambiente." (Tainá Neves na *live* As Meninas do Radium: a periferia também

⁴³ O Projeto Manhattan, também conhecido como Laboratório de Pesquisa Atômica foi um projeto de pesquisa do governo dos EUA (1942–45) que produziu as primeiras bombas atômicas.
<https://www.britannica.com/event/Manhattan-Project> (Acesso em 03/12/2024).

faz ciência). Essa análise ressalta que espaços como o do projeto Meninas do Radium são exemplos de locais de acolhimento e representatividade, onde essas mulheres encontram apoio e estímulo para continuar suas trajetórias científicas, desafiando os estereótipos e reconstruindo narrativas.

A aluna Vanessa Cristina, como mestranda em Ensino de Ciências e Matemática, destaca a relevância de discutir questões transversais, como racismo, machismo e capacitismo, ao abordar a exclusão de mulheres periféricas, negras, trans e com deficiência do ambiente acadêmico. Em sua fala, na mesma *live*, ela enfatiza como o projeto Meninas do Radium, que produziu encontros virtuais para discutir inclusão nas ciências, no contexto pandêmico, não apenas promove a ciência, mas também cria espaços de acolhimento, permitindo que mulheres afastadas do ambiente universitário possam retomar suas trajetórias acadêmicas: "Essas *lives* não só aproximam mulheres que estão ainda na graduação, mas também professoras e pessoas que haviam desanimado da ciência, que começaram a ganhar um novo fôlego". Sua contribuição reflete a importância de iniciativas inclusivas e acessíveis, que buscam romper barreiras estruturais e fomentar um ambiente acadêmico mais plural. Assim se, para Hill Collins (2019:19), a esperança é que mais pessoas, antes e ainda hoje silenciadas, encontrem a própria voz, os espaços acadêmicos têm papel importante nesse processo. A participação das mulheres na organização e no compartilhamento de experiências em eventos acadêmicos e presença crescente na produção científica indicam mudanças que exigem apoio contínuo e políticas inclusivas.

A temática da representatividade feminina entre a bibliografia de estudo e como produtoras de conhecimento das ciências também foi abordada nas *lives* analisadas. A aluna do mestrado em Ensino da Matemática, Lorryne Ferreira (*live* Mulheres matemáticas e os desafios do mundo científico e acadêmico) compartilhou sua experiência ao analisar a presença de mulheres na matemática e refletiu como a falta de representatividade histórica a motivou a investigar a trajetória de mulheres que desafiaram as barreiras de gênero. Ela destacou a importância de entender a perspectiva histórica, notando que o apagamento das mulheres no campo científico limita as aspirações das novas gerações. Sua pesquisa foca na invisibilização histórica, refletindo as premissas da interseccionalidade ao explorar como as exclusões de gênero e raça continuam a afetar a entrada e permanência das mulheres na ciência. Lorryne destaca: "Minha ideia, desde o início, foi trazer visibilidade aos problemas enfrentados pelas

mulheres na matemática, mostrando os caminhos que nos levaram à realidade de sub-representação feminina nas ciências exatas."

A questão da representatividade é um ponto de convergência relevante nas reflexões da *lives*, especialmente no que se refere à liderança feminina. De acordo com as discussões contemporâneas sobre feminismo interseccional (Crenshaw, 1989), os desafios que as mulheres enfrentam no ambiente acadêmico e profissional variam conforme seu contexto racial, econômico e social. A engenheira florestal, Ana Gabriela (A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal) enfatiza a dificuldade de encontrar referências femininas negras em cargos de liderança em sua área, evidenciando uma lacuna na representatividade que dificulta o avanço de mulheres negras no setor.

Eu cresci vendo referências de pessoas brancas, de homens em posições de destaque, e muitas vezes me questioneei se teria condições de ocupar esses espaços. É por isso que precisamos de representatividade, para que mulheres negras, como eu, saibam que também podem estar nesses lugares.

Ana Gabriela, *live* A mulher nos grandes setores da engenharia florestal, 2021.

Como afirmam Hill Collins & Bilge (2020), as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras são frequentemente diferentes das enfrentadas por suas colegas brancas, sendo necessário que a discussão e as políticas de inclusão abranjam a questão racial, que não pode estar apartada da discussão de gênero.

As discussões também destacam a importância das redes de apoio como ferramentas de resistência e fortalecimento. Projetos como Mulheres nas Ciências Florestais, desenvolvido no âmbito da UFRRJ e a Rede Mulher Florestal, uma organização não governamental criada para conectar e dar suporte a mulheres que atuam em diversos setores da engenharia florestal, surge como uma resposta à solidão e aos desafios impostos pelo setor. De acordo com os estudos de bell hooks (2017) sobre a importância do apoio comunitário nas lutas femininas, tais iniciativas desempenham um papel importante ao oferecerem um espaço de acolhimento e orientação, permitindo que as mulheres compartilhem estratégias e desenvolvam resiliência frente ao isolamento e à hostilidade dos ambientes de trabalho predominantemente masculinos.

Mais uma temática abordada nas *lives* foi a questão das epistemologias divergentes, em uma aproximação com a ideia de perspectiva situada de Donna Haraway (1995), de que o conhecimento é mediado por contextos históricos e corporificados, implodindo a ideia de neutralidade científica ocidental. Neste caso, a aluna de mestrado em educação da UFRRJ, Florence Belladonna Travesti, ressaltou na *live* Violência de Gênero na Universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta, que no caso da travestilidade, a violência epistêmica é mais comum, porque é recorrentemente colocado que as travestis falam a partir das suas vivências de gênero. Isso conota certa invisibilidade, de uma construção de gênero deslegitimada, como se fosse uma questão puramente empírica. Como se essa própria vivência também não possibilitasse a questão da produção de pensamento que traz contribuições ao debate.

Para Florence Belladonna, o primeiro indício da misoginia, da transfobia, é não ter dados para conhecimento de determinada população. Então, é necessário trabalhar com hipóteses. Primeira perspectiva de preconceito epistemológico enfrentado pela estudante foi a falta de professores que pesquisam gênero e sexualidade na universidade do interior no momento de sua graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que fez com que se empenhasse em construir um conhecimento que pudesse entender e explicar o seu lugar, ou o seu não lugar, conforme ressaltado por ela. Florence enfatiza que nesse processo foi deslegitimada por ser estudante, pois a sua travestilidade era mais ressaltada do que o conhecimento que estava sendo construído por ela, a partir do seu ponto de vista.

Deslegitimidade do pensamento travesti, do pensamento feminino, do transfeminino, que reafirma e toma a universidade como um espaço de poder que não nos quer a todo momento. A não ser que sejamos fonte para falar sobre a travestilidade numa perspectiva exotizada, porque somos colocadas constantemente como animais de pesquisa, dentro de uma perspectiva de que nós somos objeto de pesquisa, mas nós nunca somos pessoas agentes científicas.

Discente Florence Belladonna Travesti, *live* Violência de Gênero na Universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta, 2021.

O relato de Florence evidencia a deslegitimação recorrente do pensamento divergente dentro do ambiente universitário, um espaço que deveria promover a

pluralidade. A professora Juliana Arruda, da área de ciências agrícolas, ressalta em sua fala como, em contextos de debates acadêmicos, as mulheres são frequentemente colocadas em posições de subordinação, com suas reflexões interrompidas ou desvalorizadas, enquanto os homens recebem maior legitimidade e respeito em suas intervenções:

Eu percebia isso, não só comigo, mas com outras mulheres que, em mesas de debate, parece que a gente nunca estava sabendo o suficiente para debater aquele tema, era um negócio desagradável. Em alguns momentos eu fui embora, porque eu achei um desrespeito (...) de interromper a fala das pessoas, do mediador querer ser o ator daquela mesa e principalmente com as mulheres, e não com outros homens.

Professora Juliana Arruda, *live* Violência de Gênero na Universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta, 2021

Esse comportamento não apenas desrespeita as mulheres, mas também reflete a manutenção de uma lógica misógina no ambiente acadêmico, que trata as contribuições femininas como secundárias ou insuficientes, independentemente de seu mérito ou competência. Tal prática perpetua mais uma violência simbólica, em que as mulheres precisam constantemente provar sua capacidade intelectual em espaços que deveriam reconhecer sua legitimidade. Essa deslegitimação não apenas afeta a autoestima das mulheres acadêmicas, mas também limita sua influência nos debates e decisões institucionais, reforçando a exclusão de suas perspectivas nos processos de construção do conhecimento.

Em *live* sobre a docência negra na UFRRJ⁴⁴, surgiram reflexões sobre a invisibilidade negra no ambiente universitário e os desafios enfrentados por docentes e estudantes negros. A professora Geni Guimarães, da área de Geografia da UFRRJ, destacou a importância de ações que promovam a visibilidade dos intelectuais negros na universidade, ao afirmar: "Até um certo momento, até hoje, existe uma construção de invisibilidade. Agora, estamos construindo uma visibilidade." A professora ressaltou a relevância de iniciativas como as rodas de conversa, que se tornaram ferramentas de

⁴⁴ Ao analisar a *live* Docência Negra da UFRRJ: Rotas e Insurgências, percebi que se tratava, na verdade, a última etapa de um conjunto de 17 *lives*, desenvolvidas entre os meses de agosto e novembro de 2021. O evento presta uma homenagem à professora Caetana Maria Damasceno, historiadora e professora aposentada da UFRRJ e professora negra pioneira na docência da Rural.

insurgência contra as estruturas racistas, permitindo que a comunidade acadêmica reconheça as contribuições de docentes e estudantes negros na construção do conhecimento. Essas ações não apenas visam dar visibilidade às vozes negras, mas também estimular a reflexão crítica sobre as barreiras institucionais e culturais que ainda persistem no ensino superior.

O conceito de insurgência foi central para refletir sobre as estratégias de resistência e superação que docentes e estudantes negros empregam no ambiente universitário. A professora Caetana Damasceno (2021) fala sobre a importância das pequenas resistências no ambiente acadêmico e como essas ações podem transformar realidades, especialmente no que diz respeito à luta contra a invisibilidade negra. Em sua exposição, ela destaca: "Se é que o trabalho insurgente existiu aqui, eu acredito que ele exista às vezes em pequenas insurgências, que não são muito grandes, mas que fazem diferença."

Essa reflexão evidencia como as práticas cotidianas de resistência, muitas vezes sutis, podem gerar impacto significativo no combate às desigualdades estruturais e raciais no ambiente universitário. Essas ações, embora aparentemente pequenas, somam-se para construir um ambiente mais inclusivo e para dar visibilidade às trajetórias e contribuições negras na academia.

5.4. Pequenas insurgências e práticas de resistência

Diante de seguinte provocação posta pela audiência da *live* Meninas do Radium: a periferia também faz ciência:

como vocês veem a questão de nos livros de física básica dos semestres iniciais termos Newton, Hooke, Joule etc., mas nenhuma mulher? Existe alguma iniciativa de alguma pesquisa sobre isso?

Pessoa não identificada que estava na audiência da *live*.

A professora Viviane Morcelle respondeu que o projeto Meninas do Radium e a aluna de mestrado do PPGeduCIMAT, Karine Gagno produzem uma pesquisa sobre

mulheres que contribuíram na história da física. Como fruto dessa pesquisa a docente inclui em suas aulas autores e autoras invisibilizados/as pela história da construção do conhecimento e do pensamento científico. Nesse sentido a professora afirma que

a gente vê que não tem representatividade, nas minhas aulas, eu busco Elijah McCoy⁴⁵, na História 2. Na História 4, Lise Meitner⁴⁶. A Carolyn Parker, que trabalhou no Projeto Manhattan, é uma mulher negra que não é citada nos livros. A gente analisou todos os livros do Plano Nacional do Livro Didático e a Karine nos livros de física e química.

Professora Viviane Morselle, *live* Meninas do Radium: a periferia também faz ciência, 2020.

Desta forma, as pequenas insurgências no ambiente acadêmico frequentemente se manifestam por meio de ações que questionam e desafiam narrativas históricas consolidadas, como a exclusão de mulheres na história da ciência. A professora incorpora essas descobertas em suas aulas, incluindo figuras como Lise Meitner, Carolyn Parker e Elijah McCoy, preenchendo as lacunas deixadas pela historiografia tradicional. Essas práticas representam pequenas insurgências significativas, que, ao revisitar a narrativa histórica, promovem uma educação mais inclusiva e reforçam o papel essencial das mulheres na construção do conhecimento científico.

A professora Caetana Damasceno relata uma trajetória profundamente marcada pela interseção entre a experiência pessoal e a história coletiva, revelando como as mulheres negras enfrentam e resistem às exclusões estruturais na educação e na universidade. Em sua fala, ela apresentou sua estranheza, ao preencher o Currículo Lattes pela primeira vez, na década de oitenta, que é uma ferramenta central para validar as

⁴⁵ Elijah McCoy (1843- 1929), engenheiro canadense de ascendência afro-americana foi um inventor. A família de McCoy fugiu do Kentucky para o Canadá através da Ferrovia Subterrânea para escapar da escravidão. Conhecido por desenvolver um dispositivo para lubrificar motores a vapor, as invenções de McCoy eram consideradas tão excepcionais que os clientes supostamente pediam pelo "real McCoy" ao solicitarem seus projetos. Hoje, usar a expressão "o verdadeiro McCoy" indica que algo é a versão original e de melhor qualidade daquele item.

Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Elijah-McCoy> (Acesso em 24/10/2024).

⁴⁶ Lise Meitner (1878-1968) física austríaca. Lise fez uma importante descoberta: a emissão dos elétrons "Auger". A descoberta foi atribuída a Pierre Auger, muito embora ele tenha estudado o processo, no mínimo, dois anos após Meitner. Além de receber a homenagem, Auger foi nomeado, mundialmente, como o "descobridor do fenômeno". <https://www.scielo.br/j/rbef/a/3XBLJZXqDZ5jPTFXM3HJH/#> (Acesso em 24/10/2024).

trajetórias acadêmicas, por não oferecer espaço apropriado para que a/o pesquisadora/pesquisador inclua detalhes de sua vida anterior à universidade, que pode ser muito rica e de fundamental importância para suas escolhas acadêmicas.

Quando começou essa história do Currículo Lattes, não tinha espaço pra colocar que eu tinha sido professora do ensino médio (...) e nem sei o que foi que eu fiz, qual o artifício, pra dizer que a minha vida não tinha começado quando eu fui pra universidade. Eu tinha ido pra universidade sim, mas não era o único peso. Tinha o peso de seis anos, quase sete de educação no ensino público, do qual não só guardo memórias muito fortes, muito bonitas, muito duras também. Mas muito bonitas, porque eu era a única professora negra naquele momento da história, e mais duas professoras de desenho e de ciências.

Então junto com essas professoras, nós formamos um grupo para dinamizar o nosso espaço, e em acordo com elas, eu fiz vários trabalhos em torno das rebeliões no Brasil. E, a sequência de estudos se concluiu com 20 de novembro, com Zumbi dos Palmares e acreditem, eu estava no Facebook, há mais de dois meses, e tinha um recado pra mim, era uma ex-aluna da escola Gastão Cruz, dizendo “Ah, professora, nunca esquecemos da nossa festa de despedida que nós escolhemos homenagear Zumbi dos Palmares”. Gente, isso tem 50 anos!

Inventamos uma encenação, na medida do possível, a minha memória dessa encenação foi a coisa mais gratificante do mundo, elas quando se despediram, a grande quantidade era de meninas, mas tinham meninos também, saíram cantando Clementina de Jesus, oh, marinheiro, marinheiro, marinheiro só. Pra mim era inesquecível, mas eu achava que estava só na minha memória.

Professora Caetana Damasceno, *live* Docência Negra da UFRRJ: Rotas e Insurgências, 2021.

O relato da professora destaca a potência transformadora de sua atuação na escola pública, onde, ao lado de outras docentes, dinamizou o espaço educacional com iniciativas que conectavam a educação à memória e à resistência negra. A escolha de abordar as rebeliões brasileiras e homenagear Zumbi dos Palmares não foi apenas uma estratégia pedagógica, mas também um ato insurgente em um contexto que marginalizava essas narrativas. A repercussão dessa experiência, refletida no contato de uma ex-aluna décadas depois, evidencia como práticas educativas emancipatórias podem ter impactos duradouros na formação de sujeitos críticos e conscientes de sua história.

Essa vivência articula-se às experiências de mulheres na universidade que também buscam subverter a lógica excludente dos espaços acadêmicos. Assim como a luta por reconhecimento na academia, as ações da docente, enquanto professora do ensino básico demonstram que muitas vezes a necessidade de criar próprias ferramentas de validação alternativas e discursivas de resistência em contextos que negligenciam a história de vida como parte da construção da/o intelectual. Essa relação entre as duas esferas, universidade e educação básica, reforça que a luta por igualdade e representatividade não está restrita aos espaços universitários, mas é construída em múltiplas frentes e permeada por pequenas insurgências que desafiam as estruturas de poder. Por outro lado, a principal ferramenta de produção acadêmica não reconhece o fazer na escola como válido, algo a ser mapeado e reconhecido.

Além disso, o relato da professora enfatiza a importância da memória e do afeto na construção de uma educação transformadora. Essa experiência, ao dialogar com outras vivências femininas no ambiente acadêmico, ressalta a necessidade de repensar a educação em todos os níveis como um espaço de resistência, inclusão e celebração das diferenças. A integração dessas memórias ao debate sobre mulheres e universidade evidencia que a transformação da academia passa também pelo reconhecimento do saber construído em espaços historicamente subalternizados, como as escolas públicas, periféricas e sua diversidade de vozes e origens. Nessa perspectiva, ganham relevo as reflexões de bell hooks (2017: 242), ao afirmar que

as pessoas da classe trabalhadora que estão na academia adquirem poder quando reconhecem que são agentes e reconhecem sua capacidade de participar ativamente do processo pedagógico. Esse processo não é simples nem fácil: é preciso coragem para abraçar uma visão da integridade do ser que não reforce a versão capitalista segundo a qual sempre temos que renunciar a uma coisa pra ganhar a outra.

Nessa perspectiva da observação de atitudes insurgentes e do reconhecimento de si enquanto agente da transformação, é importante ressaltar os relatos de duas alunas da UFRRJ e de duas engenheiras florestais, profissionais estabelecidas em suas profissões, que apresentaram seus trabalhos como espaços de enfrentamento de uma estrutura ultrapassada e excludente nos espaços de produção do conhecimento científico. Karine

Gagno, física e mestranda em Educação em Ciências e Matemática da UFRRJ apresenta sua pesquisa na *live* Gênero, diversidade, inclusão e acessibilidade, que protagoniza um movimento insurgente na ciência, desafiando as estruturas rígidas e excludentes que permeiam a história e a prática científica. Seu trabalho é uma resposta direta às desigualdades de gênero na física nuclear e evidencia a necessidade de questionar os fundamentos epistêmicos e culturais que moldam a produção do conhecimento.

A história da ciência, marcada pela exclusão sistemática de mulheres, reflete um processo de invisibilização que Karine busca desconstruir. Ao resgatar figuras femininas que contribuíram significativamente para a física nuclear, ela dialoga com Harding (1986), na defesa de uma ciência feminista que leve em consideração as experiências e perspectivas das mulheres.

A perspectiva insurgente de Karine se manifesta tanto em seu método quanto em seu estudo acadêmico, evidenciada pela criação de um jogo educativo de cartas que destaca as contribuições de mulheres na física nuclear. Essa iniciativa pode ser entendida sob a perspectiva de bel hooks (2017) como uma aplicação prática de uma educação transformadora, que subverte métodos tradicionais para questionar desigualdades e inspirar novas gerações de mulheres a ocuparem espaços de protagonismo nas ciências exatas. Por meio de sua proposta, Karine não apenas desafia as desigualdades estruturais nas ciências exatas, mas também oferece uma oportunidade para que novas gerações de mulheres se vejam como protagonistas e criadoras de conhecimento científico.

Já Lorryne Ferreira, física, também mestranda em Educação em Ciências e Matemática da UFRRJ, supera as estruturas tradicionais que historicamente marginalizaram as contribuições femininas. Ao investigar o acesso das mulheres à educação matemática e destacar trajetórias de matemáticas brasileiras, Lorraine confronta a narrativa dominante que invisibiliza essas profissionais, promovendo uma reconfiguração epistemológica que valoriza a diversidade de gênero na ciência. Segundo sua observação do ambiente de estudo na Universidade Rural, ela descreve:

isso ocorre muito de uma maneira bem clara no departamento de Matemática da universidade. E, conforme eu fui observando essas situações durante o dia a dia e depois de uma roda de conversa na graduação com algumas professoras, eu comecei a pesquisar o porquê que aquilo acontecia, inclusive uma das convidadas era a professora

Carolina Araújo que na época era a única mulher pesquisadora no quadro do Instituto de Matemática pura e aplicada, hoje são duas. Então eu fiquei pensando como que o porquê que isso acontece. Será que não existem mulheres capacitadas para ocupar esses lugares?

Discente Lorryne Ferreira, *live* Gênero, diversidade, inclusão e acessibilidade, 2022.

Inspirada por teorias feministas que enfatizam a importância da representatividade, Lorraine criou a página "Mulheres na Matemática"⁴⁷ no *Instagram*. Essa plataforma serve como um espaço de divulgação científica, onde histórias de mulheres na matemática são compartilhadas para inspirar e motivar jovens a ingressarem em carreiras científicas. Ao utilizar as redes sociais para disseminar essas narrativas, Lorryne também subverte os canais tradicionais de comunicação científica, democratizando o acesso à informação e promovendo uma cultura de inclusão e equidade.

Na *live* "A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal", de 2022, a engenheira Amanda Nodari detalhou sua experiência no *Instagram* com o projeto "Minuto Florestal"⁴⁸ exemplifica um espaço digital que transcende os limites tradicionais da academia e do mercado de trabalho para promover inclusão, empatia e representatividade na engenharia florestal. Estes trabalhos podem ser vistos como produto de divulgação científica. Segundo a Amanda,

eu percebia que, sempre que eu abria alguma interação dentro do meu Instagram pessoal, as perguntas eram 99% a respeito de Engenharia Florestal, processo seletivo... Em dado momento, eu fiz um passo a passo de elaboração de currículo e isso gerou muitas interações, no sentido das pessoas pedirem a criação de mais conteúdos com aquele formato. Então, o Minuto foi uma forma de estreitar esse caminho entre universidade e empresa. A gente acaba saindo meio perdido da universidade, pensando: 'Ok, se eu quero seguir uma carreira corporativa, como eu chego lá?'

Amanda Nodari. *Live* A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal, 2022.

⁴⁷ <https://www.instagram.com/mathematicalwomen?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D> (Acesso 05/09/2024).

⁴⁸ <https://www.instagram.com/minutoflorestal/> (Acesso em 05/09/2024).

Amanda utiliza sua plataforma para desafiar normas de comportamento que perpetuam a “síndrome da impostora” e a competição não saudável no ambiente de trabalho, oferecendo apoio emocional e estratégico para mulheres engenheiras. Ao enfatizar a importância do autoconhecimento e da aceitação, ela questiona a idealização do sucesso profissional como um padrão único e excludente, frequentemente imposto pelas redes sociais.

A experiência de Maria Harumi (A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal, 2022), como vice-presidente da Rede Mulher Florestal pode ser analisada como mais um empreendimento insurgente em um setor masculinizado. Sua atuação reflete um esforço para transformar um espaço historicamente excludente em um campo de oportunidades mais equitativas, promovendo visibilidade, acesso e condições de trabalho mais justas para mulheres. O projeto rompe com a lógica tradicional que privilegia vozes masculinas, promovendo uma estrutura de apoio horizontal que reúne profissionais de diversas origens, desde operárias até gestoras e acadêmicas, incluindo também os homens no debate. Desta forma, a rede desafia o monopólio masculino sobre as decisões estruturais, engajando-os como aliados na luta por igualdade.

A Rede Mulher Florestal, além de promover eventos e formações, também implementou ações concretas, como a produção de um Panorama de Gênero para o setor florestal, como ela explica abaixo:

No início, tinha apenas 3% de mulheres, e no próximo Panorama, só dando um spoiler, a gente conseguiu verificar um aumento de 13% para 22%. Então, essa inserção da mulher tem sido gradativa. Ela vem ocorrendo a passos lentos, mas é algo que a gente vem monitorando e apresentando esses dados para que as organizações tenham insumos e possam tomar as suas decisões também, de buscar essa diversidade.

Maria Harumi, *live* A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal, 2022.

O trabalho descrito evidencia um trabalho de base que vai além da retórica, propondo mudanças efetivas e mensuráveis no mercado de trabalho. Sob a perspectiva da

teoria de gênero, essa atuação alinha-se à ideia de que transformações estruturais são indispensáveis para dismantelar sistemas de poder que perpetuam a exclusão.

Em uma perspectiva de síntese, os debates promovidos neste capítulo reafirmam o papel central das mulheres como agentes de mudança no ambiente universitário. As *lives* organizadas, analisadas neste trabalho, demonstraram a força das plataformas digitais como ferramentas de resistência e de engajamento.

Os relatos sobre violência de gênero, microagressões e a sobrecarga enfrentada por mulheres na universidade são um lembrete de que a equidade não se constrói apenas no campo das ideias, mas exige políticas institucionais robustas e um engajamento contínuo na promoção da justiça social. As vozes das alunas, docentes e pesquisadoras da UFRRJ revelam não apenas os desafios enfrentados em um espaço marcado por desigualdades estruturais, mas também os conhecimentos produzidos a partir de suas resistências e lutas.

Segundo Harding (1986) e hooks (2017), as experiências das mulheres, especialmente em posições marginalizadas, oferecem uma visão crítica sobre as dinâmicas de poder que estruturam a ciência e as instituições acadêmicas. As iniciativas como o projeto Meninas do Radium e a Rede Mulher Florestal são exemplares nesse sentido: elas articulam as experiências vividas pelas mulheres na ciência para questionar e transformar as hierarquias que historicamente excluem suas contribuições. Essas ações insurgentes não são apenas práticas de resistência, mas também produzem novos saberes que desestabilizam as epistemologias dominantes.

Ao revisitar as histórias e contribuições femininas apagadas na ciência, como nas práticas pedagógicas de Viviane Morcelle, observa-se a aplicação concreta do *standpoint* feminista, que demanda uma ciência mais inclusiva e que parta de pontos de vista historicamente silenciados. Essas insurgências cotidianas reconfiguram a universidade como um espaço potencial de transformação, mostrando que o conhecimento produzido a partir da experiência das mulheres não apenas enriquece a ciência, mas também desestabiliza as estruturas que perpetuam desigualdades de gênero.

Assim, este capítulo reafirma que a luta por equidade de gênero e justiça social na universidade não é apenas uma demanda ética, mas uma necessidade epistemológica. As experiências analisadas demonstram que a transformação das estruturas acadêmicas requer a valorização das perspectivas femininas e a inclusão de suas vozes na produção

do saber. Ao aplicar o *framework* do *standpoint* de Harding, podemos compreender como as práticas insurgentes não apenas desafiam a exclusão estrutural, mas também criam as bases para uma ciência e uma universidade mais justas e democráticas.

Considerações Finais

Esta pesquisa analisou a condição feminina na universidade, a partir de uma perspectiva interseccional que articulou gênero, raça e classe social como elementos estruturantes da experiência acadêmica. Tendo a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como estudo de caso, a investigação observou não apenas as desigualdades que perpassam o espaço universitário, mas também as resistências e as estratégias de transformação que emergem a partir das vivências de mulheres no ensino superior.

A análise foi desenvolvida à luz de um recorte temporal de 12 anos (2012 a 2023), período marcado por avanços e retrocessos relacionados a atos, discursos e símbolos oriundos das diferentes perspectivas governamentais que se sucederam no Brasil. Ao considerar essa conjuntura política e institucional, o estudo procurou compreender como essas dinâmicas mais amplas impactaram as trajetórias acadêmicas e os processos de enfrentamento protagonizados por essas mulheres. A pesquisa se orientou por questões que buscaram compreender a presença e a atuação das mulheres na universidade, observando como as docentes estão distribuídas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a conformação de gênero e raça entre estudantes, professoras e pesquisadoras. Também foi foco de análise a posição ocupada pelas mulheres na produção do conhecimento científico, com especial atenção às ciências exatas, área historicamente marcada pela baixa participação feminina. Além disso, foram analisadas as formas pelas quais as mulheres se beneficiaram de políticas públicas recentes, ao mesmo tempo em que persistem constrangimentos de gênero no cotidiano acadêmico. Por fim, considerou-se as demandas e os temas que vêm sendo debatidos por docentes e alunas da UFRRJ no que diz respeito à relação entre mulheres e universidade.

A UFRRJ, chamada de Rural pela comunidade acadêmica, apresenta peculiaridades frente à outras universidades públicas brasileiras, especialmente no contexto de sua reconfiguração institucional com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), desenvolvido entre 2008 e 2012. A participação da universidade nessa iniciativa, que acabou por dobrar o tamanho da instituição, teve um impacto significativo na democratização do acesso ao ensino superior, especialmente para mulheres, pessoas negras e moradores de regiões

marginalizadas, historicamente com menos acesso à educação pública de qualidade e a oportunidades profissionais qualificadas, geralmente concentradas fora de seus territórios.

A localização da Rural⁴⁹, com *campi* em Seropédica e Nova Iguaçu, municípios da região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, desempenha um papel central na ampliação do acesso de populações periféricas. A expansão promovida pelo Reuni permitiu o aumento de vagas e a criação de novos cursos, contribuindo para a inclusão de mulheres e pessoas negras em áreas recorrentemente dominadas por uma presença majoritária de homens brancos, refletindo uma perspectiva pouco diversa na produção do conhecimento. Esse processo de expansão dialoga diretamente com os debates teóricos sobre interseccionalidade, que evidenciam como gênero, raça e classe operam de forma interligada na constituição de experiências de exclusão e inclusão nos espaços acadêmicos.

Entretanto, a expansão da universidade não foi apenas quantitativa. Ela trouxe à tona discussões importantes sobre gênero e a produção do conhecimento científico. Como apontado por teóricas como Londa Schiebinger (2008), Marcia Barbosa (2013), Alice Abreu (2021), Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1986 e 2007), a ciência é moldada por contextos históricos e culturais, que frequentemente reproduzem desigualdades de poder. Na Rural, iniciativas como rodas de conversa, debates e projetos de extensão liderados por mulheres têm desafiado essas estruturas, visando promover abordagens mais inclusivas e diversificadas na produção do conhecimento.

Há por parte destes “novos rostos femininos”, sejam professoras, técnicas ou alunas, uma percepção da universidade como espaço hostil. Não apenas por um ambiente misógino, mas pelos casos de violência simbólica e explícita que muitas enfrentam, desde violência física, assédio até a falta de políticas de acolhimento e proteção. Nesse sentido, o período analisado é marcado por diálogos que elaboram coletivamente este espaço, e que buscam ressignificá-lo como um ambiente de resistência, segurança e transformação. Essas discussões têm promovido novos entendimentos sobre o papel da universidade, não apenas como um local de produção de conhecimento, mas também como um território que precisa assegurar justiça, inclusão e respeito às diversidades de gênero, raça e classe.

⁴⁹ A UFRRJ conta com quatro *campi* no total: Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes.

A análise do perfil da Rural também revela os desafios associados à sua localização geográfica. Problemas como mobilidade urbana, infraestrutura limitada e questões de segurança impactam diretamente a permanência estudantil, especialmente para as mulheres, que enfrentam barreiras adicionais como estruturas físicas precárias e falta de suporte adequado. Essas dificuldades não se restringem ao espaço físico, mas se estendem ao campo simbólico das relações acadêmicas: em contextos de debates e trocas intelectuais, é comum que mulheres sejam colocadas em posições de subordinação, tendo suas reflexões interrompidas, desvalorizadas ou ignoradas, enquanto as vozes masculinas tendem a ser mais legitimadas e acolhidas.

Dialogando com autoras como Londa Schiebinger (2008), Evelyn Fox Keller (2006) e Donna Haraway (1995), este estudo parte da compreensão de que a ciência não é neutra, mas reflete as relações de poder e desigualdades de gênero presentes na sociedade. A UFRRJ, por sua localização periférica e seu papel social na democratização do acesso ao ensino superior, constitui-se como um espaço de tensões, mas também de possibilidades de enfrentamento e transformação dessas dinâmicas históricas.

No que tange à temática de gênero e produção do conhecimento, a Rural, com protagonismo de mulheres em sua comunidade acadêmica, tem desenvolvido iniciativas voltadas à valorização da presença feminina na ciência, como forma de tensionar a hegemonia histórica de uma produção do saber marcada por perspectivas masculinas e brancas. Mesmo representando mais da metade da população brasileira e das matrículas no ensino superior, as mulheres ainda são minoria em muitas áreas das ciências exatas e agrárias, tradicionalmente ocupadas majoritariamente por homens.

Esse movimento se articula com a compreensão das estruturas que sustentam as desigualdades de gênero, entre elas a divisão sexual do trabalho, que impacta diretamente as trajetórias acadêmicas das mulheres, frequentemente sobrecarregadas com responsabilidades domésticas e de cuidado. Ainda que nem todas as iniciativas desenvolvidas para questionar a baixa representatividade feminina tenham como foco promover uma reflexão crítica sobre estruturas arraigadas, especialmente a divisão sexual do trabalho, observa-se que, há um entendimento por parte das docentes e alunas ouvidas de que para ocupar e se manter em determinados espaços, as mulheres precisam superar múltiplos obstáculos, assumir mais tarefas e “comprovar” competência de forma constante, além de cuidar de sua vida privada, família, crianças, idosos e enfermos. Contudo, o entendimento do senso comum de que a sobrecarga é coisa de mulher que

escolhe trabalhar e ter uma carreira, reforça, por um lado, a narrativa do mérito individual e, por outro, sugere que a ciência está além do alcance das mulheres "comuns". Para alcançar posições de destaque na academia, seria necessário possuir qualidades que extrapolam aquelas geralmente atribuídas às mulheres. Para Stefanello (2013), essa representação contribui, para que muitas cientistas se distanciem dos debates sobre gênero e feminismo.

Essa distância, por vezes, pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência em ambientes marcados por estruturas hierárquicas e por uma cultura científica que valoriza a neutralidade e a objetividade, frequentemente à custa da invisibilização das desigualdades de gênero. Assim, ao evitarem se posicionar ou se associarem a pautas feministas, essas mulheres buscam preservar uma legitimidade profissional em um campo que ainda tende a desqualificar discursos que denunciam desigualdades como sendo "ideológicos". No entanto, essa neutralidade aparente pode reforçar a permanência das assimetrias e dificultar avanços rumo a uma ciência mais inclusiva e democrática.

Nesse contexto, é necessário destacar as políticas de redistribuição de oportunidades no ensino superior e na ciência, especialmente no que se refere aos avanços e limites das ações afirmativas no Brasil. Ancoradas nos estudos de gênero, campo científico consolidado no país desde a década de 1980, essas políticas buscaram reconhecer e enfrentar as desigualdades históricas que atravessam os processos de socialização de homens e mulheres. Como observa Bandeira (2014), trata-se de compreender gênero a partir de uma perspectiva relacional, que mostra como as relações entre os sexos são construídas social e culturalmente, com efeitos diretos sobre as trajetórias individuais e coletivas ao longo da vida. Nesse sentido, as ações afirmativas voltadas para a equidade de gênero não se limitam à inclusão de mulheres, mas propõem uma redistribuição de tarefas, papéis sociais e oportunidades no interior das instituições. A análise do período entre 2003 e 2018 revela conquistas significativas, como a ampliação do acesso de mulheres, especialmente negras, ao ensino superior e à pesquisa científica, mas também evidencia a fragilidade desses avanços diante de cortes orçamentários e retrocessos políticos. A persistência de desigualdades estruturais e culturais aponta, assim, para a necessidade de uma transformação mais profunda nas práticas institucionais, capaz de sustentar políticas duradouras de inclusão e justiça social.

No caso específico da Rural, ao analisar o contexto e os dados institucionais surge o retrato de uma universidade em transformação. A investigação revelou tanto as barreiras enfrentadas por mulheres em suas trajetórias acadêmicas quanto as formas de resistência que elas desenvolvem para superá-las. As experiências de docentes e alunas da UFRRJ ilustram como a universidade pode ser um espaço de inovação e justiça social, mas também um lugar onde desigualdades de gênero, raça e classe são reproduzidas.

A análise das *lives* que abordaram a temática “mulher e universidade” na plataforma YouTube no contexto da UFRRJ, realizadas durante o período pandêmico, evidencia como as mulheres ruralinas vêm articulando pequenas insurgências para tensionar as hierarquias acadêmicas e ampliar sua presença na ciência. Em mesas redondas virtuais, debates e práticas pedagógicas inovadoras, alunas e docentes deslocam as normas tradicionais da academia, apostando em uma ciência mais inclusiva e representativa. Tais movimentos sugerem que a transformação do espaço universitário não se restringe a reformas estruturais, mas também emerge de ações cotidianas na proposição da reconfiguração das relações de poder.

Essas observações são particularmente relevantes para esta pesquisa, pois evidenciam a importância da escuta das experiências e vozes de docentes, pesquisadoras e alunas, protagonistas das dinâmicas cotidianas nas instituições de ensino superior. Seus relatos não apenas revelam nuances das desigualdades vividas, mas também oferecem pistas valiosas para compreender as estruturas institucionais que as sustentam. Trata-se, portanto, de uma via potente para fomentar reflexões críticas e impulsionar mudanças estruturais que promovam o respeito à diversidade e a construção de uma academia mais equitativa em termos de gênero, raça e classe.

Diante desse cenário, a escuta das professoras e alunas por meio das *lives* se mostrou uma estratégia importante e inovadora no contexto desta pesquisa por diferentes motivos. Essa abordagem revelou-se particularmente instigante para discutir a temática das mulheres na universidade, possibilitando que diferentes perspectivas emergissem de forma reflexiva. Entendemos que a escolha do YouTube como campo de pesquisa representa, também, uma inovação metodológica ao explorar ferramentas digitais e redes sociais como espaços relevantes de divulgação científica. Essas plataformas conectam a pesquisa a um público mais amplo e propõem um diálogo mais aberto e plural sobre as dinâmicas de gênero no ambiente acadêmico, favorecendo a construção coletiva de conhecimento e o fortalecimento de pautas inclusivas.

Adicionalmente, a universidade se apresenta não apenas como lócus estratégico para o enfrentamento das desigualdades sociais, mas também como campo atravessado por contradições e tensões próprias da sociedade brasileira. Ao articular as experiências de mulheres na ciência e na universidade com os aportes do pensamento feminista e interseccional, a reflexão aqui proposta busca contribuir para a ampliação do debate sobre inclusão, equidade e justiça social no ensino superior. O desafio que se impõe é transformar essas elaborações críticas em práticas concretas, capazes de sustentar uma ciência e uma sociedade mais democráticas e plurais.

A reflexão sobre a necessária transformação da ciência exige uma análise crítica das dinâmicas de exclusão que persistem, ainda que de forma sutil, mesmo nos espaços institucionalmente voltados à inclusão. Tais mecanismos, muitas vezes naturalizados no cotidiano acadêmico, revelam como práticas excludentes podem se reproduzir mesmo em contextos que se propõem igualitários, exigindo, portanto, um olhar atento para as contradições e limitações das políticas inclusivas quando desvinculadas de mudanças estruturais e culturais mais profundas. Como apontam Bourdieu e Champagne (2007), intuições como a escola operam um tipo de exclusão dos incluídos ao manter, em seu interior, sujeitos formalmente aceitos, mas estruturalmente marginalizados. Essa lógica, baseada na reprodução das desigualdades sociais sob a aparência de neutralidade e mérito, se prolonga de forma concreta na universidade, como demonstram os dados desta pesquisa. Ainda que marcadas por políticas de inclusão e expansão do acesso, as instituições de ensino superior seguem reproduzindo mecanismos sutis e persistentes de distinção, que comprometem a permanência, a voz e o reconhecimento pleno de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados. É o reflexo de uma continuidade estrutural que exige ser enfrentada tanto no plano das políticas quanto no das práticas cotidianas. No caso das mulheres, especialmente as negras e de origem popular, isso se manifesta pela permanência em instituições de ensino que não reconhecem seus saberes, não dialogam com suas experiências e frequentemente naturalizam as desigualdades de gênero, raça e classe como desvantagens individuais.

Essa lógica excludente se perpetua por meio de currículos descontextualizados, práticas pedagógicas desiguais e uma cultura acadêmica pautada por valores masculinos e elitistas, que invisibilizam e deslegitimam outras formas de produzir e transmitir conhecimento. O ideal meritocrático, amplamente difundido nos espaços acadêmicos, reforça essa exclusão simbólica ao responsabilizar as mulheres e, de modo mais agudo,

as mulheres negras, por seu suposto “desinteresse” em determinadas áreas do conhecimento, como as ciências exatas e tecnológicas.

No contexto da UFRRJ, essas contradições se evidenciam de forma particular. A democratização do acesso promovida pela expansão institucional não garantiu, por si só, uma inclusão plena. O que se observa é a permanência de barreiras estruturais e simbólicas que produzem e reproduzem uma desigualdade de fundo: a presença física dessas mulheres nas universidades não significa, necessariamente, pertencimento simbólico, reconhecimento epistemológico ou equidade nas condições de permanência e êxito acadêmico. Elas estão incluídas, mas continuam sendo excluídas das redes de prestígio, do acesso equitativo aos recursos, das políticas efetivas de acolhimento e das epistemologias legitimadas no campo científico.

Nesse sentido, é preciso avançar para além da noção de inclusão como mera presença numérica. É necessário transformar as estruturas institucionais que mantêm a universidade como espaço de reprodução de privilégios. A crítica feminista e interseccional, ao iluminar essas dinâmicas de exclusão velada, revela que a permanência das desigualdades de gênero, raça e classe na ciência é menos um problema de ausência e mais um problema de silenciamento, de desvalorização e de invisibilização.

Portanto, ao reafirmar a universidade como locus de produção de justiça social, esta tese também reflete sobre os limites da inclusão formal e sobre a construção de um projeto institucional que confronte diretamente as formas simbólicas e materiais de exclusão. Em última instância, transformar a ciência exige também transformar os espaços e os modos como ela é produzida, o que inclui reconhecer os saberes marginais, dar voz às experiências historicamente silenciadas e romper com os paradigmas que sustentam a hierarquia epistêmica. Nesse processo, as mulheres, sobretudo aquelas que carregam em seus corpos múltiplas marcas de processos de marginalização, não são apenas vítimas da exclusão, mas protagonistas de práticas insurgentes que apontam para outras possibilidades de universidade, de ciência e de sociedade.

Em continuidade a essas reflexões, este trabalho aponta para a necessidade de construir uma ciência engajada com a justiça social e comprometida com a pluralidade de saberes. A crítica feminista, articulada às teorias de interseccionalidade e ao pensamento social crítico, mostra que não basta incluir mulheres ou grupos marginalizados nos espaços científicos, é preciso transformar os próprios processos de construção do

conhecimento, ampliando os horizontes do que se reconhece como ciência. Isso implica rever práticas institucionais, currículos, formas de avaliação e modos de produção de saber, promovendo uma ruptura com os paradigmas excludentes e hierarquizantes ainda vigentes. O questionamento das bases epistemológicas da ciência configura-se, ao mesmo tempo, como um gesto político e ético, capaz de desafiar hierarquias estabelecidas e ampliar as possibilidades de produção de conhecimento.

Em um país como o Brasil, com profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero, essa perspectiva crítica é urgente. Neste ponto do percurso, a análise evidencia que repensar a ciência a partir das margens não é apenas possível, mas necessário para a construção de uma universidade verdadeiramente democrática, sensível às diversidades e comprometida com a produção de conhecimento de impacto social. No contexto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, essa urgência se expressa de modo particular nas dinâmicas de gênero, que atravessam tanto os desafios de permanência quanto as disputas simbólicas nos espaços acadêmicos. Mais do que uma análise, esta tese afirma o compromisso com a transformação da ciência em um campo mais justo, plural e sintonizado com os desafios do presente.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alice. Desigualdades de Gênero na Ciência, conversa com Alice Abreu (UFRJ), Danusa Marques (UnB), Luciana Mello (UFRGS) e mediação de Mariana Chaguri (Unicamp/ANPOCS). ANPOCS Inova. 11 de fev. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/IPYiQgFOUV8> (Acesso em 11/02/2021).

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos estudos CEBRAP [online]. 2019, v. 38, n. 1, pp. 185-213. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. (Acesso em 04/09/2021).

ALVAREZ, Sonia & MATOS, Marlise. Apresentação. Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil. Vol. I: Feminismo estatal participativo brasileiro. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2018.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; CANO, Ignácio; VEIGA, Alinne. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. Gênero, Família e Trabalho no Brasil do Século XXI – mudanças e permanências. Gramma Editora: Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, Raissa & ADRIÃO, Karla. Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil de 1985 A 2016: Uma Análise Sobre Sujeitos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498697119_ARQUIVO_textocompleto-RaissaBarbosaAraujo.pdf (Acesso em 02/02/2021).

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: Cepal, SPM, 2004.

BARBOSA, Marcia, LIMA, Betina Stefanello, Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? In: Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações, Ed. Silvia Cristina Yannoulas, 2013.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. (Acesso em 03/04/2020).

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, n. 15, p. 47–77, dez. 1975. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1813>. (Acesso em 10/05/2023).

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 9, 2012.p.7-39.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018.

BIROLI, Flavia. Neoliberalismo, precarização e ideologia de gênero. In: Seminário Internacional "Democracia em colapso? Sesc São Paulo e Editora Boitempo, SP, 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=9J-ty18uM5s> (Acesso em 06/09/2021).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003&lng=en&nrm=iso. (Acesso em 12/07/2020).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Beatriz Cannabrava. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Tradução de Marisa Kehl. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 667-694.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres, Blog DADOS, 2020 [published 14 May 2020]. Available from: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/> Acesso em 19/09/2021).

CARVALHO, Layla Pedreira. *Feminismo de Estado: o papel dual da Secretaria de Política para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil*. Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, SP, março, 2014.

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9 n. 2. 2001. P 554-574. (Dossiê Gênero e Educação).

CASTRO, Celso & MONNERAT, Silvia. Por uma etnografia dos dados: a propósito de uma investigação sobre o perfil social dos militares brasileiros. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 91, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 2002, vol.10, n.1.

DOLCEMÁSCOLO, Agostina; Trabajar en plataformas de video: Formas de desarrollo y organización de la actividad de productores audiovisuales de YouTube en Argentina; Universidad Santo Tomás; Hallazgos; 19; 37; 1-2022; 1-33

FAVA, Gihana; PERNISA JÚNIOR, Carlos. Filtro bolha: como tecnologias digitais preditivas transformam a comunicação mediada por computador. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 275–294, set. 2017. DOI: 10.29146/eco-pos.v20i2.2277

FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EdUSP), 2010.

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In Ivete Ribeiro, Ana Clara T. Ribeiro (orgs). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo, Loyola, 1995.

FÓRUM GRITA BAIXADA. II Boletim Racismo e Violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Fórum Grita Baixada, nov. 2021.

FOX KELLER, Evelyn. Gender and science. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. (org.). *Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 187–213.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27), Julho-Dezembro de 2006: pp.13-34.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GÊNERO E NÚMERO & SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). Sem parar: o trabalho das mulheres na pandemia. Rio de Janeiro/São Paulo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. Buarque de Holanda, Heloísa (org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Ed. Bazar do tempo, 2019.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia de universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, v. 15, p. 117-132, 2008.

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 45, p. 367-399, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645232>. (Acesso em 13/04/2020).

GUEDES, Moema & CORDEIRO, Marina. Confinamento, desigualdade e trabalho: o cuidado como atributo feminino. In: RODRIGUES, Francisco; BITENCOURT, Silvana; ESTEVINHO, Telmo A. D. (Orgs) Sociologia por temáticas - tecendo diálogos em artesanias contemporâneas. Ed. Edufmt, 2020 (no prelo).

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

ESCURI, Giulia. “Nossos filhos têm mães”: a violência de Estado na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Tenha, 2022.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. Cadernos Pagu, n.17-18, p.9-79, 2002.

FIOCRUZ. Dois anos da declaração da pandemia de Covid-19. Instituto Oswaldo Cruz, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/en/noticias/dois-anos-da-declaracao-da-pandemia-de-covid-19> (Acesso em 04/05/2024).

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In Ivete Ribeiro, Ana Clara T. Ribeiro (orgs). Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo, Loyola, 1995.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? Cadernos Pagu (27), Julho-Dezembro de 2006: pp.13-34.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa ‘sociedade pós-socialista’. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163–168, jan./jun. 2007.

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/891>. (Acesso em 01/12/2024).

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. Em construção, n. 5, p. 143-162, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. Cadernos Pagu, (5), 7-41, 1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 2014.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, nº. 132, p. 595-609, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Jan-jun, 2018. Vol. 19 No. 1,7-17. DOI: <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7> (Acesso em 15/09/2024).

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HUNGER, Dagmar *et al.* O dilema extensão universitária. *Educação em Revista* [online]. 2014, v. 30, n. 3, pp. 335-354.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21147>. (Acesso em 09/2021).

KELLER, Evelyn F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* v. 27, p.13-34, julho-dezembro de 2006.

KERGOAT, Danièle, *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. *Novos Estudos*, n. 86, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

KOZINETS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

JESUS, Jordana Cristina de. *Trabalho doméstico não-remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. Tese (Doutorado)-CEDEPLAR/UFMG, jun. 2018.

JOAS, Hans e KNÖBL, Wolfgang. *Teorias Sociais Feministas*. In: *Teoria Social - Vinte Lições introdutórias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUNA, Naara. Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. *Revista Cultura y Religión*, 17, 1-29, 2023.

MACHADO, Cecília; NERI, Marcelo Côrtes; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. Educação, ciclo de vida e desigualdade de gênero no mercado formal brasileiro. FGV, 2017.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. A “Lei do Boi” como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). Dissertação – PPHR/UFRRJ, 2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSARANI, Luisa Medeiros; COSTA, Márcia Cristina Rocha; BROTAS, Antonio Marcos Pereira. A pandemia de COVID-19 no YouTube: ciência, entretenimento e negacionismo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 245-256, set./dez. 2020.

MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E. As CNPMs e a configuração do campo feminista: sidestreaming e mainstreaming através do “feminismo estatal participativo”. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E. (org.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil? Expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018. v. 2, p. 87–134.

MELO HERMES DE ARAÚJO, Hildete. Pereira de; & MORANDI, Lucilene. (2021). A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA. *Revista Trabalho Necessário*, 19(38), 105-125. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45884>. (Acesso em 02/03/2024).

MELO HERMES DE ARAÚJO, Hildete Pereira de; ANDRADE, Shirley Silveira; PINTO, Anna Carolina Cunha; CAVALCANTE, Dieric Guimarães. Entrevista com a professora Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo. *Confluências: Revista Interdisciplinar em Sociologia e Direito*, Niterói, v. 24, n. 2, p. 20–37, ago. 2022. DOI: 10.22409/conflu.v24i2.55470.

MENEZES FILHO, Naercio A.; OLIVEIRA, Alinson P. (2014), *Contribuição da Educação para a Queda na Desigualdade de Renda per Capita no Brasil*. São Paulo: Centro de políticas Públicas do INSPER, Policy Papers. n. 9, pp. 1-29.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, 2014.

MORAES, Maria Lygia. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MUSUMECI, Leonarda. Letalidade Policial e Pessoas Desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro, Segundo os Dados Oficiais (2006-2018). Boletim Segurança e Cidadania, Rio de Janeiro, n. 26, out. 2020.

MUZZOPAPPA, Eva & VILLALTA, Carla. Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. Revista Colombiana de Antropología, 47, 2011, 13-42.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NOGUEIRA, Tamis. Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. Cadernos de Gênero e Diversidade, Vol. 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; WELLE, Arthur & BATISTA, Israel Matos. Educação Superior Pública sob Ameaça. Caderno da Reforma Administrativa. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. FONACATE, DF, 2021.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, 2020.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, Aug. 2008.

OXFAM, Pesquisa Nós e as Desigualdades, 2017. <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2017/> (Acesso em 02/11/2024).

PARENT IN SCIENCE. Produtividade Acadêmica Durante a Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. Relatório de Pesquisa. https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true (Acesso em 24/09/2021).

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizonte antropológico. Vol.20, No.42, Porto Alegre, julho-dezembro, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). COVID-19 Dashboard. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. (Acesso em 12/05/2024).

RESENDE, Amanda. Nota de Política Econômica nº 51: O custo da maternidade no Brasil. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), FEA-USP, 2024.

REZNIK, Gabriela. Pertencimento, inclusão e interseccionalidade: vivências de jovens mulheres em projetos orientados por equidade de gênero na educação e na divulgação científica. Tese, UFRJ: Rio de Janeiro, 2022.

ROHDEN, Fabíola e CARRARA, Sérgio. O percurso da experiência gênero e diversidade na escola: pretensões, realizações e impasses. In: ROHDEN, Fabíola; ARAÚJO, Leila, BARRETO, Andreia (Orgs). Os desafios da transversalidade em uma experiência de formação online: curso Gênero e Diversidade na escola. Rio de Janeiro: CEPESC, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI H. & VARGAS, M. (Orgs.). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil Contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, nº 2, 2001.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, 30(2), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>. (Acesso em 14/11/2024).

SANTOS, Rayani Mariano dos; BIROLI, Flávia. Escola sem partido e o processo de desdemocratização no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 120, p. 247–286, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/87pNbFX4mB4k5vqVtJZp4rg/?lang=pt&format=pdf> (Acesso em 25 maio 2024).

SERRA, Mauricio; ROLIM, Cassio; BASTOS, Ana Paula. (org.). *Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, nº. 20(2), 1995.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru-SP, EDUSC, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, p.269-281.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573–594, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Tncsyc85TCBVCJWm7KHhT7J/?lang=pt> (Acesso em 10/05/2020).

SOUZA ALVES, Jose Claudio & MENDONÇA PINTO, Nalayne. Flows, crime dynamics and territorial disputes in the Baixada Fluminense: violence as an instrument forem territorial, political and economic ordering. *Delito Y Sociedad*, (54), 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14409/dys.2022.54.e0069> (Acesso em 04/11/2024).

SOUZA LIMA, Antônio Carlos & CASTRO, João Paulo. Notas para uma abordagem antropológica da(s) Política(s) Pública(s). *ANTHROPOLÓGICAS*, 26(2):17--54, 2015.

SOUZA, Renan Arjona de. O significado social da expansão do ensino superior para a Baixada Fluminense-RJ. Tese – PPGEduc/UFRRJ, Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.

STEFANELLO, Betina. Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, 2008.

TOSTE, Verônica. O lugar das diferenças: análise de grandes e pequenas empresas e categorias profissionais ajuda a explicar as desigualdades sociais. *Revista Quatro, Cinco Um*, jul, 2023 | Edição 72.

TREVISOL, Joviles Vitorio; BELLO, Joselha Cristina Dal; NIEROTKA, Rosileia Lucia. A lei de cotas e as mudanças no perfil dos ingressantes das universidades federais brasileiras. *Sér.-Estud., Campo Grande*, v. 28, n. 64, p. 155-184, et. 2023.

Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822023000300155&lng=pt&nrm=iso. (Acesso em 03/12/2024).

UNBEHAUM, Sandra & GAVA, Thais. Avaliação das Iniciativas do Edital Elas nas Exatas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

VELHO, Léa; PROCHAZKA, Maria Vivianna. No que o mundo da ciência difere dos outros mundos? *ComCiência*, n. 72, 2005. Disponível em: <https://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/09.shtml> (Acesso em 24/05/2024).

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de Políticas Públicas no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n.95, p. 407-428, mai./ago. 2006.

VILA, Luis. Abordagens micro e macro para o papel das universidades no desenvolvimento regional. In: SERRA, Mauricio; ROLIM, Cassio; BASTOS, Ana Paula. (org.). *Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

Anexos

Anexo 1 – Descrição das lives e participantes

Abaixo, segue a lista das *lives* analisadas na pesquisa, acompanhada de uma breve descrição das participantes, conforme se identificaram nos próprios eventos, além de prints das telas dos vídeos. As imagens reproduzidas nos anexos foram retiradas de vídeos públicos disponíveis no YouTube, produzidos e veiculados por grupos vinculados à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Todas as participantes aparecem em contextos institucionais e de divulgação científica. Os nomes e imagens foram mantidos apenas quando essenciais à análise e foram tratados com o devido cuidado ético, respeitando a identidade de gênero, a forma de apresentação pública e a dignidade das pessoas envolvidas.

- i. Gênero, diversidade e ações afirmativas na UFRRJ
<https://www.youtube.com/watch?v=a8SllwtHtjw>



O evento, realizado dia 23 de novembro de 2020, foi organizado pelo Laboratório de Gênero, Educação e Sexualidade (Legesex) coordenado pela Professora Joyce Alves⁵⁰, do curso de Pedagogia, do Instituto Multidisciplinar. A *live* fez parte da campanha da chapa 2 da UFRRJ para a eleição da gestão da universidade para o período de 2021-2025, da qual a professora Joyce era candidata a pró-reitora adjunta e foi eleita. O tema central é a discussão de gênero, diversidade e ações afirmativas.

As discussões da mesa virtual "Gênero, Diversidade e Ações Afirmativas na UFRRJ" revelam um esforço em abordar temas de inclusão, representatividade e violência de gênero, centrais nos estudos sobre gênero e universidade. O evento propõe uma discussão sobre a transformação das estruturas excludentes da universidade, mas também aponta desafios e limitações na efetiva implementação dessas políticas no ambiente acadêmico.

O evento trouxe discussões sobre violência de gênero e assédio, destacando a criação de uma política de acolhimento para vítimas e um código de conduta com diretrizes específicas, além da criação de uma Secretaria de Gênero e Diversidade para lidar com essas questões. Essas iniciativas vão ao encontro das demandas por um ambiente acadêmico mais seguro, reconhecendo a necessidade de proteger e apoiar mulheres e pessoas LGBTQIA+ em um espaço tradicionalmente marcado pelo machismo e por dinâmicas de poder assimétricas.

Participantes:

Joyce Alves

Coordenadora do Legesex – Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades, docente no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, participou como moderadora do evento, trazendo reflexões sobre a importância de políticas institucionais inclusivas e o papel da universidade na promoção de um ambiente seguro e acolhedor para minorias, especialmente LGBTQIA+.

⁵⁰ O vídeo encontra-se disponível em canal público sob o nome anteriormente utilizado pela professora. Contudo, neste trabalho, será utilizado exclusivamente seu nome atual, em respeito à sua identidade de gênero.

Fátima Costa

Professora do curso de Jornalismo da UFRRJ, com doutorado em Memória Social. Sua pesquisa aborda temas de assédio moral e sexual no ambiente acadêmico. Enfatizou a necessidade de acolhimento para vítimas de violência e relatou experiências pessoais de assédio em sua trajetória de pesquisa internacional, que evidenciam as barreiras enfrentadas pelas mulheres no meio acadêmico.

Rúbia Wegner

Doutora em Economia pela UFRRJ e coordenadora do curso de Ciências Econômicas da UFRRJ, contribuiu com propostas para a criação de uma Secretaria de Gênero e Diversidade na universidade, defendendo um ambiente de maior equidade e segurança para todas as pessoas, com foco especial em políticas de enfrentamento da violência de gênero.

Juliana Arruda

Então Pró-reitora adjunta de assuntos estudantis da UFRRJ, com doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Foi uma das responsáveis pela implementação da política de acolhimento a vítimas de violência na universidade. Em sua fala, destacou o longo processo de elaboração do código disciplinar e a importância de uma escuta ativa e de um ambiente seguro para alunas e funcionárias.

- ii. As Meninas do Radium: a periferia também faz ciência
<https://www.youtube.com/watch?v=Cg7iruDfvN4&t=8s>



A *live*, realizada dia 26 de novembro de 2020, teve como objetivo principal apresentar o projeto "As Meninas do Radium: A Periferia Também Faz Ciência" e abordou uma série de temas interligados aos estudos de gênero, representatividade racial, e inclusão no meio acadêmico-científico, com foco especial na participação de mulheres periféricas e negras em áreas como a física, historicamente marcadas por barreiras de acesso e permanência. As participantes salientaram a baixa representatividade de mulheres e, especialmente, de mulheres negras e periféricas nas ciências exatas, discutindo as estruturas institucionais e culturais que dificultam a equidade de gênero e raça na universidade.

Um dos principais temas apresentados foi a desigualdade de gênero e os desafios enfrentados por mulheres nas ciências exatas, incluindo o impacto do machismo e da violência simbólica no cotidiano acadêmico. Relatos das participantes revelam como esses fatores desmotivam a permanência de mulheres em carreiras científicas, contribuindo para o chamado "efeito tesoura", onde, à medida que avançam na carreira acadêmica, a presença feminina decresce drasticamente.

Outro eixo central foi a representatividade e a democratização da ciência para grupos periféricos, em que se destacou a importância de criar referências para jovens estudantes e de promover atividades de divulgação científica em contextos periféricos e escolas de comunidades vulneráveis, em uma proposta de contrapor o elitismo acadêmico, em um entendimento de que a ciência deve ser acessível e inclusiva.

A saúde mental das mulheres acadêmicas foi também abordada, considerando as pressões e os desgastes enfrentados pelas participantes em ambientes predominantemente masculinos e excludentes. O projeto “As Meninas do Radium” propõe criar um espaço seguro para que as participantes expressem suas experiências e dificuldades, oferecendo suporte emocional e ao mesmo tempo reforçando a necessidade de políticas universitárias que considerem o bem-estar psicológico.

O evento tratou ainda da interseccionalidade como uma perspectiva fundamental para compreender as relações de gênero e raça na academia, evidenciando como essas dimensões se cruzam, gerando desafios únicos para mulheres negras e periféricas. Essa abordagem revela que a exclusão dessas mulheres na academia e nos materiais de ensino é resultado de sistemas interligados de opressão que requerem ações afirmativas e políticas de inclusão mais amplas.

Por fim, o evento destacou o compromisso com a acessibilidade e a inclusão para mulheres com deficiências, apontando a necessidade de recursos e adaptações para garantir que o projeto alcance de forma efetiva todas as participantes interessadas. Em síntese, o evento “As Meninas do Radium” expôs a necessidade de repensar a estrutura universitária para promover uma ciência mais diversa, inclusiva e representativa, onde a pluralidade de experiências e perspectivas enriqueça a produção de conhecimento e o acesso ao ensino superior.

Participantes:

Viviane Morcelle

Professora adjunta no Departamento de Física da UFRRJ, com pós-doutorado em Física Nuclear. Coordena o projeto "Meninas do Radium", um laboratório de pesquisa e extensão focado em questões de gênero, combate ao racismo e direitos humanos.

Tainá Neves

Estudante de graduação em física na UFRRJ e bolsista do projeto, representa as estudantes que se identificam com o projeto "Meninas do Radium" e relata os desafios enfrentados por mulheres, principalmente as negras e periféricas, no ambiente acadêmico. Ela enfatiza a importância de representatividade e apoio para mulheres que, por muitas vezes, sentem que não pertencem ao meio científico.

Vanessa Cristina

Graduada em física e mestranda no programa de pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática na UFRRJ. Vanessa estava envolvida nas atividades de divulgação científica e no apoio a outras mulheres no projeto, discutindo temas como inclusão de mulheres periféricas e a importância de criar um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres na ciência.

Liliane

Especialista em saúde mental e violência contra a mulher, contribui para o projeto abordando a saúde mental das participantes e das mulheres periféricas envolvidas. Sua proposta é integrar o cuidado emocional às atividades do projeto, considerando o impacto psicológico do ambiente científico em mulheres que lidam com discriminação.

Juliana

Professora de Matemática, que, assim como as demais, enfrenta desafios no ambiente acadêmico e contribui para o projeto com sua visão da matemática, uma área também marcada por disparidades de gênero e étnicas.

Cecília

Graduanda em física na Universidade de Pernambuco, integra o projeto trazendo sua experiência como estudante de física e contribuindo para a construção de uma rede de apoio entre as participantes.

Karine

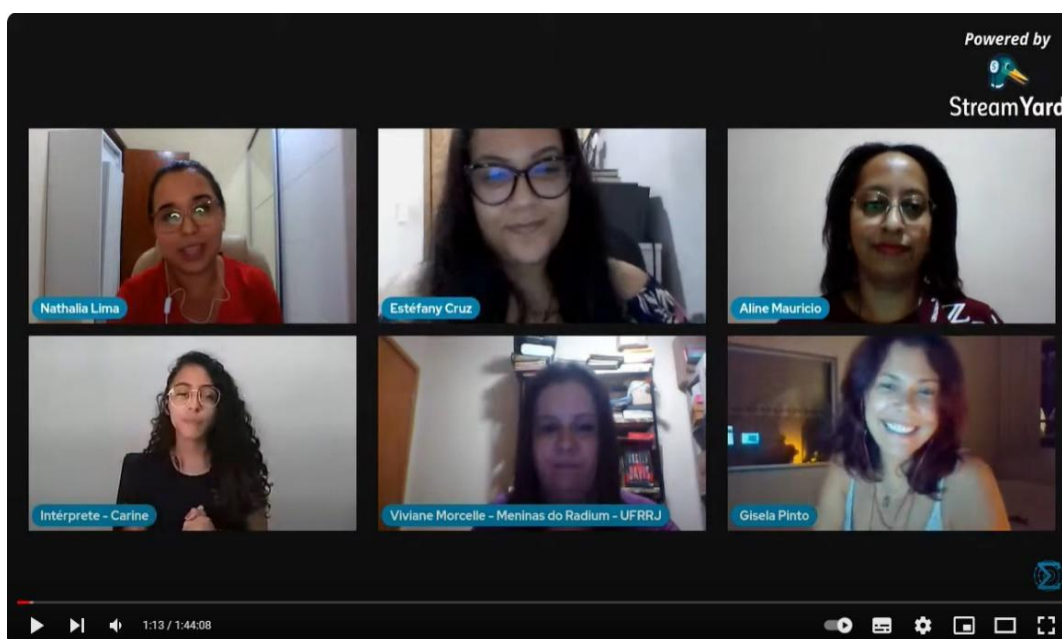
Estudante de pós-graduação em Ensino de Física, se dedica à pesquisa sobre a representatividade de mulheres e cientistas negras nos livros didáticos de física e ciências exatas, buscando uma reformulação no ensino que valorize a diversidade e inclusão.

Amanda Souza

Uma das mais novas integrantes do projeto, estudante em início de graduação, que demonstra o interesse crescente entre jovens mulheres de origem periférica em seguir carreira científica com o apoio do projeto.

iii. Cinemat - Os Desafios das Mulheres na Ciência

<https://www.youtube.com/watch?v=0Z6hcu3dxEI&t=1277s>



A mesa virtual "Cinemat - Os Desafios das Mulheres na Ciência", realizada dia 04 de junho de 2020 e promovida pelo Diretório Acadêmico de Matemática da UFRRJ, trouxe reflexões sobre os desafios enfrentados por mulheres, especialmente negras e periféricas, no campo científico, com base na análise do filme “Estrelas Além do Tempo”⁵¹. As discussões demonstraram a importância de visibilizar trajetórias femininas na ciência, ressaltando os obstáculos que as mulheres enfrentam em função da subalternidade feminina e do racismo estrutural.

Um dos pontos centrais do debate foi a questão da representatividade. Os estudos de gênero indicam que a falta de visibilidade das mulheres, particularmente das mulheres negras, em áreas científicas contribui para o sentimento de isolamento e para a

⁵¹ “Estrelas Além do Tempo” é um filme norte-americano de drama biográfico lançado em 2016, dirigido por Theodore Melfi, que narra a história baseada em fatos reais de três mulheres afro-americanas — Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson, cujas habilidades matemáticas foram cruciais para o sucesso das primeiras missões espaciais da NASA nos anos 1960. Ambientado durante a Guerra Fria, o filme destaca os desafios que essas mulheres enfrentaram devido à segregação racial e de gênero, enquanto contribuíam significativamente para a corrida espacial dos Estados Unidos. Com atuações de Taraji P. Henson, Octavia Spencer e Janelle Monáe, a obra recebeu aclamação da crítica e do público, sendo indicada a três categorias do Oscar, incluindo Melhor Filme.

https://www.adorocinema.com/filmes/filme-219070/?utm_source=chatgpt.com (Acesso em 09/05/2024).

perpetuação de um ambiente hostil, como salienta hooks (2017). A análise do filme, que retrata a luta de mulheres negras na NASA dos anos 60, trouxe à tona as barreiras ainda existentes no cenário científico atual, onde mulheres ainda são sub-representadas em cargos de liderança e em publicações de alto impacto. Mais um ponto destacado foi a presença de mulheres em posições de influência na ciência, que ainda é limitada, algo que gera uma "fuga de cérebros femininos", um fenômeno em que mulheres deixam o campo científico devido ao ambiente hostil e à falta de oportunidades. Esse processo é refletido nos estudos sobre o "efeito tesoura", que descreve a queda no número de mulheres à medida que avançam na carreira acadêmica, especialmente nas ciências exatas e engenharias.

Outro aspecto relevante abordado foi o impacto do racismo estrutural na trajetória das mulheres negras na ciência. A exclusão e a invisibilização dessas mulheres são produtos de uma sociedade que, como os estudos apontam, minimiza ou ignora as contribuições científicas de pessoas não-brancas. A reflexão sobre o contexto do filme, que ocorre durante a segregação racial nos Estados Unidos da América, destacou como o racismo e a discriminação limitam oportunidades para cientistas negras, uma realidade que embora tenha avançado em inclusão, ainda é persistente no Brasil. Ao abordar suas próprias experiências de discriminação e exclusão, as participantes reforçaram que o ambiente acadêmico-científico é marcado por preconceitos, que limitam o acesso e o reconhecimento das mulheres negras. Essa invisibilidade histórica é evidenciada pela falta de referências a mulheres negras nos currículos e nas narrativas científicas tradicionais, o que dificulta a construção de um legado e uma rede de apoio para cientistas negras.

A discussão sobre classe e origem periférica também foi levantada no evento. As participantes compartilharam experiências pessoais que ilustram as dificuldades enfrentadas por mulheres de classes pobres e de regiões precarizadas. Como apontam os estudos de gênero e classe, a academia, especialmente nas áreas de ciências exatas, continua a ser um espaço elitizado, onde os recursos para pesquisa e as oportunidades de carreira muitas vezes são mais acessíveis a pessoas de classes sociais mais altas.

A construção de políticas institucionais que reconheçam e abordem as desigualdades de gênero, raça e classe é fundamental para que esses espaços acadêmicos não só acolham a diversidade, mas também promovam equidade na distribuição e no acesso aos bens e aos direitos individuais e coletivos. Se, para Hill Collins (2019:19), a

esperança é que mais pessoas, antes e ainda hoje silenciadas, encontrem a própria voz, os espaços acadêmicos têm um papel importante nesse processo. A participação das mulheres na organização e no compartilhamento de experiências em eventos acadêmicos, sua presença crescente nas ciências e os avanços na democratização do acesso e permanência na ciência brasileira são indicadores de mudanças significativas, embora ainda insuficientes, que exigem apoio contínuo e políticas inclusivas.

Importante registrar que a mesa redonda de uma hora e quarenta e quatro minutos de duração contou com duas mulheres, intérpretes de libras, Carine e Quelia, que se revezaram durante todo o vídeo.

Participantes:

Viviane Morcelle

Professora do Departamento de Física da UFRRJ, coordenadora do grupo de pesquisa "Meninas do Radium: A Periferia Também Faz Ciência". Em sua fala, destacou as dificuldades de mulheres periféricas e negras na ciência e como essas barreiras são acentuadas pela falta de recursos e pelo preconceito racial e de gênero. Ela também compartilhou sua trajetória pessoal e o desafio de se afirmar como mulher na física, enfrentando o preconceito e a invisibilização acadêmica.

Aline Mauricio

Docente e pesquisadora do Departamento de Matemática da UFRRJ, discutiu as pressões enfrentadas por mulheres sobre a questão da maternidade, além das expectativas de produtividade acadêmica. Abordou o impacto das responsabilidades familiares e como isso afeta a trajetória profissional de mulheres no meio científico, muitas vezes vistas como menos comprometidas ou produtivas.

Gisela Pinto

Professora do Departamento de Matemática da UFRRJ, com longa trajetória na academia, trouxe reflexões sobre a segregação de gêneros desde a infância, ilustrando como os estereótipos de gênero influenciam as escolhas acadêmicas e profissionais. Ela enfatizou que esses estereótipos impactam desde a escolha dos brinquedos até a entrada nas áreas científicas e discutiu as dificuldades enfrentadas por mulheres para conciliar vida acadêmica e familiar.

Estéfany Cruz

Mestranda em estudos literários, compartilhou sua perspectiva como única representante das ciências humanas no evento, refletindo sobre a importância do feminismo interseccional para incluir as lutas de mulheres negras e periféricas. Inspirada por intelectuais como Angela Davis, ressaltou a importância da inclusão de mulheres negras na ciência e a necessidade de amplificar essas vozes para fortalecer a luta feminista e a diversidade acadêmica.

Nathalia Lima e Isabeli Lopes

Alunas do curso de Matemática da UFRRJ, mediadoras.

iv. Mulheres matemáticas e os desafios do mundo científico e acadêmico

<https://www.youtube.com/watch?v=062wFR1OLXY>



O evento "Roda de Conversa: Mulheres na Matemática e os Desafios do Mundo Científico e Acadêmico", aconteceu no dia 14 de setembro de 2021, já no segundo ano da pandemia. Também foi organizado pelo Diretório de Matemática da UFRRJ e abordou os desafios que mulheres, especialmente aquelas mais marginalizadas, enfrentam no campo da ciência, notadamente na matemática. Ao abordar as experiências pessoais e profissionais das participantes, a discussão trouxe à tona temas centrais nos estudos de gênero, diversidade e interseccionalidade, com foco na invisibilização de mulheres, no impacto da subalternidade feminina e do racismo, e nas consequências das divisões de gênero que persistem em espaços acadêmicos.

As participantes levantaram questões sobre como as mulheres, particularmente as negras e periféricas, são frequentemente submetidas a um processo de exclusão sutil e estrutural, que desvaloriza e desencoraja a participação feminina, forçando as mulheres a lidarem com estigmas, microagressões e uma carga emocional desproporcional. A discussão abordou esses fenômenos, evidenciando a luta das participantes contra um sistema acadêmico que ainda as percebe como "outsiders" ou exceções em um campo majoritariamente masculino.

Outro ponto discutido foi o impacto da maternidade e da divisão sexual do trabalho na progressão acadêmica das mulheres. As participantes relataram as

dificuldades de conciliar as demandas da vida acadêmica com a maternidade, um desafio que as coloca em desvantagem em relação aos homens, que raramente precisam lidar com a mesma pressão para conciliar família e carreira. O evento ressaltou que a academia, com seus requisitos de produtividade e prazos rigorosos, não oferece a flexibilidade necessária para que as mulheres que são mães progridam de maneira justa, o que se reflete na chamada "fuga de cérebros femininos", a desistência de mulheres em avançar em carreiras científicas por conta das exigências desproporcionais.

Com relação ao racismo estrutural, as discussões durante a roda de conversa enfatizaram como as mulheres negras enfrentam barreiras adicionais em um sistema acadêmico que não reconhece plenamente sua capacidade.

A *live* "Roda de Conversa: Mulheres na Matemática e os Desafios do Mundo Científico e Acadêmico" evidenciou que a inclusão das mulheres no ambiente acadêmico vai além do simples reconhecimento de suas dificuldades, mas demanda uma ação institucional concreta, direcionada e sustentada para criar um ambiente científico e acadêmico que não apenas acolha, mas verdadeiramente valorize e promova a diversidade em suas múltiplas dimensões.

Participantes:

Lorrayne Ferreira

Mestranda na UFRRJ, destacou sua trajetória desde a graduação em Matemática e as pesquisas que realiza sobre a representatividade feminina e as barreiras enfrentadas por mulheres na matemática. Ela enfatizou a importância de trazer a perspectiva histórica para entender os desafios das mulheres na ciência, com um foco especial nas mulheres negras.

Jéssica Luna

Professora da rede pública de ensino e doutoranda na UFRJ, discute a construção histórica da figura da professora de matemática no Brasil. Em sua fala, ela explora o apagamento das mulheres na história da matemática e como os feminismos plurais podem ajudar a entender as barreiras estruturais que impedem o avanço das mulheres nas ciências exatas.

Eulina Coutinho

Mediadora do evento e professora da UFRRJ, enfatizou a relevância de discutir as questões de gênero e ciência, especialmente em campos como a matemática. Sua mediação ajudou a conduzir a conversa para temas centrais sobre as interseções de gênero e ciência.

v. Mulheres nas Ciências Florestais - LMBH UFRRJ

<https://www.youtube.com/watch?v=hXJeUphJRrY>



O evento "Roda de Conversa: Mulheres nas Ciências Florestais - LMBH UFRRJ", realizado dia 13 de julho de 2021, faz parte de uma série de vídeos de entrevistas com mulheres, profissionais e acadêmicas que atuam na área em diferentes instituições. Esta ação foi organizada pelo projeto de Extensão Mulheres nas Ciências Florestais, coordenado pela Professora Claudia Moster, que objetiva levantar dados estatísticos e informações acerca das histórias e do contexto profissional das engenheiras florestais pioneiras do Brasil⁵².

O evento em questão abordou temas que refletem os desafios enfrentados por mulheres na área de ciências florestais, com foco nas experiências de vida e profissionais das participantes. Foram discutidos assuntos como o sexismo estrutural, a representatividade feminina, e a invisibilização das mulheres no campo acadêmico-científico, especialmente nas engenharias e ciências florestais. As participantes trouxeram

⁵² <https://institucional.ufrrj.br/nidflor/mulheres-nas-ciencias-florestais/> (Acesso em 28/03/2024).

reflexões sobre a disparidade de gênero e a falta de figuras femininas em cargos de liderança, além do impacto da maternidade e da divisão desigual do trabalho familiar.

As experiências das professoras destacaram o quanto a subalternidade feminina e impacta suas trajetórias, revelando que a falta de apoio institucional e de políticas de inclusão limita o crescimento e a permanência de mulheres no ambiente acadêmico.

Em resumo, o evento "Roda de Conversa: Mulheres nas Ciências Florestais - LMBH UFRRJ", em uma hora de duração, ofereceu uma visão necessária dos desafios enfrentados por mulheres na ciência, especialmente em áreas dominadas pela masculinidade branca, como as ciências florestais.

Participantes, todas docentes do Instituto de Florestas da UFRRJ:

Cláudia Moster

Responsável por conduzir a roda de conversa, trouxe dados importantes sobre a disparidade de gênero nos cursos de Engenharia Florestal, destacando a sub-representação feminina tanto no corpo docente quanto em posições de liderança acadêmica. Iniciou a discussão ressaltando a necessidade de políticas institucionais para ampliar a representatividade feminina na ciência.

Natália Dias

Compartilhou sua experiência como docente em ciências florestais, discutindo o impacto do sexismo e da falta de apoio institucional para mulheres, especialmente para aquelas que também são mães. Ela enfatizou como as responsabilidades familiares, frequentemente vistas como papel das mulheres, afetam a progressão de suas carreiras acadêmicas.

Natane Amaral

Discutiu os obstáculos enfrentados por mulheres para alcançar cargos de liderança nas ciências florestais, mencionando o machismo estrutural e a invisibilidade das mulheres nesse campo. Ela destacou a importância de incentivar novas gerações a desafiar essas barreiras e a ocuparem esses espaços com segurança e apoio.

Vanessa Basso

Compartilhou as dificuldades que enfrentou em sua trajetória acadêmica e profissional, abordando como o ambiente de ciências exatas e florestais, dominado por homens, influencia a percepção de competência das mulheres. Ela discutiu a necessidade de políticas de igualdade de gênero e ações afirmativas na universidade para apoiar a carreira acadêmica de mulheres nas ciências.

vi. A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal

<https://www.youtube.com/watch?v=YYn8HmKAFg4&t=4801s>



A roda de conversa desenvolvida no âmbito da XX Semana Acadêmica de Engenharia Florestal, foi centrada no tema "A mulher nos grandes setores da Engenharia Florestal", também expõe aspectos críticos da participação das mulheres no campo das ciências naturais e em espaços de trabalho marcadamente masculinos. Transmitida ao vivo no dia 6 de outubro de 2021, as experiências narradas pelas participantes revelam, em grande medida, a persistência de barreiras estruturais de gênero e com foco em raça, que limitam o avanço das mulheres, sobretudo das mulheres negras, em setores tradicionalmente masculinos, conforme ratificado pela participante Ana Gabriela (única negra na mesa e que tratou do assunto, elaborando sua relação com a família e o combate ao preconceito).

As narrativas das participantes também refletem que a presença feminina na Engenharia Florestal, assim como em outros campos das ciências exatas e naturais, é marcada por desafios que vão desde a subestimação de competências até o enfrentamento de ambientes hostis, permeados por preconceitos explícitos e implícitos. Essa realidade é reforçada, segundo Hirata e Kergoat (2007), pela divisão sexual do trabalho, onde posições de liderança e responsabilidade técnica são historicamente ocupadas por homens, enquanto as mulheres enfrentam a pressão de provar constantemente sua competência e legitimidade profissional. A percepção da professora Amanda, ao relatar

o desencorajamento de um professor por conta de seu estilo e aparência (branca e com cabelos loiros), ilustra o quanto essas barreiras são também expressões de uma cultura que define padrões normativos de aparência e comportamento esperados das mulheres no ambiente profissional. Esse tipo de experiência remete à teoria das normas de gênero e reforça a ideia de que a valorização das contribuições profissionais das mulheres ainda é filtrada por estereótipos de gênero, que por vezes as silencia ou desencoraja.

As narrativas das participantes revelam as complexidades e nuances das desigualdades de gênero e raça na Engenharia Florestal, expondo tanto as conquistas quanto as limitações enfrentadas pelas mulheres. A análise das experiências compartilhadas ressalta a necessidade de uma abordagem interseccional e integrativa, que valorize a diversidade e combata os silenciamentos.

Participantes:

Cláudia Moster

Coordenadora do projeto “Mulheres nas Ciências Florestais”, traz uma visão sobre a importância de iniciativas que promovam a visibilidade feminina no setor florestal, visando o reconhecimento e a valorização de mulheres em diferentes estágios da carreira.

Amanda Nodari

Engenheira florestal formada pela UFPR, destaca sua experiência com o perfil no Instagram "Um Minuto Florestal", onde oferece conteúdos sobre carreira e processos seletivos. Seu objetivo é empoderar mulheres no setor, promovendo discussões sobre temas como a síndrome da impostora e a comparação no ambiente profissional.

Ana Gabriela Oliveira

Engenheira florestal, trabalha no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e possui experiência na gestão de unidades de conservação. Gabriela menciona o contato precoce com áreas verdes e parques, como o Parque Nacional da Tijuca, que influenciou sua escolha profissional. Como mulher negra, ressalta a importância de representatividade e referências de mulheres negras em posições de liderança.

Fátima Piña Rodrigues

Formada pela UFRRJ, com doutorado em Biologia, foi uma das responsáveis pela criação do curso de Engenharia Florestal na UFSCAR. Ela discute os desafios e

conquistas da sua trajetória, destacando a importância da formação de engenheiros com uma visão integrada de conservação e produção sustentável.

Maria Harumi

Vice-presidente da Rede Mulher Florestal e gerente de sustentabilidade, Maria compartilha suas experiências em posições de liderança e o processo de criação da Rede Mulher Florestal. Motivada pela baixa presença feminina na área da Engenharia Florestal, busca promover a inclusão de mulheres no setor, especialmente em cargos gerenciais e operacionais.

- vii. Docência negra da UFRRJ: rotas e insurgências
<https://www.youtube.com/watch?v=3eMv71EcOMI>



A *live* "Docência Negra na UFRRJ: Rotas e Insurgências", realizada em 24 de novembro de 2021, transmitida pelo canal da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes/UFRRJ), explora as vivências e os desafios enfrentados por docentes negras na universidade, abordando questões de representatividade, racismo e a busca pela construção de espaços de visibilidade e resistência dentro da academia. Durante a roda de conversa, temas como a invisibilidade de docentes negras, o impacto da formação histórica colonial e as dificuldades impostas por um sistema educacional que frequentemente silencia as vozes negras emergem como premissas centrais. Além disso,

o encontro é marcado pela valorização de trajetórias pessoais e profissionais das professoras, que compartilham suas lutas e conquistas.

As experiências narradas pelas participantes, como as de superação no contexto de ensino e as dificuldades estruturais enfrentadas na academia, revelam um percurso de resistência. Por exemplo, a professora homenageada pelo evento, Caetana Damasceno, que ingressou na academia em um contexto de marginalização, detalha sua trajetória em ambientes predominantemente brancos e masculinos, discutindo como foi fundamental estabelecer estratégias de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. O relato de desafios pessoais e profissionais destaca o impacto do racismo estrutural na formação acadêmica e pessoal dessas docentes, ilustrando a premissa de que a academia carece de uma representatividade racial mais significativa.

Em uma análise crítica, as narrativas das docentes presentes no evento revelam os efeitos da interseccionalidade de raça, gênero e classe na academia. Conforme estudos de Crenshaw (1989) e Hill Collins (2000), a experiência da mulher negra na educação é marcada por múltiplas camadas de opressão que interagem e se entrelaçam, dificultando o acesso e a permanência em ambientes acadêmicos elitizados. Os relatos expõem como os processos de exclusão se reproduzem por meio da falta de representação e apoio institucional, especialmente para aquelas que são as primeiras ou únicas em seus departamentos.

A *live* mostra a importância de espaços de visibilidade e resistência como o evento "Docência Negra na UFRRJ: Rotas e Insurgências", que propõe a discussão da invisibilidade das mulheres negras na academia e reforça a urgência de políticas institucionais comprometidas com a equidade racial e de gênero. Essas vozes são fundamentais para reimaginar uma universidade mais inclusiva e comprometida com a diversidade e a justiça social, superando os limites de uma academia ainda marcada por profundas desigualdades estruturais.

Participantes:

Caetana Damasceno

Professora aposentada, atuou no Núcleo de Estudos de Política e História Social da UFRRJ, como referência histórica para muitos docentes e estudantes, compartilha sua trajetória na academia e a importância de sua luta por representatividade e equidade racial.

Reflete sobre as barreiras de ser uma das primeiras professoras negras da instituição e as estratégias de resistência desenvolvidas ao longo de sua carreira.

Fernanda Felisberto

Docente do Departamento de Letras da UFRRJ, destaca o impacto das trajetórias de professores negros no combate à discriminação racial e valoriza a troca de experiências entre docentes e estudantes como uma forma de transformação e resistência.

Geni Ferreira Guimarães

Coordenadora do evento, é uma das docentes negras que reflete sobre as dificuldades da docência e os desafios da invisibilidade negra no ambiente universitário. Ela destaca a importância de dar visibilidade aos docentes negros da universidade e valorizar suas trajetórias e produções intelectuais.

Luiz Fernandes

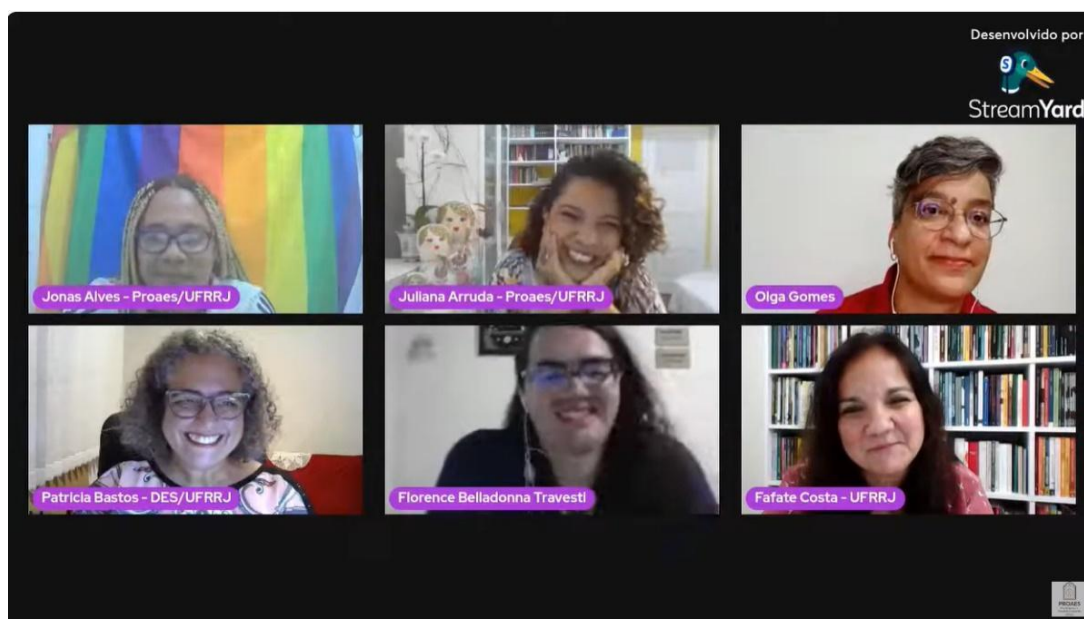
Docente na UFRRJ, enfatiza a importância das conexões entre trajetórias pessoais e profissionais dos docentes negros e como suas experiências de vida moldam o entendimento da educação e das desigualdades raciais.

Luena Pereira

Docente na UFRRJ, ressalta a importância de se fortalecer uma rede de apoio e de criar uma pedagogia antirracista, defendendo que a luta contra o racismo na universidade deve ser coletiva e contínua.

viii. Violência de gênero na universidade: interseccionalidades, vivências e propostas de luta

<https://www.youtube.com/watch?v=wuuZm4juxvU>



O evento virtual "Violência de Gênero na Universidade: Interseccionalidades, Vivências e Propostas de Luta", realizada no dia 26 de novembro de 2021, aborda uma discussão focada nos desafios da violência de gênero dentro do ambiente universitário, enfatizando as experiências de mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+. Entre os temas centrais, estão as vivências de assédio, as barreiras enfrentadas pelas mães estudantes, a discriminação contra professoras e estudantes travestis e as políticas institucionais para inclusão e combate à violência.

O relato da professora Olga, por exemplo, ilustra a pressão para equilibrar as demandas acadêmicas com o desejo de maternidade, enfrentando preconceitos sobre a compatibilidade entre ciência e família. Já Florence, uma estudante travesti, compartilha a experiência de exclusão e violência simbólica, destacando a marginalização e o preconceito que vivencia na universidade e na sociedade. Outros relatos incluem as dificuldades enfrentadas pelas mães para acesso a estruturas adequadas para os filhos, como creches e alojamentos, e a resistência em legitimar suas presenças e necessidades no ambiente acadêmico.

Florence também relata o silenciamento acadêmico e a falta de representatividade, enfatizando que travestis e pessoas trans raramente ocupam esses espaços, ilustrando a ausência de políticas e programas inclusivos que poderiam mudar essa realidade. Este tipo de exclusão epistêmica e social faz eco a bell hooks (2017), que discute como a academia pode ser um espaço hostil e limitante para minorias, dificultando o acesso e a permanência dessas pessoas.

Além disso, o relato das professoras mães revela um silenciamento das instituições universitárias sobre as necessidades de infraestrutura e apoio a mulheres com filhos, reforçando um ambiente de trabalho incompatível com a maternidade. A discussão sobre maternidade e carreira, como exposta pela professora Olga, reflete um ponto recorrente na literatura feminista, que argumenta que mulheres são frequentemente obrigadas a escolher entre a carreira e a família, devido a uma estrutura de trabalho que não considera as particularidades de gênero. Essa realidade é ainda mais agravada para mulheres negras e LGBTQIA+, que enfrentam camadas adicionais de exclusão e violência institucional.

Participantes:

Fatima Costa

Docente do curso de jornalismo, é pesquisadora em violência contra a mulher e assédio nas universidades. Ela enfatiza a necessidade de construir uma política institucional de diversidade e inclusão na UFRJ e reflete sobre o papel da universidade em romper com estruturas patriarcais e excludentes.

Joyce Alves

Docente e pró-reitora adjunta de assuntos estudantis, trabalha com estudos de corpo, gênero e sexualidade. Colabora com a coordenação do evento e destaca a importância de transformar a cultura universitária, defendendo uma universidade que seja espaço de acolhimento e segurança para todos os estudantes.

Patrícia Bastos

Vice-presidenta da Associação dos Docentes da UFRJ, compartilha sua trajetória de vida e carreira, abordando o desafio de conciliar carreira acadêmica e maternidade, além das violências de gênero que enfrentou como mulher em posições de liderança acadêmica.

Olga Gomes

Docente de Gestão Ambiental, aborda as dificuldades e violências enfrentadas pelas mulheres na academia, especialmente relacionadas à maternidade, fala sobre o impacto das escolhas pessoais e profissionais na vida das mulheres e a necessidade de redes de apoio.

Florence Belladonna Travesti

Estudante travesti e mestranda, reflete sobre a violência estrutural e a transfobia na universidade. Ela compartilha a experiência de ser uma das poucas travestis no ambiente acadêmico, destacando os desafios da permanência e a importância de representatividade.

Juliana Arruda

Pró-reitora de assuntos estudantis, fala sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes mães na universidade, destacando as políticas de permanência para mães e crianças e a luta por espaços de acolhimento e respeito na instituição.

ix. Mulheres na ciência: conquistas e desafios

<https://www.youtube.com/watch?v=da9ZnOMEBWQ>



A aula inaugural da pós-graduação da UFRRJ, "Mulheres na Ciência: Conquistas e Desafios", transmitido ao vivo no dia 14 de março de 2022, já em um momento pós-pandemia, aborda temas críticos sobre a presença feminina no ambiente acadêmico e científico. Tendo como convidada a professora Marcia Barbosa, da UFRGS, o debate explora as barreiras estruturais que dificultam a ascensão de mulheres, especialmente em áreas científicas e tecnológicas. A discussão destaca a discrepância de gênero em cargos de liderança, o preconceito implícito e explícito contra mulheres nas ciências exatas, e a carga desproporcional de tarefas domésticas que recai sobre as mulheres, afetando suas oportunidades profissionais.

A *live* tem início com a professora Lucia dos Anjos, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação fazendo sua auto apresentação, e se descrevendo com uma mulher branca de quase 65 anos, cabelos grisalhos, altura mediana, usando uma blusa em tons de cinza e azul escuro, e como fundo, parte de uma estante de livros na estante de casa. De todas as lives analisadas, esta é a primeira com esse dispositivo de acessibilidade, a apresentação de si para aqueles que não podem ver. Esse fato parece denotar uma relação mais próxima com as possibilidades tecnológicas, incrementadas a partir do advento isolamento social durante a pandemia, que estimulou práticas inclusivas, como a autodescrição, em eventos online para promover maior acessibilidade e inclusão.

A professora Marcia Barbosa compartilhou evidências, como estudos sobre a sub-representação feminina na ciência e dados sobre o impacto positivo da diversidade em inovação e eficiência. Sua análise enfoca o mito da "ciência neutra", ressaltando que essa abordagem ignora as necessidades e contribuições das mulheres e de outros grupos marginalizados. A ausência de equidade de gênero é visível desde a graduação até os altos cargos acadêmicos e administrativos, sendo exacerbada para mulheres negras, que enfrentam camadas adicionais de discriminação.

A partir de uma perspectiva interseccional, este debate também mostra como a academia brasileira, embora avançada em algumas áreas, ainda reflete uma cultura patriarcal, elitista e racista.

O evento abordou as limitações das políticas de igualdade de gênero que não consideram medidas compensatórias para as diferenças nas trajetórias de vida das mulheres. A professora Marcia destacou a importância da licença-maternidade e da adaptação de programas acadêmicos para acomodar a maternidade e outras responsabilidades de cuidado, ilustrando a necessidade de uma ciência que reconheça a intersecção entre vida pessoal e profissional das mulheres, alinhando-se a autoras como Sandra Harding (1986), que defendem uma ciência feminista que leve em consideração as experiências e perspectivas das mulheres.

Participantes:

Marcia Barbosa

Física e professora da UFRGS, é reconhecida por suas contribuições à ciência e seu ativismo em favor da inclusão feminina nas ciências exatas. Durante o evento, Marcia

compartilhou dados sobre a sub-representação de mulheres, o impacto da diversidade na inovação e a importância de medidas compensatórias para tornar a academia mais inclusiva.

Lúcia dos Anjos

Pró-reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-graduação da UFRRJ, refletiu sobre a pouca quantidade de mulheres na liderança acadêmica ao longo da história da UFRRJ. Ela destacou a importância de uma perspectiva de gênero nas políticas universitárias e enfatizou a necessidade de fortalecer espaços para mulheres em cargos de gestão e pesquisa.

Moema Guedes

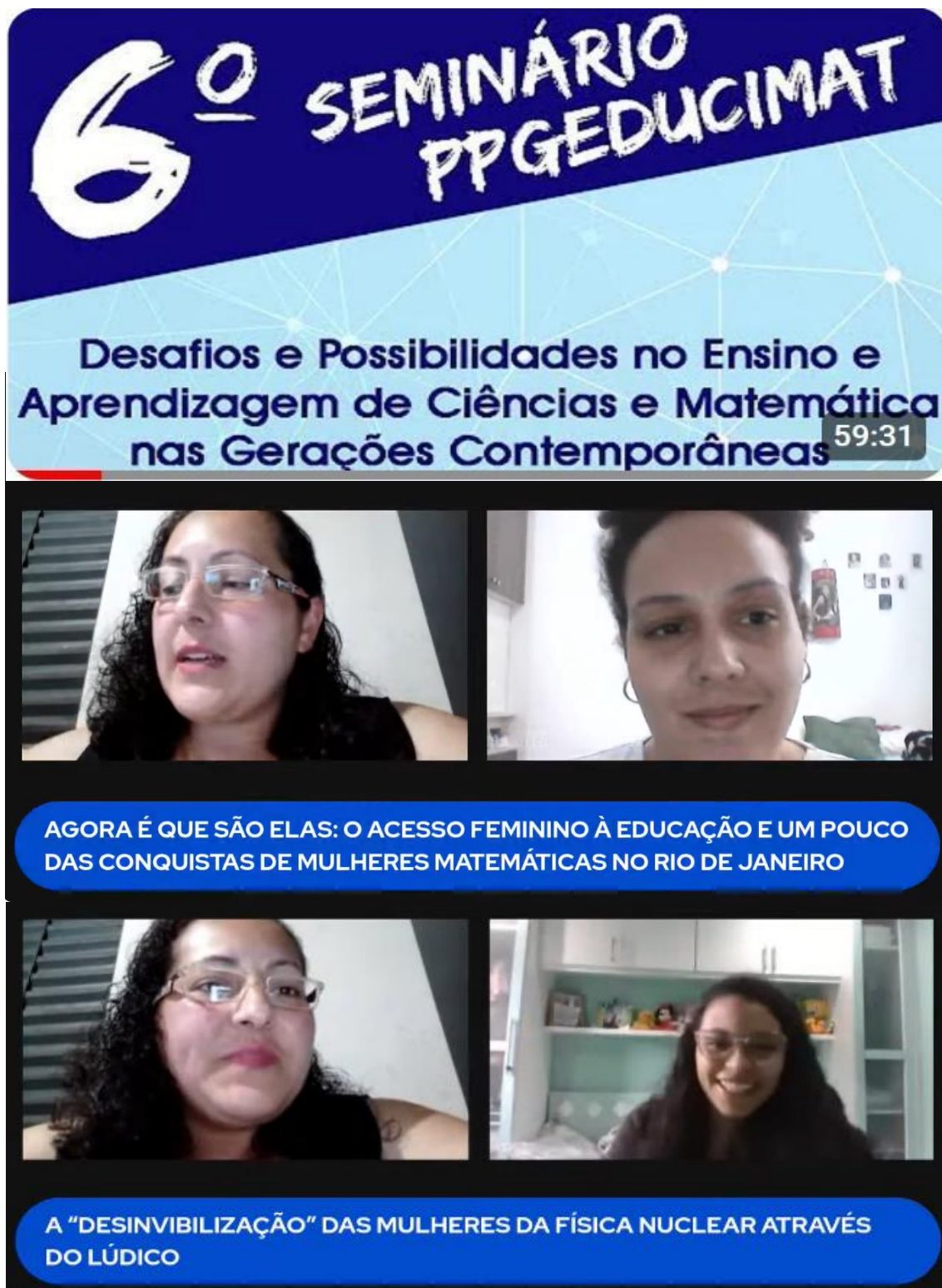
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ, trouxe reflexões sobre interseccionalidade e discutiu a importância de considerar as diferenças entre mulheres brancas e negras no campo acadêmico. Ela também destacou a divisão desigual das tarefas domésticas e a importância de desconstruir a noção de uma "ciência neutra."

Patrícia Golo

Docente de veterinária da UFRRJ e cientista jovem do estado pela FAPERJ, compartilhou suas próprias experiências com barreiras e estereótipos de gênero, mencionando incidentes de discriminação e suas dificuldades em conciliar maternidade e carreira acadêmica.

x. Gênero, diversidade, inclusão e acessibilidade

https://www.youtube.com/watch?v=Mzgd_Au6CLI&t=240s



The image shows a YouTube video player interface. At the top, there is a dark blue banner with the text "6º SEMINÁRIO PPGEDUCIMAT" in white, stylized font. Below this, the title "Desafios e Possibilidades no Ensino e Aprendizagem de Ciências e Matemática nas Gerações Contemporâneas" is displayed in white. A timestamp "59:31" is visible in the bottom right corner of the video frame. Below the video frame, there are two rows of video thumbnails. The first row shows two women in a video call; the woman on the left is wearing glasses and has dark curly hair, while the woman on the right has dark hair and is wearing a white top. Below this row, a blue banner contains the text "AGORA É QUE SÃO ELAS: O ACESSO FEMININO À EDUCAÇÃO E UM POUCO DAS CONQUISTAS DE MULHERES MATEMÁTICAS NO RIO DE JANEIRO". The second row shows the same two women in a different setting; the woman on the left is wearing glasses and has dark curly hair, while the woman on the right is wearing glasses and has dark hair. Below this row, a blue banner contains the text "A 'DESINVIBILIZAÇÃO' DAS MULHERES DA FÍSICA NUCLEAR ATRAVÉS DO LÚDICO".

6º SEMINÁRIO PPGEDUCIMAT

Desafios e Possibilidades no Ensino e Aprendizagem de Ciências e Matemática nas Gerações Contemporâneas 59:31

AGORA É QUE SÃO ELAS: O ACESSO FEMININO À EDUCAÇÃO E UM POUCO DAS CONQUISTAS DE MULHERES MATEMÁTICAS NO RIO DE JANEIRO

A "DESINVIBILIZAÇÃO" DAS MULHERES DA FÍSICA NUCLEAR ATRAVÉS DO LÚDICO

As apresentações da "Sala de apresentação 01 - Eixo 01: Gênero, Diversidade, Inclusão e Acessibilidade" do 6º Seminário do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGEduCIMAT) da UFRRJ, destacam os desafios enfrentados por mulheres, pessoas com deficiência e minorias no contexto acadêmico, com ênfase nos campos de educação científica e matemática. Os principais assuntos incluem a visibilidade feminina nas ciências exatas, acessibilidade para estudantes surdos e com necessidades especiais, e o impacto do bullying e do cyberbullying no ambiente educacional.

Sob uma perspectiva acadêmica, o painel expõe a continuidade das desigualdades de gênero e as barreiras enfrentadas por mulheres e minorias nas ciências e na educação, refletindo o que estudos sobre interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007) descrevem como exclusões estruturais baseadas em gênero e raça. O trabalho de Karine, por exemplo, reflete sobre a teoria de que a ausência de mulheres em áreas como a física nuclear é reforçada pela falta de visibilidade e de modelos femininos e de representatividade, como abordado por outras *lives*. Essa falta de representatividades desmotiva novas gerações a seguir o caminho da física. A criação de jogos e narrativas inclusivas em sala de aula é uma tentativa de reconstruir o imaginário científico como um espaço que acolhe todas as identidades.

Vanessa Ferreira também exemplifica as dificuldades que estudantes com deficiência auditiva enfrentam ao buscar educação científica de qualidade. Seu esforço em traduzir termos científicos para Libras expõe a limitação de recursos para esses alunos, reiterando o quanto a academia pode ser hostil ou inacessível para pessoas com deficiência. Este trabalho reflete a necessidade urgente de políticas inclusivas e interseccionais que considerem as demandas de pessoas com necessidades educacionais especiais e que viabilizem sua plena participação na ciência.

O trabalho de Lorryne Ferreira expande o debate ao tratar da feminização do magistério e da escassez de professoras negras na educação superior, ressaltando os limites impostos pela interseccionalidade de gênero e raça. A história da exclusão feminina na educação formal no Brasil, principalmente de mulheres negras, é mais uma evidência de uma exclusão sistemática que limita as oportunidades de mulheres negras em ascender na academia. Estudos bell hooks (2017) apontam que a presença de mulheres

negras no espaço acadêmico desafia uma ordem estrutural excludente, mas que suas vozes frequentemente são silenciadas ou marginalizadas.

Em síntese, o evento "Sala de apresentação 01 - Eixo 01: Gênero, Diversidade, Inclusão e Acessibilidade" revela um cenário de desigualdade e exclusão na educação científica e matemática, reforçando a necessidade de iniciativas que promovam a visibilidade, acessibilidade e apoio institucional para mulheres, pessoas com deficiência e minorias sociais.

Participantes:

Karine Gagno

Mestranda em Educação em Ciências e Matemática, Karine apresentou o tema “A desinvisibilização das Mulheres da Física Nuclear através do lúdico.” Ela compartilhou sua experiência na física, destacando a falta de representatividade feminina e a criação de um jogo educativo para promover a visibilidade de mulheres na física nuclear.

Vanessa Ferreira

Formada em física e aluna de mestrado, discutiu o ensino de ciências em Libras, com foco na astronomia. Ela mencionou os desafios de encontrar termos científicos acessíveis na língua de sinais e sua pesquisa para criar sinais específicos que possam auxiliar estudantes surdos na compreensão de conceitos científicos.

Lorrayne Ferreira

Formada em matemática e mestranda, abordou o histórico de acesso feminino à educação e as dificuldades enfrentadas por mulheres nas ciências exatas, especialmente em matemática. Discutiu o impacto da feminização do magistério e a baixa presença de mulheres negras em cargos acadêmicos na área de exatas.

Carla Guimarães

Educadora e tutora, trabalha no acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e apresentou um estudo sobre políticas de acessibilidade na educação e o impacto do suporte direcionado para melhorar o desempenho de alunos com deficiências físicas e mentais, especialmente em cursos à distância.

Anexo 2 – Distribuição entre homens e mulheres na coordenação dos Cursos de Graduação da UFRRJ, 2021

Instituto	Curso de Graduação/Instituto	Coordenador/a
Instituto de Agronomia	Agronomia	H
	Geografia	H
	Geologia	M
Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas	H
	Farmácia	H
	Física	H
Instituto de Ciências Exatas	Matemática aplicada e computacional	H
	Matemática	H
	Matemática	H
	Sistemas de informação	H
Instituto de Ciências Humanas e Sociais	Belas Artes	H
	Ciências Sociais	M
	Comunicação Social – Jornalismo	H
	Direito	H
	Filosofia	H
	História	H
	Letras - português/inglês/literaturas	H
	Letras - português/literaturas	H
	Relações Internacionais	M
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Administração Pública	M
	Administração	H
	Administração	H
	Ciências Contábeis	M
	Ciências Econômicas	M
	Hotelaria	M
	Serviço Social	M
Instituto de Educação	Ciências Agrícolas	H
	Educação do Campo	M
	Educação Física	H
	Pedagogia	M
	Psicologia	M
Instituto de florestas	Engenharia Florestal	H
	Administração	M
	Ciência da Computação	H
	Ciências Econômicas	M
	Geografia	M
Instituto Multidisciplinar	História	H
	Matemática aplicada e computacional	H
	Matemática	H
	Pedagogia	M
	Turismo	H
	Turismo	H
	Turismo	H
Instituto de Química	Química Industrial	M
	Química	M
Instituto de Tecnologia	Arquitetura e Urbanismo	H
	Engenharia Agrícola e Ambiental	H
	Engenharia de Agrimensura e Cartográfica	H
	Engenharia de Alimentos	M
	Engenharia de Materiais	H
	Engenharia Química	H
Instituto Três Rios	Ciências Econômicas	M
	Direito	M
	Gestão Ambiental	H
Instituto de Veterinária	Medicina Veterinária	M
Instituto de Zootecnia	Zootecnia	H

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFRRJ (elaboração própria)

Programa de Pós-Graduação	Coordenador/a
Administração/PPGAdm	M
Agricultura Orgânica/PPGAO	M
Agronomia (CIÊNCIAS DO SOLO) /CPGACS	H
Biologia Animal/PPGBA	H
Ciência Animal/PGCA	H
Ciência e Tecnologia de Alimentos/PPGCTA	H
Ciências Ambientais e Florestais/PPGCAF	H
Ciências Fisiológicas/PPGCF	H
Ciências Sociais/PPGCS	M
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA	H
Ciências Veterinárias/PPGCV	H
Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária/PPGCTIA	H
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas/PPGDT	M
Economia Regional e Desenvolvimento/PPGER	M
Educação Agrícola/PPGEA	H
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares/PPGEDUC	M
Educação em Ciências e Matemática/PPGEDUCIMAT	H
Engenharia Agrícola e Ambiental/PPGEAAMB	H
Engenharia Química/PPGEQ	M
Ensino de História/PROFHIST	M
Filosofia/PPGFIL	H
Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada/PPGFBA	H
Fitotecnia/PPGF	M
Geografia/PPGGEO	H
Gestão e Estratégia/MPGE	M
História/PPHR	M
Interdisciplinar em Humanidades Digitais/PPGIHD	H
Letras/PROFLET	M
Matemática em Rede Nacional/PROFMAT	H
Medicina Veterinária (Patologia e Ciências Clínicas) /PPGMV	H
Modelagem e Evolução Geológica/PPGMEG	H
Modelagem Matemática e Computacional/PPGMMC	H
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas/PPGMCF	H
Patrimônio, Cultura e Sociedade/PPGPACS	H
Práticas em Desenvolvimento Sustentável/PPGPDS	H
Psicologia/PPGPSI	H
Química/PPGQ	H
Química em Rede Nacional/PPGQRN	H
Zootecnia/PPGZ	H

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFRRJ (elaboração própria)

Projeto	Ano	Área CNPq	Objetivo
Meninas do Radium: A Periferia Também Faz Ciência	2020	Ciências Exatas e da Terra	Tem por objetivo o desenvolvimento de ações, que viabilizem maior participação de mulheres, principalmente da periferia e negra, nas Ciências Exatas. Pretende-se o diálogo, com estudantes da educação básica, especialmente em Seropédica e periferia do Rio de Janeiro, através de oficinas e palestras sobre a história de mulheres cientistas. Visto que, a história da Ciência pode ser utilizada como incentivo, reforço positivo à capacidade e autoimagem, culminado em elevação na participação feminina na Ciência. Além disso, está associada nossa pesquisa, que visa a coleta e a análise de dados, referentes à desigualdade de gênero, étnica e social, bem como violação dos direitos humanos nas Ciências Exatas. Pretende-se compreender melhor como ampliar as políticas afirmativas maior inserção de mulheres nas Ciências.
Mulheres nas Ciências Florestais	2021	Ciências Agrárias	O projeto de extensão visa averiguar a participação de mulheres atuantes na área das Ciências Florestais, incluindo um resgate histórico das pioneiras na engenharia florestal, a fim de fomentar um público feminino para o ingresso no curso de Engenharia Florestal. Além disso, divulgar profissionais em diferentes áreas de atuação do setor florestal, bem como sua trajetória acadêmica e profissional, valorizando a atuação das mulheres na pesquisa e no desenvolvimento das ciências florestais. A metodologia envolve a pesquisa de currículos e de pessoas com atuação relevante nas ciências florestais, aplicação de questionário, entrevistas, coleta de relatos de experiência, pesquisa de assuntos correlatos sobre a igualdade de gênero nas ciências, publicação em redes sociais e elaboração de um livro com os principais resultados do projeto.
Oficina de Futuro: origens e consequências do baixo número de mulheres no curso de Ciência da Computação da UFRRJ-IM	2021	Ciências Exatas e da Terra	Tem como objetivo debater as origens e as consequências do baixo número de mulheres nas Ciência da Computação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar (UFRRJ-IM) e propor soluções para esse problema. Para isso, será utilizada a metodologia Design Participativo com a prática Oficina de Futuro. A oficina será realizada de forma virtual, devido a pandemia do COVID-19, com alguns alunos e ex-alunos de Ciência da Computação e eles serão os responsáveis por refletir e propor ações para incentivar a entrada e a permanência das mulheres no curso.

Fonte: Dados do SIGAA/UFRRJ